

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NILZA DA SILVA MARTINS

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA
ESCOLARIZAÇÃO EM BARREIRAS - BAHIA**

**GOIÂNIA - GO
OUTUBRO / 2016**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: NILZA DA SILVA MARTINS

Título do trabalho: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO EM BARREIRAS - BAHIA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 06 / 02 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NILZA DA SILVA MARTINS

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA
ESCOLARIZAÇÃO EM BARREIRAS- BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Professor Dr. José Adelson da Cruz

**GOIÂNIA - GO
OUTUBRO / 2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MARTINS, Nilza da Silva

Modernização da Agricultura e a expansão da escolarização em Barreiras - Bahia [manuscrito] / Nilza da Silva MARTINS. - 2016.
CL, 150 f.: il.

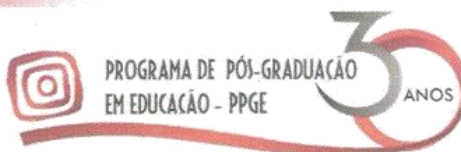
Orientador: Prof. Dr. José Adelson da CRUZ.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2016.
Bibliografia.

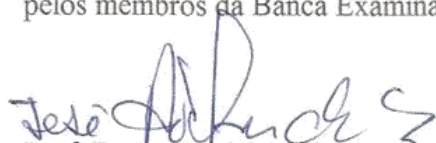
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

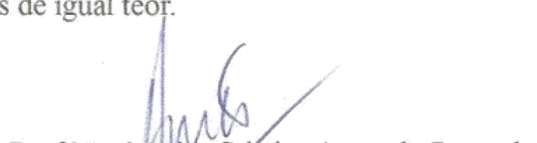
1. Escolarização em Barreiras - BA. 2. Modernização da Agricultura.
3. Modernização Conservadora. I. CRUZ, José Adelson da, orient. II.
Título.


CDU 37

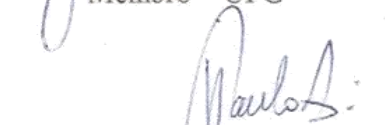


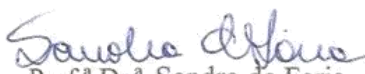
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE NILZA DA SILVA MARTINS. Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis (31/10/2016), às 9h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **José Adelson da Cruz**, orientador, doutor em Educação pela UNICAMP; Prof.^a Dr.^a **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP; Prof.^a Dr.^a **Elianda Figueiredo Arantes Tiballi**, doutora em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP; Prof. Dr. **José Paulo Pietrafesa**, doutor em Sociologia pela UnB e Prof.^a Dr.^a **Sandra de Faria**, doutora em Serviço Social pela PUC/SP, para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: **“MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO EM BARREIRAS-BAHIA”**, em nível de Doutorado, área de concentração em Educação, de autoria de **Nilza da Silva Martins**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Adelson da Cruz, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução N° 1.063/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFG (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação, a tese foi APROVADA por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa da versão definitiva da tese e demais documentos necessários para a expedição do diploma. Cumpridas as formalidades de pauta, às 12h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar eu, Prof.^a Dr.^a Sandra Valéria Limonta Rosa, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.


Prof. Dr. José Adelson da Cruz
Presidente – FE/UFG


Prof.ª Dr.ª Anita Cristina Azevedo Resende
Membro – UFG


Prof.ª Dr.ª Elianda Figueiredo Arantes Tiballi
Membro – PUC/GO


Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Membro – UFG


Prof.ª Dr.ª Sandra de Faria
Membro – PUC/GO

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Eugenio Martins
(*in memorian*),
pelos valiosos ensinamentos éticos;
A Tiquinho (*in memorian*), companheiro de
luta em todas as horas;
À minha mãe, Aparecida, pela alegria e
compreensão;
À Dona Chiquinha, por me acolher como
filha na Bahia;
À Inaê e à Luisa, filhas do ventre e do
coração, razão e motivo de minha luta.

AGRADECIMENTOS

Aprendi, desde cedo, em minha vida, que um dos maiores valores do ser humano é ser grato. Agradecer é algo fantástico! É dizer à outra pessoa muito obrigada! E aí não importa o que foi feito; se algo extraordinário ou irrelevante... O importante é que você esteve comigo, na hora em que precisava, no momento especial.

Fico pensando, agora, que a lista é grande! Receio não ser correta e esquecer algumas pessoas. Então vou tentar fazer em blocos para ser o mais fiel possível. Começo pela minha cidade natal: Volta Redonda (RJ). Meus agradecimentos a meus familiares: Aparecida (mãe), Eugenio (pai *in memoriam*) Nilva, Angela, João, Nelson e Nilson (irmãs e irmãos), extensivo a todos sobrinhas e sobrinhos, cunhadas e cunhados, tios, tias, primas e primos, afilhados e afilhadas. Obrigada pelo carinho de sempre.

Ainda em Volta Redonda, à minha Comunidade Eclesial de Base (CEB's), lugar que aprendi na partilha, no convívio, na leitura da Bíblia e do mundo a forjar a consciência política e cidadã que tenho. Agradeço a todos em nome do Bispo Diocesano D. Waldyr Calheiros de Novais (*in memoriam*) e das Irmãs Cândida e Margô. Da catequese aos dias atuais, sempre grata pela cidadã que me tornei.

À minha amiga de infância, Sandra Botelho: toda minha gratidão! Amizade de mais de 40 anos não é para qualquer uma. A você, Osvaldo e toda família, meu carinho e gratidão!

Saindo da Região Sudeste e chegando no Nordeste, precisamente em Barreiras-BA. Aqui, também divido os agradecimentos. Inicialmente, a minha família da Bahia: à Dona Chiquinha, Isabéllia, Isa, Ieda, Irimacia, Joseildo, Joseilson, Jeferson, Josemar, Marcos Vanderlei, Luza, Rose, Eugenia e extensivo aos sobrinhos e sobrinhas.

Aos amigos conquistados na convivência, nas alegrias, nos momentos difíceis, nas decepções, na luta política, nos embates, no caminhar da vida: Reginaldo (Nado), Edileusa e Adelir, Dicíola e Paulo, Julinha e Aurélio, Raquel, Lu e Martim, Maurício e Luciana, Lindauro e Eliete, Eduardo, Carlão, Odair, Quitéria e Gelson, Elideusa. Agradeço pela amizade, pelos puxões de orelha e pelo respeito. Extensivo aos familiares.

Nessa caminhada política, muitos amigos e amigas se fizeram presentes em minha trajetória. Agradecimento especial a Lia Sant'Ana e a todos seus familiares, que sempre nos acolheram em Brasília. Ao Partido dos Trabalhadores (PT) pela oportunidade da experiência política partidária.

À Equipe da Comissão Pastoral da Terra das Dioceses de Barreiras, Barra e Bom Jesus da Lapa, com quem convivi por quase três anos. Com vocês, conheci a Região Oeste da Bahia, vi de perto o poder do latifúndio, que destrói, ameaça e mata. Aprendi a ser mais forte na luta. Gostaria de citar todos e todas, mas homenageio dois: Marilene (*in memoriam*) e D. Ricardo Weberberger (*in memoriam*).

Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Angical, Baianópolis, Brejolândia, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Tabocas

do Brejo Velho e Wanderlei. Com vocês, aprendi que o conhecimento das letras é importante, mas a leitura do mundo é que avança a História. A todos, na memória de Tiquinho (*in memoriam*), Pitiu (*in memoriam*), Nô e Hermelina.

À Universidade do Estado da Bahia – *campus* de Barreiras, por ter aprovado minha liberação para os estudos de Doutorado.

Aos colegas professores da Universidade do Estado da Bahia – *campus* de Barreiras, local de minha atuação acadêmica, dos embates pedagógicos e políticos. Agradecimentos especiais a Aline Teixeira, Marcos Vanderlei, Thiago França, Loyana Dócio, Emília Pignata, Nelma Arônia, Dores, Viviane Teixeira, Ana Jovina, Américo Junior, Francisco Cleiton, Neuma Araújo e Carla Cassiana.

À Professora Marilde Queiroz Guedes, pela amizade, incentivo, companheirismo e partilha nessa trajetória profissional e pessoal.

A Anatália DeJane e Kelli Consuêlo, pelas leituras, amizade, orientações e alegrias compartilhadas nessa caminhada.

Ao IBGE da Bahia, na pessoa de Cristóval pela agilidade nas informações.

À Secretaria Municipal de Educação, representada por Janilce Pamplona.

Ao Núcleo Regional de Educação (NRE 11), nas pessoas de Andréia da Mata e Valbênia Santiago.

Saindo do Rio de Janeiro, passando pela Bahia, chego ao Goiás. Preciso registrar a minha felicidade e gratidão pelos aprendizados adquiridos neste Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Goiás (UFG).

Agradecimento especial ao meu orientador, Professor Dr. José Adelson da Cruz, pela paciência, companheirismo, dedicação, rigor e, acima de tudo, generosidade.

À Banca Avaliadora formada pelas Professoras Anita Resende, Eliandra Tiballi e Sandra Faria e pelo Professor José Paulo; meus agradecimentos pela avaliação, pela contribuição no meu processo de crescimento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Goiás (FAPEG) pela concessão da Bolsa de Doutorado, ajuda essencial para a permanência e dedicação aos estudos,

Aos Professores e às Professoras do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação do Goiás (UFG), especial carinho a Anita Resende, Marília Gouveia, Jadir Pessoa, José Adelson, João Ferreira, Wanderson, Miriam Fábria, Margarida Machado, Ildeu Coêlho, Gina Glades, Diane Valdez, Sandra Limonta. Vocês não têm noção da contribuição para minha vida profissional.

Aos funcionários do Programa, Rosângela, Ana Paula, Marizeth e, especialmente, a minha amiga, Adenilde.

À Irene do IBRASCE, que me indicou a Casa da Juventude, lugar de moradia no primeiro semestre de idas e vindas. Foram mais de vinte e sete mil quilômetros de ônibus!

Aos amigos e amigas do coração que conquistei no Goiás. Começo por Sheila e Marília, parceiras queridas, companheiras de alegrias, de choros, de festas. Vocês trouxeram mais leveza para essa travessia. Obrigada pelo carinho dedicado especialmente a Luísa e Inaê.

À Mara Franco, companheira e amiga de primeira grandeza. Suas atitudes, carinho, solidariedade ficarão marcados para sempre. Agradeço pelo carinho por Inaê e Luísa! Você é uma pessoa boníssima. Cláudio, você também faz parte dessa história!

A Marcinha, Vinícius e Isabela. A amizade, a alegria, o companheirismo são fundamentais para quem chega em terras estranhas. Sem me conhecerem, foram “fiadores” em meu contrato de aluguel. Gratidão que não tem preço.

Ao Geraldo, pela solidariedade, alegrias, risadas... Foi muito bom conhecê-lo!

À Jaqueline, pela amizade, aprendizados, carona para Universidade e as alegrias compartilhadas. Minha amiga do Goiás!!!! E ao Ederson também!

À Marcilene pela alegria, palavras sensatas, companheirismo. Muito grata sempre. E a Antônio que compartilha de nossas alegrias e angústias. Valeu, pessoas queridas!!!!

À Angela, pelo apoio nesse último ano. Sem a ajuda, a labuta seria mais pesada!

A Thiago França pela revisão e formatação do trabalho, em tempo recorde! Meus agradecimentos!

À Camila Almeida pela tradução! *Thank you!*

À Cleonice e a todos os meus alunos e alunas da Universidade. Obrigada pelas várias aprendizagens!

Aos professores Clóvis Santos (UEFS) e Paulo Baqueiro Brandão (UFOB), pesquisadores da Região Oeste da Bahia, pela leitura do trabalho ainda em fase inicial.

Aos Diretores das Escolas Públicas e Privadas que gentilmente passaram informações quando fui procurá-los.

Ao Jeferson pela leitura antes da qualificação. Ao Professor Marcos, pela ajuda nos quadros. Ao Professor Ronivon, pelos mapas. À Isa Marcia, pela ajuda de sempre! Minha gratidão!

À Professora Ignês Pitta, pelas informações das escolas.

A todos vocês, meu carinho e gratidão, sempre!

“Viver
E não ter a vergonha
De ser feliz,
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz”.
(Gonzaguinha)

MARTINS, Nilza da. **Modernização da agricultura e a expansão da escolarização em Barreiras - Bahia**. 150 folhas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

RESUMO

A presente tese vincula-se à linha de pesquisa “Educação, Trabalho e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Objetiva apreender a relação entre Modernização da Agricultura e o processo de expansão da escolarização no município de Barreiras-BA, na perspectiva de refletir sobre a ação dos agentes públicos e privados que atuaram no desenvolvimento e transformação das estruturas e organizações econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais de Barreiras e região. Para tanto, analisa as determinações que caracterizaram o projeto de modernização conservadora no município. Metodologicamente, esta produção, de cunho qualitativo, recorreu à pesquisa bibliográfica. Para a compreensão do projeto de modernização conservadora no setor agrário, recorremos a autores como Martins (1995, 1997, 2000, 2001, 2002) e Ianni (1971, 1982, 1984, 1986, 2009). No estudo sobre as particularidades da modernização conservadora em Barreiras, fundamentamo-nos nas reflexões de Santos Filho (1989), Haesbaert (1997), Ilário (2011), Sousa Sobrinho (2012), Santos (2000, 2007, 2008) e Brandão (2010, 2013). Por fim, no que diz respeito às discussões sobre o papel da escola e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *campus* Barreiras no processo de modernização conservadora no município e na constituição de um *ethos* social, político e cultural, dialogamos com Alves (1998), Chauí (2001, 2003), Dias Sobrinho (2005), Germano (2011), Cruz (2000, 2005, 2009, 2011, 2012), Ferreira (2011) e Fialho (2005). A realização deste estudo nos permite afirmar que a modernização da agricultura no município de Barreiras não apenas modificou as questões agrícolas, mas que, com a expansão da escolarização e a presença do *campus* da UNEB, acabou também por instituir valores e estilos de vida que consolidaram a reprodução do capital, tornando-se, assim, conservadora.

Palavras-chave: Escolarização em Barreiras-BA. Modernização da Agricultura. Modernização Conservadora.

MARTINS, Nilza da Silva. **TÍTULO. Modernization in the agriculture and the expansion of the schooling in Barreiras - Bahia.** 150 folhas. Thesis (Doctoral in Education) – Education College, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ABSTRACT

This theses belongs to the research line “Education, Work and Social Movements”, of the Graduate Program in Education of the Education College in Universidade Federal de Goiás. It aims to understand the relationship between the Agriculture Modernization and the process of expansion of the schooling in the city of Barreiras-BA, in order to consider the action of the public and private agents who acted in the development and the transformation of social, political, cultural, and educational structures and organizations in Barreiras and its region. To this end, it analyses the determinations that characterize the conservative modernization project in the city. Methodologically, this qualitative production resorted to bibliographic research. To understand the conservative modernization project in the agrarian sector, we resorted to authors as Martins (1995, 1997, 2000, 2001, 2002) and Ianni (1971, 1982, 1984, 1986, 2009). The study about the particularities of the conservative modernization in Barreiras is based on the reflections of Santos Filho (1989), Haesbaert (1997), Ilário (2011), Sousa Sobrinho (2012), Santos (2000, 2007, 2008) and Brandão (2010, 2013). Lastly, concerning to the discussions about the roles of the school and the Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *campus* Barreiras – in the conservative modernization process in the city and in the constitution of a social, political and cultural *ethos*, we dialogued with Alves (1998), Chauí (2001, 2003), Dias Sobrinho (2005), Germano (2011), Cruz (2000, 2005, 2009, 2011, 2012), Ferreira (2011) and Fialho (2005). This study allows us to state that the modernization of the agriculture in the city of Barreiras does not only changed the agricultural questions, but that, with the expansion of the schooling and the presence of UNEB *campus*, it also instituted values and lifestyles which consolidated the reproduction of the capital, becoming conservative.

Key-words: The schooling in Barreiras-BA. Modernization in the agriculture. Conservative modernization.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Vapor do São Francisco – Barreiras-BA, em 1949;
- Figura 2** - Cais do Porto de Barreiras-BA (s/d);
- Figura 3** - Mancha Urbana de Barreiras (1970);
- Figura 4** – Mancha Urbana de Barreiras (1980);
- Figura 5** - Mancha Urbana de Barreiras (1990);
- Figura 6** - Mancha Urbana de Barreiras (2000);
- Figura 7** - Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (MOB);
- Figura 8** - Aeroporto de Barreiras-BA;
- Figura 9** - Vila Militar do 4º BEC em Barreiras-BA;
- Figura 10** - Sede do Escritório Técnico em Barreiras-BA, em 1977;
- Figura 11** - Lote do perímetro irrigado São Desidério-Barreiras Sul;
- Figura 12** - Sede da AIBA em Barreiras-BA;
- Figura 13** - O município de Luís Eduardo Magalhães-BA;
- Figura 14** - A UNEB na Bahia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- População rural e urbana da Microrregião de Barreiras de 1970 a 2000;
Microrregiões da Região Oeste da Bahia;

Quadro 2 – Evolução Fundiária do município de Barreiras de 1970 a 1996;

Quadro 3 -Estabelecimentos de Ensino em Barreiras até 1970 – Zona urbana;

Quadro 4 - Pessoas Recenseadas e Alunos matriculados na rede escolar na década de 1970 no município de Barreiras, de 07 aos 14 anos;

Quadro 5 - Estabelecimentos de Ensino em Barreiras de 1970 a 1980 – Zona urbana;

Quadro 6 - Número de pessoas com curso completo com idade de 10 anos ou mais;

Quadro 7 - Estudantes de Barreiras com 05 anos ou mais de idade em seus respectivos graus ou séries;

Quadro 8 - Universidades do Estado da Bahia;

Quadro 9 - Estrutura Multicampi da UNEB;

Quadro 10 - Licenciados em Pedagogia – UNEB – *campus* Barreiras;

Quadro 11 - Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino em Barreiras no ano 2000.

GRÁFICO

Gráfico 1 - População da Microrregião de Barreiras (1970-2000).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção em grãos na Região Oeste da Bahia em toneladas, no período de 1980 a 2000;

Tabela 2 - Dados demográficos da população total: Barreiras e Região Oeste da Bahia (1970-2000) e Taxa média geométrica de crescimento anual(%) da população;

Tabela 3 - Dados demográficos da população rural: Barreiras e Região Oeste da Bahia (1970-2000);

Tabela 4 - Dados demográficos: população urbana, Barreiras, Região Oeste (1970 a 2000) e Taxa média geométrica de crescimento anual (%) da população;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAPA** - Associação Baiana dos Produtores de Algodão;
- ACRIOESTE** - Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia;
- AEBA** - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras;
- AIBA** - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia;
- ASSOCAFÉ** - Associação dos Produtores de Café da Bahia;
- BASA** - Banco da Amazônia;
- BB** - Banco do Brasil;
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- BIRD** - Banco Internacional de Desenvolvimento;
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil;
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento;
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior;
- CAPRIOESTE** - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia;
- CAR** - Companhia de Ação Regional;
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe;
- CINTERFOR** - Centro Americano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional;
- CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra;
- DCH** - Departamento de Ciências Humanas;
- DIREC** - Divisão Regional de Ensino;
- EMBRAPA** - Empresa brasileira de Pesquisa e Agropecuária;
- FMI** - Fundo Monetário Internacional;
- FPM** - Fundo de Participação dos Municípios;
- FUNDAÇÃO BA** - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano;
- FUNDEAGRO** - Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão;
- FRUTOESTE** - Associação dos Fruticultores do Oeste da Bahia;
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IES** - Instituição de Ensino Superior;
- JICA** - Japan International Cooperation Agency de Cooperacion;

KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau;

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

LEM - Luís Eduardo Magalhães;

MEC - Ministério da Educação;

MST - Movimento Sem-terra;

NRH - Núcleo Regional de Educação;

OIT - Organização Internacional do Trabalho;

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais;

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados;

PT - Partido dos Trabalhadores;

RECENEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil;

SEC - Secretaria de Educação e Cultura;

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia;

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia;

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina;

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz;

UFBA - Universidade Federal da Bahia;

UNEB - Universidade do Estado da Bahia;

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância;

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional;

WB - Banco Mundial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Percurso da Caminhada: aspectos metodológicos.....	22
Organização dos capítulos	24
1. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	26
1.1 Modernização conservadora do campo, expansão da agricultura intensiva e o capital financeiro	26
1.1.1 A Modernização Conservadora e seus nexos constitutivos.....	38
1.2 Pesquisa e investimento tecnológico como vetores de desenvolvimento do agronegócio no cerrado brasileiro	46
1.3 Integração regional e desenvolvimento agrícola em Barreiras - Bahia	48
2. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA: ESTRUTURA, AGENTES E PROCESSOS	59
2.1 A mercantilização financeira da agricultura na Região Oeste da Bahia	59
2.2 A modernização da agricultura no Município de Barreiras-BA	66
2.2.1 Agentes financeiros e a modernização da agricultura.....	79
2.2.2 A CODEVASF no desenvolvimento dos cerrados baianos	82
2.2.3 PRODECER e JICA: capital nacional e japonês na movimentação da economia do município de Barreiras	84
2.2.4 Os Centros de Pesquisa e o desenvolvimento do agronegócio.....	88
2.2.5 As Associações Setoriais e suas interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais	90
2.2.6 A criação do município de Luís Eduardo Magalhães (LEM): o latifúndio modernizado e as contradições de sua cidade modelo	93
3. ESCOLA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM BARREIRAS-BA	99
3.1 Breve trajetória da escolarização no Brasil de 1970 a 2000	99
3.2 Expansão da escolarização em Barreiras-BA, de 1970 a 2000.....	110
3.3 Criação do campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a formação de professores para educação básica em Barreiras-BA.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se à Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Objetiva aprender a relação entre Modernização da Agricultura e o processo de expansão da escolarização em Barreiras-BA. Busca refletir acerca da ação dos agentes públicos e privados que atuaram no desenvolvimento e transformação das estruturas e organizações econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais de Barreiras e região.

O cerne da pesquisa foi saber o lugar e os significados atribuídos à escola, na disputa entre capital e trabalho¹. A modernização é entendida não apenas como um programa de desenvolvimento econômico, nem somente como um modelo determinado de política; entendemo-la como um padrão de regulação das relações sociais. É uma nova forma de desenvolvimento capitalista, que, levada aos limites, gestou uma nova sociabilidade urbana, nova cultura política e novas formas de exclusão, bem como valores e interesses enraizados na vida social, nas instituições políticas formais, na economia, no cotidiano. É pensada, também, como visões de mundo, que legitimam a maneira como se distribuem riqueza, poder, recursos e reconhecimento social.

No desenvolvimento dessa problemática, tivemos como eixo investigativo a seguinte questão: Em que condições sociais, políticas, econômicas e culturais o campo educacional foi e é parte constitutiva da modernização da agricultura em Barreiras? No desdobramento dessa questão central, outras indagações mostraram-se pertinentes: Que ações foram realizadas pelos setores públicos e privados no processo de modernização

¹ A escolha da problemática Modernização da Agricultura em Barreiras e acesso dos trabalhadores à escola, que, neste estudo, são redes públicas, privadas de educação básica e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *campus* de Barreiras, emergiu de minhas inquietações e da experiência como agente de pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no período de 1986 a 1988, na qual vivenciei diretamente dezenas de conflitos agrários, desde a expulsão dos posseiros, queima de suas residências, morte de dirigentes sindicais, ameaças diretas e indiretas feitas aos trabalhadores rurais e agentes da CPT, e também se deve à minha atuação como aluna da primeira turma do Curso de Pedagogia, de 1988 a 1992, e, professora da Educação Básica de 1988 a 2006, e, desde 1994, professora do Departamento de Ciências Humanas da UNEB – *Campus IX* – Barreiras.

A atuação na CPT e nos movimentos sociais em Barreiras fez com que, em 1996, fosse eleita a primeira vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT), e, a partir daí, ampliei mais os olhares sobre o contexto político institucional de Barreiras e Região Oeste da Bahia. Os dois mandatos de vereadora (1996-2000 e 2000-2004) e um de vice-prefeita (2004-2008) me fizeram participar de várias atividades envolvendo diretamente os agentes do processo de modernização em Barreiras, e entender um pouco mais essa lógica. No período da criação do município de Luís Eduardo Magalhães-BA, presenciei “ a potência” do agronegócio e das forças políticas quando decidem por um projeto.

da agricultura em Barreiras? Como se caracterizou o projeto de modernização da agricultura em Barreiras?

O processo de modernização se refere às transformações que os países realizaram nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da sociedade em geral, buscando uma aproximação com os países que recebem a denominação de desenvolvidos.

Em outras palavras, trata-se do desenvolvimento econômico e suas interfaces na sociedade, na educação, na política e na cultura, que aprofundaremos ao longo do trabalho. Essa concepção de modernização assenta-se no discurso falseado do crescimento econômico, pois apresenta a ideia de que os grandes investimentos são responsáveis pela transição do mundo arcaico para o mundo moderno. Todavia, o que tem sido recorrente é o aprofundamento das relações de produção capitalista que têm gerado novas configurações sociais e, conseqüentemente, diferenciados processos de exclusão.

As ciências sociais conceituaram nossa experiência de expansão capitalista de modernização de *conservadora*, pelo fato desta ser incompleta em um dos aspectos fundantes da concepção liberal, que é a instituição da cidadania, isto é, a constituição dos direitos civis, políticos e sociais. No caso do Brasil, a destituição ou negação destes direitos no movimento histórico da modernização acabou por elaborar, ressaltar e disseminar o privilégio e o favor como valores de troca na cultura política, que vão, paulatinamente, construindo novas sociabilidades com base no clientelismo moderno.

A modernização não está relacionada apenas aos investimentos agrícolas; ela vai constituindo novos hábitos, valores e culturas. Cria necessidades tanto do ponto vista material, quanto do plano dos desejos, dos sonhos. Articula espaços para que essa realidade possa ser ampliada e alimentada. Nesse sentido, os processos formativos constituídos na expansão da escolarização contribuem para a instituição e disseminação de um novo *ethos* cultural. Neste estudo, constatamos o lugar e significado da UNEB – *campus* de Barreiras, como o principal agente de formação dos professores da educação básica. Atividade que a credencia como figura-fundamento para expansão da escolarização, e ainda como parte constitutiva da modernização da agricultura na região.

As sociabilidades construídas a partir da modernização são oriundas das diversas práticas educativas, provenientes de estruturas diversas e da origem cultural dos

migrantes, que vão consubstanciar as novas relações. Sendo assim, torna-se importante compreender qual sentido, ou quais sentidos tem a educação nesse processo de modernização. A escola, nesse contexto, assume a tarefa de construir novos hábitos, valores e culturas, que serão imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade urbana, industrial e moderna.

O processo de expansão vivenciado pelas escolas públicas e privadas no município é parte constitutiva desse desenvolvimento econômico e tecnológico, e demonstra a importância da instituição escola para as classes populares, bem como para os setores hegemônicos da sociedade. Por isso, transforma-se em um espaço de disputa, de afirmação de valores, de disseminação das ideias de progresso e desenvolvimento, que sustentam o agronegócio. Importante salientar que a expansão da escola pública é fruto das lutas populares. Boa parte da melhoria das condições de habitabilidade das ocupações urbanas e dos bairros populares está associada à escola. Sua presença em um determinado espaço geográfico contribui para o aprofundamento de outras lutas.

O estudo em tela caminhou para a compreensão do projeto de modernização conservadora, do avanço da tecnologia nos sistemas agrícolas, do processo de apropriação da terra pelo capital e da expropriação dos pequenos agricultores de suas terras. Autores como Martins (1995, 1997, 2000, 2001, 2002) e Ianni (1971, 1982, 1984, 1986, 2009), mediados pelo desvelamento da realidade, conduziram nossa reflexão acerca do aprofundamento da questão agrária no Brasil e dos desdobramentos da formação dos complexos industriais para o homem e a natureza.

Para compreender a configuração do processo de modernização agrícola em seus nexos constitutivos, elaborou-se um estudo de teses e dissertações que apresentam a Região Oeste da Bahia e Barreiras (BA) como tema em suas análises. Os autores, (ALVES, 2006; DALLACQUA, 2007; DINIZ, 2006; FREDERICO, 2008; GIORDANO, 1999; HAESBAERT, 1997; ILÁRIO, 2011; INOCÊNCIO, 2010; SANTANA, 2011; SANTOS, 2000, 2007; SOUSA SOBRINHO, 2012) em seus estudos, nos permitiram constituir o entendimento da modernização, desmitificando a ideia recorrente de que ela proporciona o progresso e o crescimento econômico.

Esses autores, fundamentados nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais, compreendem uma sociedade mediada nas relações, revelando, conseqüentemente, que as contradições inerentes ao capitalismo estão presentes no

objeto que está sendo estudado, que nesse caso é a escola como constructo da sociedade, identificando, inclusive, a contradição inerente às suas forças internas e externas.

Na compreensão do processo de expansão da escola, seu histórico e consolidação das redes de ensino, foi necessário o entendimento da sociedade a partir da década de 1970. Germano (2011), Brum (1999) com a visão global do Brasil durante o Regime Militar, e Fialho (2005) com a discussão regionalizada da criação da universidade multicampi em diálogo com os pesquisadores da região (BRANDÃO, 2010, 2013; CASTILLO, 2007; ELIAS, PEQUENO, 2007; FERREIRA, 2011; SANTOS FILHO, 1989) contribuíram para que as análises não ficassem descontextualizadas.

A análise da universidade sob a lógica de uma instituição social e os desafios da educação superior em sociedades estruturadas na lógica capitalista, assim como a discussão sobre estrutura multicampi da UNEB ancoram-se nos estudos de Chauí (2001; 2003), Guedes, (2009); Fialho (2005) e Dias Sobrinho (2005).

A expansão da escolarização nesse contexto de modernização constitui um desafio na medida em que a escola é vista como local de ensino e aprendizagem, do conhecimento das letras e dos números. Entretanto, nesse processo contraditório, a escola, além do ensino formal, institui valores, estilos, conceitos que são basilares para a expansão do capital. Com os cursos na área de formação de professores, a UNEB – *campus* Barreiras constitui-se como importante agente nesse processo de modernização. Entretanto, reiteramos, a universidade é um espaço de contradição, de disputas internas e externas, de construção de novas sociabilidades, de valores que, mediados pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, podem se adequar ou contrapor à lógica capitalista.

Percurso da Caminhada: aspectos metodológicos

Considerando as especificidades do objeto de estudo da pesquisa, a natureza do problema, e conscientes da complexidade que requer uma investigação, optamos pela pesquisa bibliográfica e análise documental, aproximando-nos dos princípios da abordagem que estamos denominando de dialética.

A inspiração deve-se a Frigotto (2002, p. 81), quando argumenta que

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

Essa opção ancora-se no pressuposto da compreensão dos fatos em movimento, relacionando-os com os sujeitos históricos. Esse entendimento sobre o modo de se fazer pesquisa permite vários olhares, pois levamos em consideração aquilo que aparentemente não está presente, mas que foi expresso através de múltiplas determinações apresentadas em uma diversidade sociocultural.

Compreendemos, então, o conhecimento como resultado da pluralidade de práticas socioculturais, construídas dialeticamente pela diversidade de sujeitos que ressignificam suas histórias, tornando-se, por isso, seres humanos inacabados pelo próprio processo histórico de inconclusão que vivem. A esse respeito, Gamboa (2007, p. 177), afirma que “[...]o homem é concebido como ser social e histórico, que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e transformador”.

Na construção deste estudo, fizemos o levantamento das teses e dissertações a partir de algumas palavras chaves: Oeste da Bahia, cerrados baianos, modernização agrícola, modernização conservadora, Barreiras-BA. Selecionamos 22 (vinte e duas) teses e dissertações².

A pesquisa bibliográfica, atividade permanente e obrigatória nos processos investigativos, contribuiu para a aproximação da realidade e nos oportunizou ter contato com pesquisadores e pesquisadoras de diferentes universidades desse país, interessados em compreender a dinâmica desenvolvimentista de Barreiras e da Região Oeste da Bahia, mediada pela relação teoria-prática. A leitura e sistematização dessas teses e dissertações ampliaram o olhar sobre o município a partir de olhares de outros pesquisadores e pesquisadoras.

² Essa atividade de levantamento foi realizada nos seguintes endereços: <www.capes.gov.br/serviços/banco-de-teses>; <www.ibict.br>; <www.dominiopublico.gov.br> e <www.scielo.br>.

Já a pesquisa documental se estruturou a partir de um *corpus* composto por documentos oficiais e por estudos oriundos dos setores públicos e privados sobre a região de Barreiras. A análise documental consistiu em um processo importante para o conhecimento dos projetos e concepções que os setores têm para a Região Oeste da Bahia e para o município de Barreiras. Contribuiu também para compreender esse movimento e os desafios do processo de modernização.

A partir dessa exposição, defendemos que a agricultura praticada no município de Barreiras, no período de 1970 a 2000, impulsionada pelo agronegócio, produziu determinantes sociais, econômicos, políticos e educacionais que se institucionalizam na expansão da escolarização, na reprodução da lógica capitalista, na divisão de classes, caracterizando, portanto, um processo de modernização conservadora.

Organização dos capítulos

Este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, *Transformações sociais, políticas, econômicas e culturais e a questão agrária no Brasil*, analisamos as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como a questão agrária brasileira no contexto da modernização conservadora agropecuária no Brasil, nas décadas de 1970 a 2000. A modernização conservadora e a escola, objeto deste estudo, são apresentadas como as modificações dos espaços agrícolas no que diz respeito à mecanização, à utilização de insumos, da tecnologia, mas também como a instituição de novas relações sociais, políticas e culturais que foram sendo estabelecidas a partir da agricultura capitalista.

A modernização agrícola no município de Barreiras: estrutura, agentes e processos é o segundo capítulo; nele, realizamos a articulação entre os aspectos macros da modernização, analisados no capítulo anterior, e a questão micro, que é o município de Barreiras. Nesses termos, fazemos a análise das particularidades dessa modernização, discutindo sobre a consolidação da modernização agrícola no município de Barreiras, com centralidade na ação dos agentes da modernização, evidenciando a sua forma de estruturação e os desdobramentos dos processos no município e na região. Na literatura sobre modernização, buscamos estabelecer as interfaces no Brasil e na Região Oeste da Bahia, bem como suas particularidades na agricultura e no agronegócio.

O terceiro capítulo, *Escola e modernização da agricultura em Barreiras-BA*, discute o lugar da escola no desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Oeste da Bahia dos anos de 1970 a 2000. Trata-se de compreender o processo de expansão da escolarização em suas diferentes modalidades e formas de oferecimento, sobretudo em Barreiras nos desdobramentos da Modernização Conservadora da Agricultura. Busca-se compreender como a atual ideia de democratização do acesso de todos à educação desenhou-se, nas últimas décadas, nos planos educacionais e programas de governos. Indaga-se acerca das condições em que a criação de universidades e a consolidação das redes pública e privada constituíram-se em uma necessidade da modernização e em disputa tanto para o capital como para o trabalho em Barreiras.

Nas Considerações Finais, retomamos o objeto central desse estudo, compreendendo que a modernização da agricultura de Barreiras e da Região Oeste da Bahia modificou os espaços agrícolas, mas também instituiu valores, estilos de vida e, nesse processo, expandiu a escolarização do município, ampliando o número de escolas, de universidades, na construção de novas sociabilidades.

1. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Este capítulo objetiva analisar as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como a questão agrária brasileira no contexto da modernização conservadora agropecuária no Brasil. O recorte temporal do estudo em pauta corresponde às décadas de 1970 a 2000, considerando as transformações estruturantes na agricultura brasileira consolidadas nesse período. Assim, a modernização conservadora, objeto desse estudo, é apresentada como as modificações dos espaços agrícolas no que diz respeito à mecanização associada à utilização de insumos e tecnologias, produzindo a instituição de novas relações sociais, políticas e culturais, que foram sendo estabelecidas a partir da agricultura capitalista.

1.1 Modernização conservadora do campo, expansão da agricultura intensiva e o capital financeiro

O processo de modernização do Brasil em seus aspectos estruturantes não aconteceu de forma isolada, aproximando-se das transformações ocorridas nos países capitalistas no século XX. Se considerarmos que as modificações estruturais estão circunscritas ao desenvolvimento histórico e que, necessariamente, apresentam, em seus nexos constitutivos, multidimensionalidade de elementos, relações interna e externa, podemos compreender que as transformações que aconteceram no Brasil nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na segunda metade do século XX estão imbricadas na *performance* do sistema capitalista a partir desse período histórico.

O recorte temporal que abaliza essa análise parte de 1970 e se estende até os anos de 2000, espaço temporal em que as três décadas têm um significado importante, uma vez que as mudanças estruturais capitalistas do Brasil ocorreram no século XX. Nesse sentido, abordamos fatos históricos que podem ser fundantes nessas transformações: as duas Guerras Mundiais (1914-1919 e 1939-1945), a Revolução Bolchevique (1917), a Guerra Fria (1945-1989), a Revolução Cubana (1958), a queda do Muro de Berlim (1989) e os desdobramentos dessa ação nos países situados ao Leste da Europa, a política de formação dos Estados de Bem-Estar Social bem como seu

declínio com o avanço das políticas neoliberais, e a consolidação do capital monopolista com a instituição dos impérios econômicos.

Especificamente em relação ao sistema capitalista, a nossa compreensão é de que suas alterações mais profundas, que são refletidas no mundo contemporâneo, foram construídas a partir das várias etapas de seu desenvolvimento. O século XX materializou o atual *modus operandi* desse sistema, que é o capitalismo financeiro, juntamente com o avanço tecnocientífico e a globalização das relações econômicas, sobretudo a partir da consolidação das políticas neoliberais.

No Brasil de 1970 a 2000, fatos históricos estiveram diretamente relacionados com os acontecimentos além de nossas fronteiras. A implantação da Ditadura Civil Militar em 1964 (GERMANO, 2011), que demarcou o século XX com o aprofundamento das relações capitalistas, na medida em que houve um reordenamento jurídico, social, político, cultural e econômico do Estado brasileiro. A partir dos anos de 1970, as mudanças estruturais da sociedade brasileira consolidaram o modelo capitalista de um lado e, do outro, o início da abertura política.

Destacamos, nesse período, o crescimento da economia e a consolidação das classes burguesa e trabalhadora que já vinham sendo constituídas desde o final do século XIX e início do século XX, tendo o período ditatorial militar materializado esse desenvolvimento. Brum (1999) discorre a respeito das questões econômicas presentes no pensamento militar, afirmando que

Durante os governos militares, acentuou-se a intervenção do Estado na economia – controle salarial, controle de preços, indexação, estatização. Criaram-se mais empresas estatais do que em qualquer outro período da história do país. Mesmo assim, as classes econômicas, que têm um discurso contrário à intervenção do Estado na economia, apoiaram o regime. Quando favorece o capital, a intervenção do Estado é bem aceita pela burguesia (BRUM, 1999, p. 303-304).

Esta mencionada intervenção estatal na economia se concretizou nos investimentos diretos à indústria, agroindústria, construção de obras de infraestruturas em diferentes regiões do país. O referido autor identifica essa questão recorrente no Brasil e nos demais países capitalistas, sobretudo mediante um discurso comum presente na burguesia, de que o Estado não deve ditar as regras da economia. Porém,

quando a burguesia vislumbra a possibilidade de algum ameaça a seus interesses, ela recorre ao Estado para que ele intervenha.

O Brasil, depois de alguns períodos com a economia estagnada no setor primário e voltado para a exportação, inicia a industrialização, alinhando suas atividades de produção “[...] aos movimentos do capital nacional e estrangeiro [...]” (IANNI, 2004, p. 110). E com isso, ainda sob a ótica do autor,

[...] forma-se uma poderosa aliança entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado nacional. Sob vários aspectos, a revolução econômica realiza-se plenamente. Ou a modernização da economia brasileira alcança pleno êxito.

Desde que o poder público foi levado a atuar de modo combinado com o capital privado nacional e estrangeiro, a transformação do sistema econômico foi substancial (IANNI, 2004, p. 110).

Corroboramos a análise de que as transformações da economia brasileira entre 1970 e 2000 se deram a partir do fortalecimento da aliança entre o capital nacional e estrangeiro. A Ditadura Civil-Militar fomentou essa relação com o discurso de colocar o Brasil no *ranking* das grandes potências mundiais, com indústria competitiva, desenvolvimento tecnológico e agricultura moderna, valorizado pela capacidade de atender a demanda do mercado internacional. A ideologia desenvolvimentista imbricada na lógica do capital constituiu elemento impulsionador da modernização do Brasil (BRUM, 1999).

A modernização é produzida por mudanças estruturais que começam a ser gestadas a partir das primeiras décadas do século XX. Ancora-se em uma concepção falseada de crescimento econômico, que caminha descolada do desenvolvimento social, ou seja, não existe uma relação simétrica entre eles.

Confirmando essa análise, segundo Ianni (2004, p. 111) “[...] a própria sociedade moderniza-se pouco [...]”. E mais adiante acrescenta que “[...] as desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se”.

Em relação ao agravamento das questões sociais, a análise de Brum (1999) contribui para compreender as contradições inerentes ao processo de modernização em nosso país. Para o autor, no Brasil, em apenas doze anos, especificamente entre 1970 a 1982, o número de pessoas expulsas do campo equivale ao número de pessoas dos Estados Unidos, que, durante sessenta anos, saíram do campo para a cidade.

Segundo Brum (1999), diferentemente do nosso país, as populações rurais dos Estados Unidos foram inseridas, na expansão da indústria, em um processo de desenvolvimento de uma economia integrada. No Brasil, esse movimento ocorreu de forma dessemelhante. Em suas palavras: “[...] sem escolaridade e sem qualificação profissional, a maioria desses excedentes rurais passou a congestionar as periferias urbanas, cercando as cidades de miséria, com todo seu corolário de problemas” (BRUM, 1999, p.349). A modernização agrícola no Brasil acelerou o êxodo rural, e, conseqüentemente, o aumento populacional nas áreas periféricas das cidades brasileiras, o que ocasionou, entre outras questões, o aumento do exército industrial de reserva, tão importante para o capital.

Os desdobramentos da modernização podem ser constatados, principalmente, nas transformações que os espaços rurais experimentaram, que vão desde o emprego intensivo das máquinas, o uso da biotecnologia para o aumento da produção e da produtividade, à constituição de novas relações sociais de produção, decorrentes da diminuição uso da mão de obra e o aumento do uso das máquinas no processo produtivo.

Ao discorrer sobre a sociedade agrária no Brasil e o desenvolvimento do campo, Ianni (1984, p. 171) sinaliza que

Não se trata de “desenvolvimento” econômico, social ou outro, mas de desenvolvimento capitalista, acumulação do capital, transformação da agricultura em indústria produtora de capital. Ao desenvolverem-se as relações capitalistas de produção no campo, sob a influência do capital industrial, estão em curso também a expansão e o fortalecimento do grande capital financeiro e monopolista; capital esse que articula os capitais industrial, bancário e comercial em um poderoso bloco de poder.

A expansão do capitalismo no campo tem acarretado a construção de um novo *ethos* que pode ser denominado de uma ruralidade contemporânea, que, nesse caso, é produzida por situações abruptas, gerando, conseqüentemente, sentimentos contraditórios que transitam no campo da perplexidade, da admiração e ou de certa impotência diante da nova conformação social, política, econômica e cultural, configurada pelas relações sociais de produção presentes no campo brasileiro. É a concretização da “expansão e fortalecimento do grande capital financeiro e monopolista” (IANNI, 1984, p. 171).

Referindo-se ao processo de modernização conservadora ocorrido no Brasil, Cruz (2005) menciona que essa modernização acarretou, entre outros fatores, acelerada urbanização e um crescimento econômico que geraram nova configuração social. Nos espaços rurais, a partir dos anos de 1970, foram constituídos novos hábitos e valores advindos do processo de urbanização. O capital urbano gerou nos sujeitos desejos e necessidades que, em outros espaços, eles não teriam.

Para Martins (2002), esse modelo de desenvolvimento levou progresso tecnológico e bem-estar para grupos economicamente privilegiados da sociedade, e exclusão e marginalização para os outros grupos sociais. Não obstante, o capital necessita dessa contradição para que possa continuar sua reprodução, cujo desenvolvimento esbarra nos fossos sociais que produz. Consoante o autor,

[...] Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo de antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2002, p. 13).

O termo “modernização” refere-se ao processo de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas realizadas nos países subdesenvolvidos que buscam uma aproximação política, econômica e social com aqueles que recebem a denominação de desenvolvidos e/ou industrializados (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Esses autores, que discutem as teorias de modernização, apresentam três interpretações distintas, a saber: a psicológica, a econômica e a sociológica. Segundo eles, cada uma delas se configura a partir de suas referências teóricas e versam sobre a formação da sociedade modernizadora.

Na interpretação psicológica, o desenvolvimento da sociedade ocorre a partir da vontade de alguns, notadamente daqueles que detêm o poder econômico. Eles se investem no papel de realizadores de boas ações e se colocam como responsáveis pelo progresso, enfatizando um entendimento social de que a educação pode ser um caminho para alcançar esse desenvolvimento (OTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

De certa maneira, essa abordagem psicológica cria, nos indivíduos, a ideia de que o esforço e capacidade individuais são responsáveis pelas mudanças estruturais na

vida das pessoas. Ela faz com que os sujeitos acreditem que, a partir de seus esforços pessoais e méritos, conseguem alcançar o sucesso desejado. É a racionalidade imposta pelo capital, a instituição da meritocracia, medida que transfere para os indivíduos a responsabilidade de sucesso e/ou fracasso. Existe uma ocultação do aspecto econômico, embora seja ele um dos elementos centrais desse tipo de desenvolvimento, mediante uma exacerbação da ação individual.

Para a segunda, explicação econômica, os autores salientam que as sociedades subdesenvolvidas chegam ao processo de modernização passando por várias fases de crescimento, e que, gradativa e hierarquicamente, vão se aprimorando até elevarem-se ao que se pode denominar de desenvolvidas. Nessa concepção, nega-se o processo histórico e coloca-se toda a responsabilidade do desenvolvimento nos investimentos que cada país realiza. Uma sociedade predominantemente agrícola, por exemplo, para alcançar o *status* de desenvolvida, deveria deixar sua vocação e concentrar esforços na industrialização.

Importante ressaltar que esses estudiosos sinalizam ser presumível a lógica de desenvolvimento, no sentido de que todas as sociedades saem de um patamar "primitivo" até chegarem ao que se convencionou intitular de desenvolvido. O exemplo que apresentam para essa explicação é o processo de industrialização das sociedades ocidentais (ROSTOW *apud* OTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Existe uma relação interna *corporis* entre industrialização, desenvolvimento e modernização, isto é, fazem parte do mesmo lado da moeda. As sociedades mais industrializadas são consideradas as mais desenvolvidas, urbanizadas e, conseqüentemente, as mais avançadas do ponto de vista tecnológico-informacional, atingindo, portanto, um patamar de crescimento que serve de modelo para as outras.

Essa ideia apresenta muito desdobramentos. A tendência natural é que os hábitos, costumes, valores e cultura dos países desenvolvidos sejam importados para países periféricos, e incorporados ao cotidiano das pessoas. Por isso, em todos os cantos do país, nos espaços urbanos e rurais, é comum visualizar camisetas com palavras estrangeiradas, que, certamente, quem está usando não tem conhecimento do seu significado; do mesmo modo, acontece a difusão de músicas internacionais que, embalada pela melodia, produz incorporação de expressões estrangeiras na linguagem cotidiana.

Em relação à interpretação sociológica, tem prevalecido a teoria de que as sociedades alcançam a modernização na medida em que são estabelecidos parâmetros de comparação entre o que se preconizou definir de "tradicional" de um lado, e de "moderno" de outro. Para isso, são estabelecidas algumas variáveis sociais e institucionais que serão utilizadas para a classificação das sociedades em termos de desenvolvimento (MAX WEBER; TALCOTT PARSONS *apud* OTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Essas variáveis sinalizam o que pode ser considerado moderno ou tradicional em uma estrutura social.

A abordagem sociológica, a terceira, ganha centralidade na discussão sobre desenvolvimento na medida em que estabelece parâmetros entre o que define como 'moderno' e 'atrasado'. Nas palavras de Martins (2004, p. 55), "[...] a industrialização, a urbanização, a migração interna e outros processos, com suas implicações no mundo agrário, reabrem o problema do desenvolvimento desigual e combinado". Essa abordagem coaduna com as demais, pois todas elas – psicológica, econômica e sociológica – têm um eixo comum: associam modernização com industrialização e urbanização, sobrepondo espaços que se diferem dessa realidade.

Essas concepções sobre modernização, segundo Outhwaite e Bottomore (1996), têm sido alvo de intensas apreciações críticas. Para fins desse estudo, interessa-nos citar a inexistência dos processos históricos e das particularidades de cada país nas análises realizadas. Assim, os países que buscam a modernização, independentes de suas singularidades sociais, políticas, econômicas e culturais possuem um mesmo percurso de desenvolvimento. As sociedades desenvolvidas são modelo. Constrói-se, desse modo, uma espécie de cultura geral, ou melhor, uma padronização dos países, e, por conseguinte, padronizam-se as pessoas que residem nesses espaços. Quem não se identifica com esse modelo não participa das benesses oriundas desse desenvolvimento. Não é por acaso que os países se organizam em grandes frentes econômicas com objetivo de se defenderem das intempéries do mercado, mas também para consolidarem seu *modus operandi*.

É importante destacar que a abordagem sociológica da modernização conservadora apresenta uma interpretação desvinculada dos processos históricos mediatizados na sociedade, como também expõe o modelo de desenvolvimento ocidental como sendo capaz de gerar as transformações nos campos econômico, político e social. Sua exemplificação como parâmetro de sociedade é algo intrínseco à nossa

história. No Brasil, o modelo eurocêntrico de mundo prevaleceu durante a Colônia e o Império. Na República, ancorou-se no *american way of life* como projeto de referência. Na contemporaneidade, continua espelhado nas sociedades cognominadas de desenvolvidas (BRUM, 1999; VIANA, 2015).

Mais uma vez, o processo histórico das sociedades é desconsiderado na medida em que trazem o ocidente como referência e que aceitam ser esse o desenvolvimento ideal. Esse entendimento tem proporcionado aos países periféricos uma infiltração cultural, econômica e política que se desdobra em gosto cultural, tais como músicas, filmes, roupas etc, constituindo, assim, concepções de mundo que corroboram esse *status* de desenvolvimento.

Maranhão (2014), ao analisar a modernização no Brasil, constata que a burguesia brasileira construiu um arcabouço ideológico para justificar o seu projeto de classe em torno do desenvolvimento. Para explicitar melhor sua análise, o autor recorre à teoria do “mito de desenvolvimento econômico”, de Celso Furtado.

Na concepção de Maranhão (2014), embasada em Celso Furtado, a ideologia recorrente é que os países periféricos superariam suas condições de desigualdade e, portanto, chegariam ao mesmo nível dos países desenvolvidos. Isso é o que Furtado denominou de mito. Para tanto, coube à burguesia brasileira construir sua concepção de mundo em torno de duas diretrizes básicas: (i) um conjunto de ideias capazes de serem operacionalizadas na superação das condições de desigualdades; e (ii) convencer as classes populares que estas ideias pertenciam a toda a sociedade. Assim explicita o autor:

Foi através das promessas de superação do subdesenvolvimento elaboradas por organizações internacionais como a CEPAL, por instituições sociais como o ISEB, por organismos de classe como a CNI e pelos diversos burocratas estatais, que a burguesia brasileira ganhou a adesão e a legitimidade necessária para conduzir seu projeto societário de modernização da economia brasileira (MARANHÃO, 2014, p. 308).

A burguesia brasileira elaborou projetos de desenvolvimento e convenceu a sociedade de que esses projetos eram viáveis e que ajudariam o país a sair de uma situação periférica, alcançando patamares de desenvolvimento. Essas ações já tinham sido gestadas desde o governo JK com o seu slogan “cinquenta anos em cinco”, e o Plano de Metas. Na Ditadura Civil-Militar, temos exemplos proeminentes do “mito

do desenvolvimento”. A construção de um Brasil Potência, que era cantado nas escolas: “esse é um país que vai para frente”, concretizando-se no “milagre econômico”, em que o governo dizia da necessidade do “bolo crescer” para ser dividido com toda a sociedade.

Essa ideologia, que foi divulgada pela burguesia nos meios de comunicação, nas escolas, universidades, vai dar sustentação ao seu projeto de classe dominante, que se confunde com o projeto da sociedade. De acordo com Maranhão (2014, p. 308):

Em diferentes fases do processo histórico de industrialização brasileira, a ideologia de superação do subdesenvolvimento através das políticas desenvolvimentistas cumpriu o papel de oferecer o horizonte ideológico que possibilitou à burguesia mobilizar as forças políticas necessárias para impulsionar a industrialização brasileira. [...]

A ideologia desenvolvimentista revela que a modernização, ao ignorar os processos e estruturas históricos sociais, produz uma visão unilateral e, ao mesmo tempo, reforça um padrão de sociedade desenvolvida que deve ser seguido por aquelas que desejam alcançar esse patamar. Contrapondo a essa visão e contribuindo com uma concepção crítica da modernização, Fernandes (1975) sinalizou que o que difere os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos ultrapassa os aspectos econômicos.

Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem um padrão cultural nem um padrão de integração da ordem social. A transferência se deu no nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses socioeconômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais, e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo (FERNANDES, 1975. p. 13).

O processo de modernização institui ‘normas’ e ‘valores sociais’ que serão imprescindíveis para a consolidação da sociedade capitalista. Essas normas e valores vão delinear o novo corpus social que esse desenvolvimento deseja. A instituição escolar é uma das principais fontes de construção desse modelo; os conteúdos que trabalha, a maneira como organiza seu processo formativo, as concepções ideológicas que dissemina são estruturantes nesse contexto.

As sociedades subdesenvolvidas passam a identificar-se com essas concepções que, paulatinamente, vão sendo internalizadas em seu cotidiano; “[...] trata-se da consolidação do capitalismo, mas mediado, filtrado por traços e tensões fundamentais da nossa formação social, [...]” (BHERING, 2008, p. 197).

O desenvolvimento econômico mencionado produziu algumas transformações sociais e culturais na sociedade, porém isso não significou mudanças estruturais, mas apenas alguns arremedos necessários para a manutenção desse processo de modernização, como método de inclusão e integração do indivíduo. A concepção de um “capitalismo mediado” oportuniza a visão de que existe uma complacência no sentido de que o capitalismo pode melhorar a vida das pessoas. Com isso, se estabelece um ideário da oportunidade, do esforço pessoal e, conseqüentemente, da meritocracia.

Em uma discussão sobre *O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal*, Martins (1997), ao discorrer sobre os paradoxos do capitalismo que exclui para incluir, afirma que “[...] *A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir*, de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (MARTINS, 1997, p. 32). Exemplificando essa análise, o autor pondera:

Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional. Ao mesmo tempo, os camponeses foram desenraizados porque o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria. E trabalhassem segundo o ritmo e a lógica que é própria do capital (MARTINS, 1997, p. 32)

O processo de desenraizamento não acontece apenas do ponto de vista material, da expulsão da terra, do *habitat* dos trabalhadores rurais, mas envolve o desenraizamento de sua história, de sua cultura, do seu jeito de ser “da roça”. Em essência, vai sendo construída, paulatinamente, uma outra lógica de vida para esse trabalhador. O capital expropria as terras e o transforma em assalariado, subempregado, desempregado, sem-terra. Ele constrói uma nova racionalidade para essas terras, que é a do lucro, da renda da terra, do retorno rápido.

Outra apreciação a respeito da modernização é a crença de que todas as nações, a fim de conseguirem o padrão de desenvolvimento para se industrializarem, passam pela

mesma trajetória. O percurso histórico, suas peculiaridades, o desenvolvimento cultural de seu povo, enfim, todas essas mediações são relegadas a um segundo plano, pois não se respeita o movimento que cada sociedade é capaz de constituir.

Essa unificação *fetichizada* atende tudo e todos ao mesmo tempo: “[...] o capitalismo é um sistema de mercantilização universal; e de produção de mais valia. Mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas [...]” (IANNI, 1982, p. 18). Assim, transforma a vida em mercadoria. A modernização da sociedade é um desdobramento do sistema capitalista e, conseqüentemente, dessa mercantilização.

Por isso, essa modernização está encrustada nos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que, em suas relações, processos e estruturas, vão construindo sua trajetória. Essa discussão ancora-se nesses fatores, em que cada país de acordo com suas especificidades foi construindo seu caminho. A par dessas considerações, Fernandes (2006, p. 261) adverte que

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica.

Neste aspecto, o processo de modernização da sociedade, intrínseco ao capitalismo monopolista, desenvolveu-se no Brasil de forma diferenciada, não seguindo o mesmo padrão de outras sociedades. O Estado brasileiro foi um dos principais sustentáculos desse processo. A nosso ver, modernização é uma etapa de afirmação do capitalismo, que, segundo o discurso hegemônico, tem como eixo condutor o desenvolvimento dos países a partir da industrialização com o intuito de superar o atraso social, político, econômico, tecnológico e cultural dos países periféricos, e, ao mesmo tempo, construindo valores e culturas que reforçam as estruturas capitalistas.

No Brasil, as principais mudanças estruturais na economia, política e sociedade brasileira ocorreram de forma intensa a partir dos anos de 1930, período que consolida “[...] o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 34). Esse modelo de desenvolvimento tinha o objetivo de fortalecer o mercado interno a partir do investimento na industrialização, superando o “mundo arcaico” representado pelas

oligarquias rurais. A ideia de suplantação do “tradicional, do atraso” e a afirmação do “novo, do moderno” foi desenvolvida de forma intensa. Para Maranhão (2014, p. 308),

É nesse sentido que, no período de 1930 a 1964, podemos afirmar que houve a construção e socialização de um verdadeiro *conjunto ideológico desenvolvimentista* que, ao mesclar-se com a ideologia liberal, própria das oligarquias agro-exportadoras, tanto possibilitou a fusão dos diversos interesses burgueses como também mobilizou as forças políticas e legitimou as diversas estratégias de modernização da economia capitalista no Brasil.

O processo de modernização da economia brasileira foi se constituindo a partir de 1930. Para isso, foram necessárias adesão e legitimidade dos diferentes segmentos sociais à sua implantação, adequando-a às condições existentes. Importante salientar essas adequações, pois não obstante os defensores da modernização preconizem a não influência da historicidade de cada nação, Fernandes (1975, p. 13) indica que

Em semelhante contexto histórico-social, “modernização” significava mais e menos que “europeização”. Era mais, porque estava em jogo a implantação, em bloco, de uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável para as condições ecológicas, materiais, sociais e morais dadas na situação sociocultural existente. Era menos, porque nenhum grupo social possuía meios para saturar historicamente, imprimindo-lhes plena eficácia, as técnicas, as instituições e os valores importados da Europa.

Por mais que se pense em situações homogêneas, as mediações históricas estão presentes e sinalizam as contradições existentes na sociedade. Nesse sentido, Fernandes (1975, p. 13) revela que “o liberalismo [...] servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão [...]”. A modernização que estava presente no Brasil mantinha as estruturas tradicionais e arcaicas da sociedade colonial. E ainda consoante o mesmo autor, tudo isso era importante “[...] para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil [...]” (FERNANDES, 1975, p. 13).

Com isso, a própria terminologia *modernização* não é tão moderna assim, pois apresenta, em seus nexos, constitutivos fatos e relações de uma sociedade conservadora, que insiste em manter os privilégios de poucos em detrimento de uma ampla maioria. Uma sociedade que, no processo de colonização portuguesa, ancorou-se no latifúndio monocultor e escravagista, e que, nos séculos XX e XXI, tem o agronegócio como o

carro chefe das grandes propriedades agrícolas. O percurso histórico do Brasil sinaliza uma trajetória produzida por contradições, inerentes à sociedade capitalista presentes em nossos processos sociais. A forma como a sociedade brasileira foi-se organizando revela ainda como sua herança histórica continua presente em nosso cotidiano. Evidentemente, esse movimento não ocorreu e nem ocorre de forma linear. Os seus processos e estruturas históricos foram sendo construídos e reconstruídos a partir das experiências passadas, que continuam direcionando as atividades hodiernas.

A realidade de um Brasil incrustado em sua tradição explica as relações extemporâneas da sociedade. Ianni (2004, p. 19) refletiu que,

[...] ao fim do século XIX, o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo.

É nesse processo histórico que as classes se constituem e que a concepção de sociedade modernizadora se efetiva, de um lado, caminhando para concretização de parques industriais, de desenvolvimento tecnológico, de substituição da mão-de-obra dos trabalhadores pelas máquinas e, de outro lado, as estruturas que fundamentam todo esse desenvolvimento continuam obsoletas e a serviço de uma aristocracia com mentalidade colonial. Daí a expressão “modernização conservadora”.

1.1.1 A Modernização Conservadora e seus nexos constitutivos

A modernização brasileira é adjetivada de conservadora, porque um dos seus pilares, que é indivíduo como portador de direitos civis, políticos e sociais, não se completou. A concepção de instituição do indivíduo está alicerçada nos ideais do liberalismo, que se traduzem em igualdade, liberdade e solidariedade. De acordo com Maranhão (2014), esse discurso de atraso do capitalismo no Brasil foi desenvolvido pela classe dominante brasileira por meio da ideologia desenvolvimentista. Esta se caracterizava pelas mudanças das condições de vida das pessoas e pela saída do Brasil do subdesenvolvimento, na medida em que há um desenvolvimento das indústrias, intervenção do Estado na economia e generalização do trabalho assalariado.

Essas medidas, entretanto, não são isoladas e, conseqüentemente, estão imbricadas no cenário mundial. As mudanças que foram alardeadas como um caminho de superação do subdesenvolvimento dependiam de fatores externos. No caso específico do sistema capitalista, as décadas de 1980 e 1990 revelaram momentos de crise em sua estrutura em virtude da acumulação. Sobre essa questão, Maranhão (2014, p. 313) destaca que:

[...] as transformações que se processaram no sistema capitalista mundial e o surgimento do neoliberalismo como direção ideopolítica do processo de restauração do capital em crise fizeram com que as promessas da *ideologia desenvolvimentista* gradativamente passassem a entrar em contradição com os interesses do projeto burguês. Nesse momento histórico de intensificação da mundialização capitalista, o objetivo da política neoliberal era se apresentar como uma alternativa ideológica viável ao esgotamento do antigo modelo de substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista [...].

Essa nova realidade do desenvolvimento do capital proporciona a construção de sociedades efêmeras, com poucos vínculos entre si, a desregulamentação das relações de trabalho e a “[...] ascensão de um setor financeiro internacional, que assume a direção política e econômica dessa mundialização capitalista” (MARANHÃO, 2014, p. 315). Uma das conseqüências desse novo contexto é a formação de grandes conglomerados econômicos que espraiam seus domínios para os países, consolidando a divisão entre os países centrais e periféricos. Nestes, predominam sociedades destituídas dos direitos fundamentais. Essa etapa do capitalismo também se fez presente no território brasileiro.

Ainda conforme Maranhão (2014), a dependência maior do capital brasileiro ao capital estrangeiro pode ser verificada durante os dois mandatos governamentais de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002), quando, “[...] ironicamente, a burguesia brasileira avança no seu caráter subordinado ao imperialismo, integrando definitivamente o Brasil à dinâmica de neocolonização financeira [...]” (MARANHÃO, 2014, p. 316). Esses períodos representam o aprofundamento das políticas neoliberais, por meio das privatizações das empresas estatais.

Sobre os desdobramentos ocorridos nos países que se ancoram nesse modelo de desenvolvimento, Coutinho (2010) revela que estamos sendo impelidos, pelas reformas neoliberais, a uma desconstrução dos direitos que foram conquistados ao longo de muitos anos, e tudo isso, segundo ele, “[...] tem por objetivo a pura e simples

restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios a lei do mercado” (COUTINHO, 2010, p. 37). Não tão aparente, o mercado institui o estilo de consumismo, os hábitos que pretende perpetuar, a cultura adequada ao seu desenvolvimento, construindo modos de vida e visão de mundo. Boa parte desses novos estilos de vida é construída pelas instituições educacionais. Para Martins (2000, p.18), “[...] o Brasil, passa, isso sim, pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade”.

Martins (2000) diz que, na modernidade, ou seja, no processo de instituição do indivíduo, “o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar” (MARTINS, 2000, p. 20). Ele burla a consciência do indivíduo, fazendo com que este se coloque como autor dos processos históricos, quando, na verdade, é apenas um instrumento. O autor ainda menciona que,

Diferente do que acontecia no capitalismo clássico, o capitalismo dos modelos teóricos e interpretativos surgidos entre a segunda metade do século XIX e o período histórico que se fecha com a Segunda Guerra Mundial, a alienação do homem moderno, dos que trabalham e são explorados, já não se encerra num círculo funcional de enganos e mistificações eficazes. Já não é possível acobertar as contradições por meio das ideologias que as recubram com seus enganos coerentes e lógicos (MARTINS, 2000, p. 20).

A consolidação do processo de modernização não é tão simples no mundo contemporâneo; depende de instrumentos eficazes e eficientes para sua perpetuação. A instituição educacional, como formadora de processos educativos, é um deles, porém, sozinha, não consegue ser competente nessa tarefa. As demandas e necessidades que cria, necessitam de outras estruturas de complementação, tais como as lojas, os cinemas, as músicas, a internet, os *fast-foods*. Na constituição de novos hábitos, é fundamental que o mercado esteja pronto para atendê-los, bem como que suscite outros.

Além dessa consolidação, a sociedade cria mecanismos de denúncia das situações instituídas pelos seus processos históricos. A princípio, parece incoerente, mas é algo inerente à sua essência. O capitalismo destrói as culturas tradicionais e, ao mesmo tempo, estimula, financia grupos que fomentam essas expressões populares. Para Martins (2000, p. 21), “[...] a modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo [...]”, “[...] o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas [...]”.

Agindo assim, vão-se sustentando e construindo formas de vida, desejos, sonhos, que, internalizados, apontam caminhos, e, conseqüentemente, se adequam à

modernização. Para isso, basta observar os fragmentos do tradicionalismo, do arcaico que, insistentemente, se fazem presentes em nosso cotidiano transmutado, imbricado desses novos ideais. As mediações entre passado, presente e futuro são interligadas e constroem os ajustes necessários à modernização. Segundo Ianni (2004, p. 33):

Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação [...].

Um dos movimentos mais perceptíveis dessas heranças e de suas relações com a contemporaneidade é o que ocorreu na economia brasileira na passagem da sociedade ruralizada para a industrializada. A consolidação das classes sociais, decorrentes do processo de industrialização, as relações de trabalho, a urbanização da vida vieram imbricadas com formas de vida não muito diferentes das anteriores. Não se trata apenas de dizer que o arcaico permanece, mas que ele é revestido dos “prenúncios do Brasil moderno”.

Para Martins (2000), as transformações ocorridas no mundo rural e, no caso do Brasil, nos territórios considerados fronteira agrícola, as formas “modernas” do capital convivem com a escravidão, um modo de produção existente da Colônia até a República, com a alta tecnologia. Conforme o autor,

A escravidão, aí, não é persistência do passado em fazendas de propriedade de empedernidos latifundiários ainda apegados às tradições da dominação pessoal. Ao contrário, são fazendas organizadas segundo as concepções e as possibilidades mais modernas do grande capital (MARTINS, 2000, p. 36).

O que fica implícito e explícito é que o moderno capital utiliza de mecanismos considerados incoerentes com suas novas “faces”. Essa “irracionalidade” não contradiz o jeito contemporâneo de sua reprodução; muito pelo contrário, ela é intrínseca a esse modelo. Esta é a sua racionalidade contemporânea. Por isso é que muitas regiões agrícolas, consideradas avançadas do ponto de vista do agronegócio, são denunciadas pelo uso e práticas de trabalho humano análogo à escravidão.

Essa forma de reprodução do capital incorpora o seu projeto de expansão, como também de sua reprodução, pois amplia seus lucros e desconsidera as pessoas. Por isso,

podemos afirmar que a contradição é inerente a essa realidade. “Sem dúvida, é uma contradição que complica, porém, a compreensão dos dinamismos sociais” (MARTINS, 2000, p. 37).

A modernização conservadora no Brasil, em seus processos e estruturas, construiu um arcabouço ideológico de superação do subdesenvolvimento, possibilitando a ideia de constituição do indivíduo autônomo, emancipado. Entretanto, Bhering (2008, p. 117) afirma:

[...] a modernização tem se dado de forma não democrática, sem a participação popular e sob hegemonia conservadora. Seria uma modernização sem modernidade, já que elementos decisivos desse encontro, numa acepção clássica, como a democracia e a cidadania, estão poucos presentes [...].

O movimento que a modernização realiza é de incorporação das tradições, do arcaico, no sentido de reestruturá-los e organizá-los conforme as novas concepções sociais, políticas, econômicas e culturais que interpõem-se ao seu processo. “[...] A sociedade brasileira não está em transição, mas vive de forma plena seu moderno e ‘ocidental’ presente, no qual o passado se reapresenta como tragédia e farsa [...]” (BHERING, 2008, p. 113).

Mesmo que o país tenha, em sua história, transcorrido diversas conjunturas políticas, determinadas questões, entre elas a relação do poder público com a sociedade, a forma de apropriação privada das ações do Estado, a manutenção dos privilégios de grupos econômicos e políticos, o poder exercido pelo e no latifúndio, têm sido recorrentes, independentemente do modelo político que o país possua.

No Brasil, a modernização conservadora apresenta suas particularidades em virtude das peculiaridades regionais, da herança escravagista e do modelo de desenvolvimento do capital que foi implantado em nossa sociedade. O confronto entre o novo e a tradição oportunizou feições diferenciadas que, em seus desdobramentos, apontam incoerências no cotidiano. A sociedade brasileira oriunda da modernização é “[...] não só muito esgarçada, mas atravessada por diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais” [...] (IANNI, 2004, p. 19).

Sabemos que a modernização não atingiu apenas a área econômica, com o incentivo ao processo industrial. Ela foi essencial para o fortalecimento de um projeto

populista de sociedade, que tem conseguido, por meio de seus processos e estruturas, assegurar, sobretudo uma falsa “harmonia social” ao mesmo tempo em que fortalece o Estado na defesa e garantia dos interesses dos grupos hegemônicos. Essa pseudo harmonia social pode representar, de um lado, a visão de uma sociedade pacífica que não reivindica seus direitos, e, do outro, o prisma de uma sociedade que estabelece parcerias com o Estado, que se torna coadjuvante com as ações sociais que ele promove.

Essas transformações políticas, socioeconômicas e culturais do Brasil estavam imbricadas em sua história desde a colonização e, portanto, as mudanças ocorridas na modernidade podem ser configuradas como um ajuste no processo de modernização. Ao analisar esse desenvolvimento, Fernandes (2006, p.256) enfatizou o papel exercido pela burguesia e a sua conduta no golpe civil-militar, sinalizando que,

[...] apesar das aparências, não se constituiu um grupo reinante homogêneo, mas uma composição civil-militar, com preponderância militar e um nítido objetivo primordial - o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes).

A burguesia brasileira não hesitou em fazer aliança com os setores conservadores da sociedade desde que seus interesses pudessem ser mantidos e ampliados. Essas alianças têm sido estimuladas, pois reforçam o poder do capital e não ameaçam a burguesia. As transformações ocorridas no Brasil nesse período consolidam o projeto burguês de sociedade e a associação com o capitalismo internacional. Nessa direção, Fernandes (2006, p. 257) afirma:

Coerente com sua lógica econômica e política, o poder burguês fez da *iniciativa privada* e de seu sistema um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados internos e externos (agora associados ao poder público também no nível econômico). Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder.

A consolidação do projeto burguês da sociedade brasileira esteve *pari passu* se configurando com o desenvolvimento do capitalismo internacional, cujas ações referendavam os princípios da dependência socioeconômica, política e cultural dos países que se encontravam na periferia desse desenvolvimento.

A incorporação dessa modernidade acontece pela tradição. Para Martins (2000, p. 53), ela “[...] agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo”. Com essa assertiva, desmistifica-se a ideia de que a tradição é destruída e que, em seu lugar, novos valores são construídos. Martins (2000, p. 53) continua:

Na falta de autenticidade, a modernidade latino-americana empresta, da consciência conservadora implícita no nosso tradicionalismo, os referenciais de sua consciência de si mesma, de sua própria crítica. Vive em simbiose com aquilo que a nega. Nisso está o fato de que a consciência moderna é incompleta [...].

Essa incompletude oportuniza relações anômalas que estão presentes no cotidiano das sociedades. Segundo Martins (1995, p. 6),

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as *recria*, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada.

O que se compreende desse contexto é que o Brasil, no percurso de sua história social, política e econômica e na consolidação do ideário da modernização de sua sociedade, “recriou” e “reproduziu” relações sociais que, aparentemente, podiam ser as mesmas do período tradicional. Todavia, essas relações contemporâneas apresentam, em seu âmago, as contradições históricas do capital, revestidas da modernidade.

De acordo com Brum (1988, p. 54),

A estratégia da modernização conservadora tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada para a viabilização e implantação do capitalismo no campo.

A estratégia elaborada pela modernização conservadora, entre outros aspectos do desenvolvimento econômico, “abriu as fronteiras do Brasil ao capital estrangeiro”. Após o golpe civil militar de 1964, a agricultura brasileira foi se adequando a esse contexto,

sobretudo amparada em políticas para a consolidação desse projeto e, conseqüentemente, do capitalismo. Nesse aspecto, as ações de aprimoramento e desenvolvimento da agricultura no Brasil não estavam isoladas, mas imbricadas em um contexto maior, de aperfeiçoamento e melhoria dos grãos, do uso intensivo dos agrotóxicos, da mecanização agrícola e da tecnologia como aliada no aumento da produção e da produtividade. Belik, Silva e Tagaki (2001, p. 120-121) afirmam que “[...] a questão da fome e da carestia começa a receber uma atenção especial dos governantes [...]” e, conseqüentemente, essa “atenção” proporciona a elaboração de políticas e programas que pudessem sobrepor essa realidade.

No Brasil, a estratégia governamental construída a partir da década de 1970 incorpora o projeto de agricultura mundial que tinha a agroindústria como eixo norteador. Em decorrência dessa realidade, acentua-se a monopolização dos insumos agrícolas controlados pelos grupos econômicos internacionais. Esse contexto “[...] se enquadra perfeitamente no chamado ‘modelo econômico brasileiro’ capitalista, associado, dependente, concentrador, exportador e excludente” (BRUM, 1988, p. 55). “[...] Em outras palavras, modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura. Nesse sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos utilizados” (BRUM, 1988, p. 60).

Entretanto, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira não se formalizou apenas com métodos e técnicas novas de plantio, cultivo e comercialização. Para que ele se efetivasse foi necessário construir uma lógica empreendedora e racional da produção. As relações sociais de produção são reestruturadas. O resultado dessa produção se desloca de objetivar o consumo interno, de atendimento às necessidades de quem produziu, e passa a focar no mercado, no lucro advindo de sua comercialização (BRUM, 1988).

Para que essa agricultura se tornasse exitosa, foram necessários a ampliação das fronteiras agrícolas, mão de obra especializada e maquinários agrícolas adequados. Na concretização desse modelo agrícola de modernização conservadora, dois outros fatores foram preponderantes: a pesquisa e o investimento tecnológico.

1.2 Pesquisa e investimento tecnológico como vetores de desenvolvimento do agronegócio no cerrado brasileiro

O histórico da agricultura brasileira pauta-se em duas vertentes. De um lado, a agricultura de exportação e internamente concentrada nas mãos de poucos latifundiários; do outro lado, a agricultura de subsistência, praticada por pequenos agricultores, objetivando primordialmente o abastecimento de suas famílias. No contexto da modernização da agricultura, foi necessário o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e o aumento da produção para o atendimento da agroindústria. Esse entendimento é ratificado por Ianni (2004) ao afirmar que na, constituição do sistema capitalista no Brasil, potencializou-se a oscilação entre duas direções: uma mais voltada ao fortalecimento do mercado interno, ao desenvolvimento da indústria nacional, e outra inclinada para as articulações internacionais, com a presença forte do capital estrangeiro, constituindo o capitalismo associado que tem prevalecido nesse percurso histórico.

A dependência do mercado externo ocasionou um recuo no desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, uma subserviência aos produtos oriundos dos conglomerados internacionais. Para Brum (1988), o caminho encontrado para o controle e a internacionalização das pesquisas foi a proliferação de centros internacionais em várias partes do mundo, “[...] voltados a pesquisas relacionadas com determinados produtos agrícolas, de acordo com os interesses e a orientação das grandes corporações” (BRUM, 1988, p. 47).

O investimento externo nos cerrados brasileiros, por meio de projetos de desenvolvimento em parceria com grupos e governos estrangeiros, revela as estratégias e intencionalidades do capital na concretização de sua política de ampliação das fronteiras agrícolas. Uma dessas políticas que apresentou modificações em termos de ampliação dos espaços agrícolas cultiváveis, a introdução dos insumos agrícolas, como também a utilização de tecnologia para a melhoria da produção, foi o programa denominado de *Revolução Verde*, elaborado no período da Segunda Guerra Mundial, que, consoante Brum (1988, p. 44),

[...] tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de

experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

Implicitamente, as transformações agrícolas que vão sendo gestadas estão além do aumento da produção e da produtividade; elas organizam novas formas de plantio, de comercialização a partir de uma lógica de desenvolvimento que ultrapassa as fronteiras e coloca os países periféricos dependentes dos “pacotes tecnológicos” desenvolvidos pelos grupos transnacionais.

Os centros de pesquisa orientavam os agricultores a introduzirem, em suas práticas, novas culturas de plantio, de manejo do solo, de uso de fertilizantes, maquinário que, economicamente, garantiriam o aumento da produção e da produtividade. Assim, exportavam o pacote tecnológico que produziam e, ao mesmo tempo, deixavam os agricultores dependentes de seus insumos e, conseqüentemente, dos grupos transnacionais. Entretanto, todas essas ações que oportunizaram o aumento da produção, não foram eficazes para diminuir a fome, pois faltava à população condições financeiras para adquirir os produtos. Outro fato também preocupante é que o uso sem controle adequado dos agrotóxicos coloca em risco o meio ambiente e o próprio agricultor (BRUM, 1988; ANDRADES, GANIMI, 2007).

O que podemos apreender nesse contexto é que o desastroso legado da Revolução Verde é bastante significativo, tais como “[...] deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, [...]” (ANDRADES, GANIMI, 2007, p. 55), e que está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da agricultura moderna e sua associação com a agroindústria.

O desenvolvimento desse modelo agrícola no Brasil se deu com a ampliação das fronteiras internas e o cultivo dos produtos que interessavam o mercado mundial. A ocupação dos cerrados brasileiros é parte constitutiva desse processo e pode ser dividida em dois momentos: i) inicialmente, nas décadas de 1960 e 1970, sob os efeitos da Revolução Verde, o incremento das pesquisas, com a presença decisiva do Estado como garantia e aproximação da agricultura com a indústria; e ii) posteriormente, a partir de 1980, o Estado brasileiro começa a diminuir sua participação em setores estratégicos da economia, incentivando o processo de privatização, a formação dos *commodities*, as

mudanças nas relações comerciais e sobretudo o avanço da tecnologia informacional. Essas ações foram basilares na constituição de uma “agricultura científica e globalizada”. (CASTILHO, 2004, p. 35-36)

De acordo com Maranhão (2014, p. 316),

No Brasil, [é] desde a ditadura civil-militar que a dinâmica capitalista periférica intensifica o processo de liberalização, incentivando as fusões entre o capital local e o capital financeiro internacional. Agindo assim, a autocracia burguesa foi a principal responsável pela escalada do capital financeiro internacional no Brasil, patrocinando as primeiras iniciativas para a concentração e centralização de capitais monetários nacionais e estrangeiros numa inserção subalterna da economia brasileira ao novo mercado financeiro em processo de mundialização.

Esta análise corrobora a compreensão que temos do imbricamento do capital e seus desdobramentos em várias partes do mundo. A presença e atuação do capital financeiro internacional no Brasil contribuiu para a implantação de projetos de desenvolvimento dos cerrados, dos objetivos e destinos da produção proveniente desses projetos. O que está posto nesse contexto de mundialização da economia, e se apresenta como forma de desenvolvimento, é a subserviência do capital nacional ao capital internacional, e, especialmente na agricultura, não existe especificidades na produção e comercialização dos produtos. Eles se integram e transitam em âmbito regional e mundial.

1.3 Integração regional e desenvolvimento agrícola em Barreiras – Bahia

A expansão e o fortalecimento do capital estão diretamente relacionados a ampliação de mercados escolhidos a partir da sua lógica de desenvolvimento, e, conseqüentemente, não tem pátria, pois são implantados de acordo com o lucro que pretendem alcançar. Para isso, torna-se necessária a implantação de políticas públicas favoráveis à produção da modernização conservadora da agricultura na ocupação dos cerrados.

Na Região Oeste da Bahia, encontram-se três dos principais afluentes do Rio São Francisco: Rio Grande (Barreiras), Rio Carinhanha (Carinhanha) e Rio Corrente (Santa Maria da Vitória). Esses rios exerceram, nos séculos XVIII e XIX, a tarefa de não apenas contribuírem para a sobrevivência da população, como também se tornaram

o mais importante meio de comunicação com o restante do país. Por suas embarcações, os alimentos e as pessoas chegavam e partiam, alguns permaneciam e, com isso, os povoados e vilarejos que estavam diretamente ligados a eles passaram por transformações na sua economia (SANTOS FILHO, 1989; ILARIO, 2011).

Figura 1: Vapor do São Francisco – Barreiras-BA, em 1949.



Fonte: <biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 06 set. 2016.

Figura 2: Cais do Porto – Barreiras-BA, em 1949.



Fonte: <biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 06 set. 2016.

Convém observar, entretanto, que, nos séculos citados anteriormente, Barreiras-BA, por sua distância da capital e de outros centros urbanos, estava aquém do crescimento econômico. As transformações começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, e “[...] o município de Barreiras consolidou-se como um importante centro de serviços no Oeste do estado da Bahia, aliados a uma produção e a uma industrialização crescentes, além de um comércio substancial polarizado em torno do município”. (ILARIO, 2011, p. 10)

O processo de modernização conservadora em Barreiras (BA) não transformou apenas a produção agrícola com a introdução do maquinário e tecnologias. Ele mudou as relações sociais, econômicas, culturais, políticas. Constituiu processos identitários da população em um novo *modus operandi*, não apenas na agricultura, mas em todos os setores da sociedade. Essas transformações ultrapassaram as fronteiras do município, atingindo também os municípios circunvizinhos.

De acordo com Santos (2007), antes da introdução da agricultura capitalista nas terras dos cerrados, a economia do estado da Bahia estava com dificuldades. A modernização criada na Região Oeste contribuiu para a mudança desse cenário, na medida em que houve o aumento da produção. A tabela 1 retrata esse crescimento.

Tabela 1: Produção em grãos na Região Oeste da Bahia em toneladas no período de 1980 a 2000

CULTURAS	Períodos/anos		Taxa de Crescimento (%)
	1980	2000	
ALGODÃO	26.494,00	110.885,00	418,53
ARROZ	9.533,00	86.400,00	906,33
FEIJÃO	12.254,00	51.742,00	422,25
MILHO	2.738,00	891.147,00	32.547,37
SOJA	1.019,00	1.508.115,00	147.999,51

Fonte: IBGE/ PAM – Produção Agrícola Animal
(Adaptação da autora)

A tabela 1 representa o processo de crescimento da produção na Região Oeste da Bahia no período de implantação e consolidação da agricultura capitalista. Destacamos a soja como principal produto, gerador de grandes divisas para o Estado. Outro produto também em destaque é o milho que passa a ser produzido em grande escala e para o mercado nacional. Esses dados demonstram que o investimento no agronegócio na

Região Oeste da Bahia foi responsável não só pelo aumento da produção agrícola, mas, como foi dito, também pelas transformações sociais, políticas e culturais (SANTOS, 2007).

Entre as transformações sociais podemos elencar o aumento da população. O advento da agricultura mecanizada proporcionou a migração para os municípios da Região Oeste não apenas dos produtores do agronegócio, mas de profissionais de vários setores. Barreiras e os vinte e três (23) municípios da Região Oeste apresentaram um crescimento populacional que está exposto na Tabela 2.

Tabela 2: Dados demográficos: População Total: Barreiras, Região Oeste, Bahia (1970-2000) e Taxa média geométrica de crescimento anual (%) da população.

NATUREZA	ANO				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
BARREIRAS	20.864	41.454	92.640	131.849	98,69	123,48	42,32
OESTE	295.823	336.816	438.953	486.258	13,86	30,32	10,78
ESTADO	7.493.470	9.454.346	11.867.991	13.070.250	26,17	25,53	10,13

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000³.

(Adaptação da autora)

O aumento populacional está diretamente relacionado ao processo de modernização da agricultura dos cerrados baianos. Contraditoriamente, a população não se concentrou nos espaços rurais, mas nos urbanos. A tabela 3, a seguir, apresenta esses dados. Essa realidade revela que o agronegócio não gera empregos no campo. A propósito, em sua análise, Haesbaert (1997, p.145) afirmou que,

Além de exigir mão-de-obra qualificada, o que exclui a maior parte dos trabalhadores migrantes nordestinos, a agricultura moderna, principalmente a da soja, altamente mecanizada, incorpora no seu conjunto poucos trabalhadores. A diversificação recente, porém, com a introdução de culturas como as de feijão, algodão e hortifrutigranjeiros, está representando um aumento na incorporação da força de trabalho nordestina, especialmente na condição de trabalhadores temporários.

³A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luís Eduardo Magalhães criado pela Lei 7619 de 30/03/2000. Até o ano 2000, o IBGE ainda não havia divulgado a população rural para esse novo município.

Tabela 3: Dados demográficos: população rural: Barreiras e Região Oeste de 1970 a 2000.

NATUREZA	ANO				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
BARREIRAS	11.104	11.399	21.770	16.065	0,26	6,68	-2,99
OESTE	236.511	180.216	248.710	224.775	-2,68	3,27	-1,01

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000⁴.
(Adaptação da autora)

Em contrapartida, cresce a população urbana de Barreiras e Região Oeste da Bahia. As pessoas que se instalam nesses espaços urbanos necessitam de serviços de saúde, educação, moradia, empregos. Parte considerável dos problemas urbanos está associado ao processo de crescimento sem um planejamento, e à ausência de políticas públicas para o atendimento dos novos moradores. Os dados da tabela 4, a seguir, revelam o processo de urbanização de Barreiras e Região Oeste da Bahia no período de modernização da agricultura.

Tabela 4: Dados demográficos: população urbana, Barreiras, Região Oeste (1970 a 2000) e Taxa média geométrica de crescimento anual (%) da população

NATUREZA	ANO				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
BARREIRAS	9.760	30.055	70.870	115.784	11,90	8,96	5,03
OESTE	58.952	91.419	190.243	261.503	4,48	7,60	3,23

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000⁵.
(Adaptação da autora)

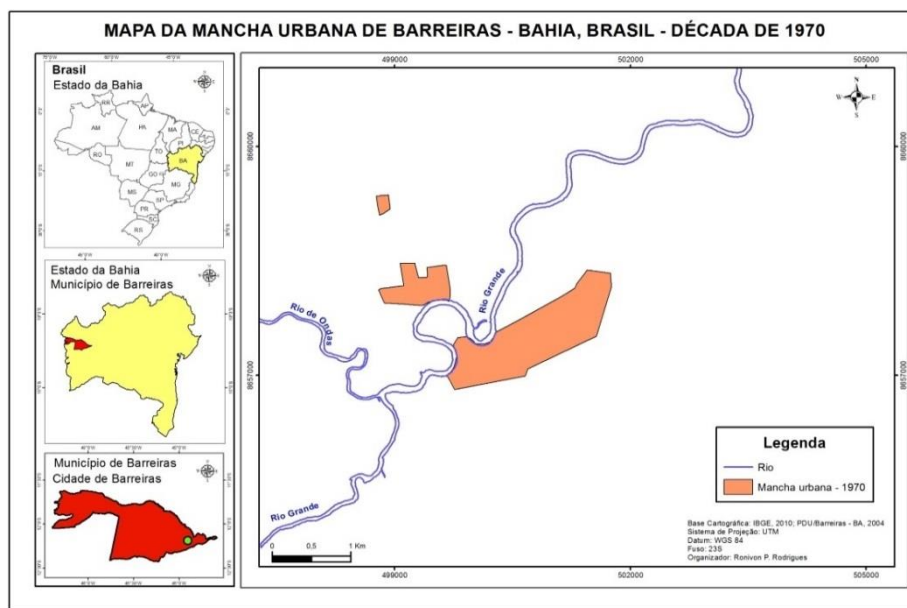
A urbanização, consequência dos processos de modernização, institui muitos desafios. A população residente nos espaços urbanos apresenta necessidades e exigências diferenciadas dos espaços rurais. Entre essas estão a mobilidade, associada ao transporte coletivo, serviços públicos, como postos de saúde, escolas, creches,

⁴ A população rural de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luís Eduardo Magalhães criado pela Lei 7619 de 30/03/2000. Até o ano 2000, o IBGE ainda não havia divulgado a população rural para esse novo município

⁵ Idem.

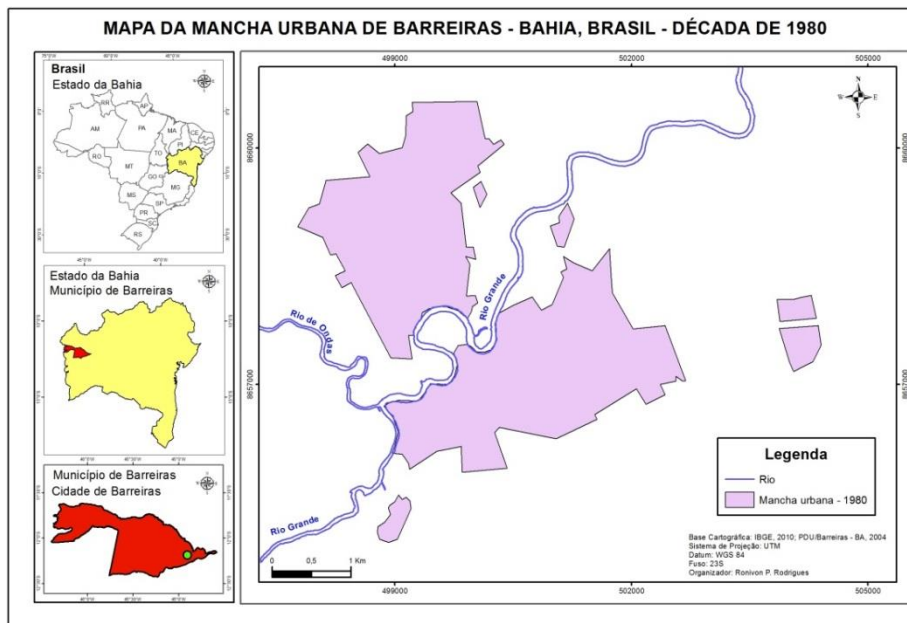
espaços de lazer. A realidade urbana dos municípios da Região Oeste da Bahia e, especialmente, em Barreiras apresenta o quão é desigual e combinado o processo modernizador. Os mapas, a seguir, nos revelam a ocupação dos espaços urbanos no município de Barreiras de 1970 a 2000.

Figura 03: Mancha Urbana de Barreiras (1970).



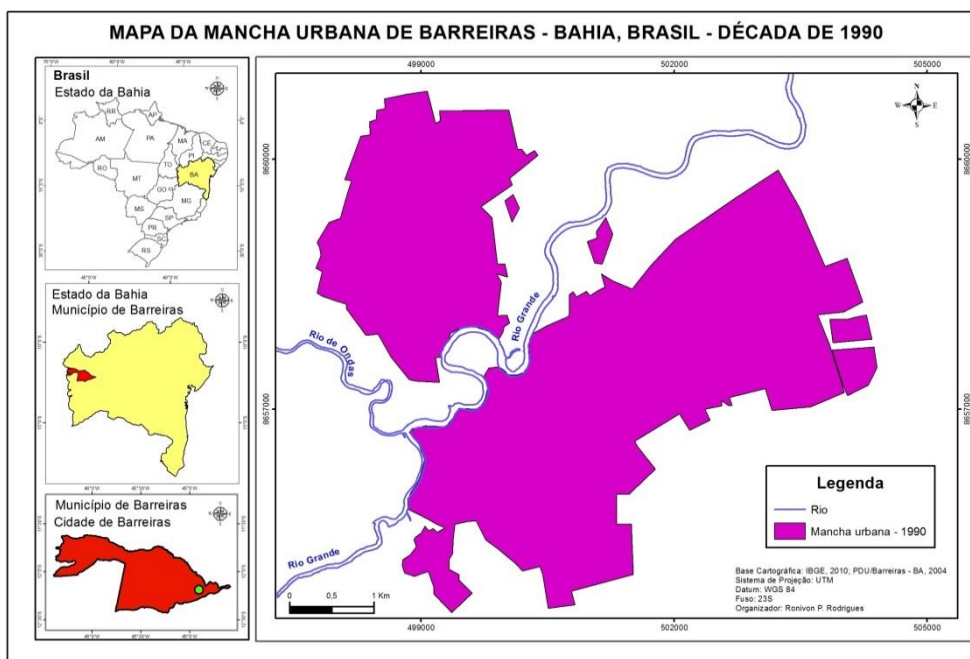
Fonte: RODRIGUES, R. P. **Mapa da mancha urbana de Barreiras - Bahia, Brasil - década de 1970.** Barreiras-BA, 2016. Escala 1:50.000.

Figura 04 Mancha Urbana de Barreiras (1980).



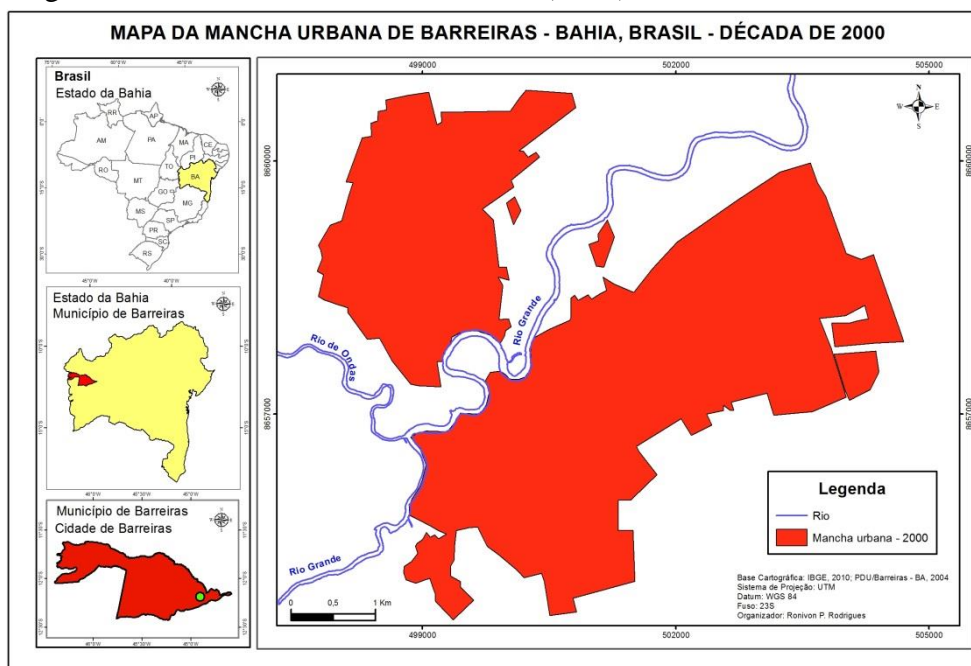
Fonte: RODRIGUES, R. P. **Mapa da mancha urbana de Barreiras - Bahia, Brasil - década de 1980.** Barreiras-BA, 2016. Escala 1:50.000.

Figura 05: Mancha Urbana de Barreiras (1990).



Fonte: RODRIGUES, R. P. **Mapa da mancha urbana de Barreiras - Bahia, Brasil - década de 1990**. Barreiras-BA, 2016. Escala 1:50.000.

Figura 06: Mancha Urbana de Barreiras (2000).



Fonte: RODRIGUES, R. P. **Mapa da mancha urbana de Barreiras - Bahia, Brasil - década de 2000**. Barreiras-BA, 2016. Escala 1:50.000.

Esses mapas nos revelam que a ocupação dos espaços urbanos do município de Barreiras (BA) foi produzida sob a lógica do desenvolvimento do capital e, portanto, das múltiplas determinações sociais, econômicas, culturais, políticas e educacionais que

constituíram os espaços urbanos de Barreiras (BA). As pessoas migraram para este município por causa da ocupação agrícola no cerrado baiano, mas também pelas possibilidades que essa realidade poderia proporcionar em suas condições de vida. Sob esse processo, Haesbaert (1997, p.146-147) afirma:

Barreiras transformou-se subitamente num grande núcleo de atração de migrantes. Além da praça central da cidade, onde muitos caminhões patrocinados pelas prefeituras do interior simplesmente “despejam” migrantes, um dos pontos de acampamento mais utilizados por esses novos “nômades” é a margem do Rio Grande, ao lado da ponte da BR 242 que atravessa a cidade[...].

O autor relata que, além das questões relacionadas ao processo da agricultura moderna, a ocupação urbana no município de Barreiras insere-se nas ações políticas de governos dos municípios circunvizinhos de empurrarem para outros os problemas existentes em seus espaços territoriais.

Outros fatores que contribuíram para aumento populacional de Barreiras e outros municípios da Região Oeste da Bahia foram o desenvolvimento de políticas específicas para a ocupação do cerrado e a industrialização dos produtos agrícolas.

Segundo Santos Filho (1989), estudar uma região é ir além dos aspectos naturais, responsáveis pelas suas características físicas. Para o autor, a análise deve ser também a partir das relações sociais que foram desenvolvidas nesse contexto. “No caso dos cerrados baianos, as novas relações sociais que modificam a dinâmica da região estão ancoradas na penetração da agricultura capitalista, que tem a soja como produto vetor” (FILHO, 1989, p. 34).

Dessa forma, o estudo do modelo de agricultura implementado requer uma análise também das relações sociais que foram construídas a partir dessa prática agrícola. A modernização conservadora da agricultura imprimiu à Região Oeste da Bahia uma dinâmica que alterou profundamente as relações socioeconômicas, políticas e culturais. E essa lógica, não se diferenciou das outras regiões brasileiras.

Para Haesbaert (1997, p. 133):

A chegada dos sulistas aos cerrados nordestinos, a partir do final da década de 1970, insere-se em múltiplas dinâmicas: mundial, nacional e “regional”; e dimensões: econômica, política e cultural. Trata-se antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase da globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional, e não simplesmente uma

“modernização sulista”, como alguns ainda apregoam, ignorando o papel de outros grupos capitalistas, de caráter nacional ou transnacional, provenientes do Sudeste do país (incluindo descendentes de japoneses) e da própria região Nordeste.

As transformações ocorridas nos processos de ocupação dos cerrados não se diferenciaram dos processos construídos em outras regiões do Brasil que também foram expropriadas nessa lógica do capital. O autor apresenta o processo de modernização conservadora como resultado de múltiplas determinações e associado à fase de desenvolvimento do capital, considerando sua ampliação e reprodução de forma intensa e extensa.

No que se refere à ocupação capitalista dos cerrados baianos, a agricultura desenvolvida na região estava subordinada à indústria, pois dependia dela para ampliação de suas ações. Santos Filho (1989, p. 55) diz que “[...] é a subordinação da atividade agrícola local com relação à indústria, e [...] a lógica financeira que preside o movimento do capital”. A relação estabelecida nessa lógica, nesse movimento realizado pelo capital foram responsáveis pela construção de novos padrões sociais, políticos e culturais na Região Oeste da Bahia.

Para se estimar a dimensão dos desdobramentos dessa realidade do campo nos cerrados baianos, Santos Filho (1989, p. 57) sinalizou que

[...] é necessário compreender que as necessidades de socialização, decorrentes da expansão capitalista nos cerrados baianos, transformam prioritariamente o campo: as relações capitalistas penetram na região via atividades agrícolas e não via atividades tipicamente urbanas.

O que está posto no processo de desenvolvimento das forças produtivas e de expansão do capitalismo é que as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais tenham origem nos espaços industrializados que, em sua maioria, encontram-se nas áreas urbanas. Todavia, na região Oeste da Bahia, e, particularmente em Barreiras-BA, foram as transformações ocorridas no campo que impulsionaram as mudanças na cidade.

Esse contexto, conforme Santos Filho (1989, p. 57), apresentou consequências:

Em primeiro lugar, o polo dinâmico da região, o campo com sua agricultura moderna, está subordinada a cidades localizadas em outras regiões e países. Em segundo lugar, a estrutura e as transformações por que passa a rede urbana local são determinadas pela penetração da agricultura capitalista no campo.

As transformações ocorridas nas cidades dos cerrados baianos foram impulsionadas pela dinâmica capitalista introduzida no campo a partir da modernização conservadora da agricultura. Essas transformações estão na área do comércio, no setor bancário, na área de serviços públicos. Por outro lado, as tecnologias e o aperfeiçoamento dos processos produtivos utilizados no campo estavam subordinados às decisões dos grupos nacionais e estrangeiros. De acordo com Santos (2008, p. 82),

Foi a partir da chegada da moderna agricultura nos espaços de cerrados baianos, também sempre tratados pelo Estado como áreas marginais no processo produtivo, que o Oeste baiano passou a participar da agenda para o setor agrícola nacional. O processo de ocupação dos cerrados baianos subordinou-se à mesma lógica de ocupação capitalista do cerrado nacional. Pois, também na Bahia, as áreas de cerrados foram as áreas agricultáveis que mais apresentaram transformações na direção da modernidade econômica capitalista nos últimos 50 anos, muito devido à produção de grãos que permitiu ganhos econômicos quase que imediatos, consequência do significativo volume alcançado desde as primeiras safras.

Os investimentos nacionais e estrangeiros colocaram as áreas de cerrado da Região Oeste da Bahia no contexto das transformações da agricultura e conseguiram direcionar as ações do Estado para esse espaço territorial. Haesbaert (1997), ao analisar a nova dinâmica do cerrado, apontou que,

[...] enquanto nos anos 50/60 era o Vale do São Francisco com seus rios que configurava o eixo e a rede mais importante, por onde se exportava o gado e alguns produtos agrícolas, nos anos de 80/90, são os Gerais, outrora muito debilmente povoados, os espaços mais valorizados, ocupados pelos grandes complexos agroindustriais, ficando a maior parte do vale à margem da modernização em curso na área dos cerrados (HAESBAERT, 1997, p. 138-139).

A modernização da agricultura no município de Barreiras contribuiu para que essa região saísse do anonimato do ponto de vista do capital. Entretanto, essa modernização tinha espaço definido: os cerrados baianos. As outras áreas do município tinham uma função de consumidora dos produtos derivados da agricultura, do comércio que se instala e dos serviços que passam a ser exigidos pela população.

A modernização na agricultura, portanto, não é apenas a incorporação de técnicas, de uso de máquinas ou de defensivos; ela institui novas sociabilidades na medida em que incorpora hábitos, valores e relações entre sujeitos diferentes. Os meios de comunicação (rádios, jornais, TV), a Universidade, os agentes financeiros, grandes redes comerciais são exemplos de estruturas que vão provocando nos sujeitos necessidades que em outros tempos históricos não existiam e que passam a ser cotidianas.

2. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA: ESTRUTURA, AGENTES E PROCESSOS

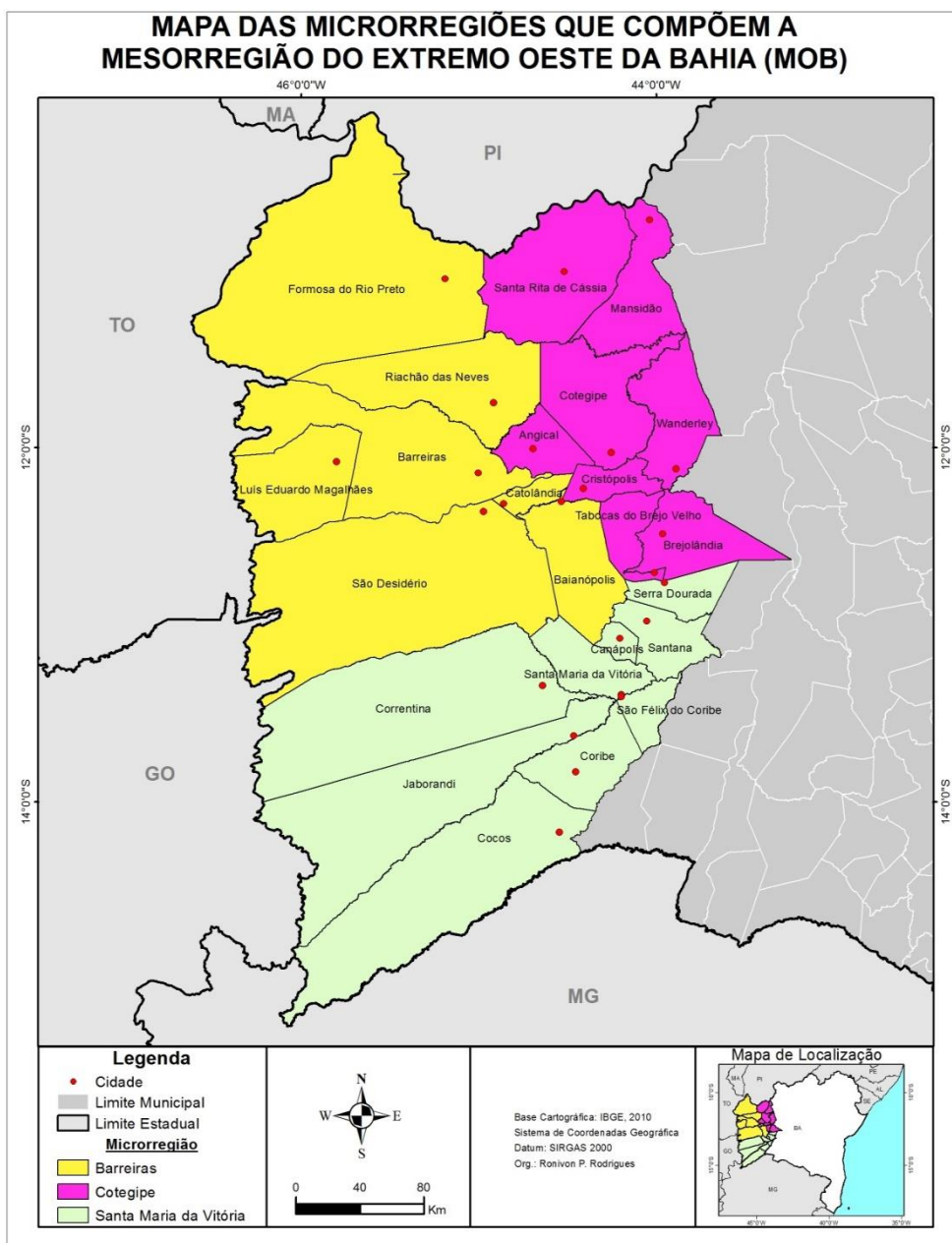
Neste capítulo, analisaremos a modernização agrícola em Barreiras, abordando o contexto estrutural, agentes sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como os processos que a constituíram. Para tal tarefa, é necessário conhecer as particularidades dessa modernização e a mercantilização financeira da agricultura na Região Oeste da Bahia. Compreendemos ser importante conhecer a trajetória de Barreiras, a sua integração regional, as relações que estabelece com os demais municípios, o avanço do capitalismo no campo e os desdobramentos destrutivos do agronegócio em termos sociais, econômicos e ambientais. Assim, nesse contexto de contradição, analisaremos o desmembramento do Distrito do Mimoso do Oeste - que até o ano 2000 pertencia a Barreiras - e a criação do município de Luís Eduardo Magalhães-BA, expressão latente do latifúndio modernizado.

2.1 A mercantilização financeira da agricultura na Região Oeste da Bahia

A modernização da agricultura no Brasil com todos os seus nexos constitutivos integra o modelo capitalista da produção agrícola, que, a partir da década de 1970, na Região Oeste da Bahia, notabilizou-se pelos investimentos públicos e privados, atingindo o pleno desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990.

Por Região Oeste da Bahia estamos definindo o espaço territorial composto por 24 municípios divididos em três microrregiões assim denominadas: Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória. O mapa a seguir apresenta cada microrregião com seus respectivos municípios.

Quadro 1: Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (MOB)



Autor: RODRIGUES, R. P. **Mapa das microrregiões que compõem a mesorregião do extremo Oeste da Bahia (MOB)**. Barreiras-BA, 2016. Escala 1:3.500.000.

Embora este estudo tenha o município de Barreiras como central, é necessário compreendermos as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que foram e continuam sendo estabelecidas regionalmente, e também seus desdobramentos para Barreiras e demais municípios.

A modernização conservadora da agricultura na Região Oeste da Bahia não foi diferenciada do processo que ocorreu em outras regiões do Brasil. Segundo Haesbaert (1997), os anos de 1970 representaram o início desse processo de desenvolvimento, com a participação dos migrantes da Região Sul do Brasil, que foram ocupando as áreas dos cerrados do Centro Oeste, incentivados pelos financiamentos oriundos dos programas governamentais, e também pelo uso das novas técnicas de plantio e produção. “A presença de *gaúchos* transformando cidades já estruturadas (como Rondonópolis, MT, e Rio Verde, GO) ou criando novas (Alta Floresta, Canarana, Sorriso) revela-se uma constante na Região Centro Oeste” (HAESBAERT, 1997, p. 21).

Dessa forma, ocupando e construindo novas cidades nos cerrados da Região Centro Oeste e ampliando seus domínios para o espaço territorial vizinho, nos cerrados da Bahia, o capital amplia sua reprodução na medida em que se desloca para outras regiões, espalhando-se em todos os lugares. “Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira [...]” (MARX; ENGELS, 2010, p. 29). Nessa conquista, todos os espaços territoriais vão sendo tragados na lógica capitalista, que precisa ampliar seus produtos para garantir sua reprodução.

Sendo assim, a imigração de produtores da Região Sul do Brasil, a implantação de agroindústria, a mudança na lógica de uso do cerrado – pois, anteriormente, era utilizado pelos trabalhadores locais, como lugar de refrigero para o gado, depois na economia de mercado, como espaço da soja e outros produtos agrícolas comercializados para outros países –, o uso indiscriminado dos rios para irrigar essa agricultura, tudo isso revela que, na Região Oeste da Bahia, essas transformações não estão dissociadas do padrão internacionalizado da economia brasileira a partir dos anos de 1970.

A esse respeito, Santos (2007, p. 84) afirma que

A forma fragmentária apresentada pela expansão do capitalismo no Oeste baiano, ou seja, a sua circunscrição a determinados espaços dos cerrados regionais, constitui, de fato, um dos traços marcantes do processo de modernização agrícola que se viabiliza em sociedades periféricas do capitalismo. Essa forma de expansão cria, regionalmente, atividades integradas ao grande capital internacional, ao tempo em que concorre para a permanência de outras que são marginais do ponto de vista produtivo, mantendo as economias regionais frágeis.

O que está posto é que a agricultura capitalista na Região Oeste da Bahia não ocorreu uniformemente. Alguns municípios, por questões lógicas ao desenvolvimento do capital, são alçados à condição de “desenvolvidos”, enquanto os outros permanecem estagnados e dependentes dessa mesma lógica. Os projetos de investimentos públicos e privados foram implementados nos espaços territoriais apropriados à reprodução do capital.

Importante salientar que, na Região Oeste da Bahia, esses empreendimentos se concretizaram nas ações dos programas e projetos desenvolvimentistas dos cerrados baianos, realizados pelo Estado em suas três instâncias: municipal, estadual e federal. A articulação entre os entes federativos constitui-se independentemente das opções partidárias dos governos, pois o que estava em jogo e em curso era o aumento do capital e, conseqüentemente, a riqueza dos novos empreendedores.

Consoante Santos (2007), em alguns espaços territoriais do Nordeste brasileiro, o avanço do capitalismo, nas áreas rurais, encontrou algumas resistências nos grupos hegemônicos locais. Contraditoriamente, na Região Oeste da Bahia, os representantes dos poderes políticos e econômicos contribuíram para extirpar qualquer empecilho para o desenvolvimento da agricultura. Ainda nessa análise, ao se referir a esses grupos, Santos (2007, p. 84) é enfático quando afirma:

Atuando com o apoio de organismos do Governo do Estado, ajudaram a quebrar literalmente a resistência de produtores nativos à venda de suas terras nas áreas de cerrado. Foram eles os grandes responsáveis por demoverem, de maneira pouco convencional, os produtores dos conflitos ou das disputas judiciais pela posse de suas terras em favor de setores da moderna agricultura. E, até quando interessou aos novos produtores e grupos econômicos externos que se instalaram na região, ofereceram apoio e integraram os grupos que firmaram importantes acordos no cenário estadual e nacional, com vistas à viabilização de programas públicos na Região.

O autor revela o papel desempenhando pelos representantes – local e regional – dos poderes políticos e econômicos na estruturação da agricultura capitalista regional. A aliança constituída entre eles e os produtores que vieram para a “ocupação e o desbravamento” dos cerrados baianos contou com recursos públicos e privados, expropriou os geraizeiros⁶ de suas terras e dos frutos que colhiam para o comércio nas feiras livres, além de propagandear a ideia de que os migrantes vieram trazer o

⁶ Nome dos moradores dos cerrados, também denominados com Gerais na Região Oeste da Bahia.

desenvolvimento, o progresso para os municípios, e que não houve conflitos e resistências dos moradores nativos. Contrariando essa concepção de passividade e ausência de conflitos, Santos (2007, p. 125) assevera que, na Região Oeste,

O processo de ocupação de terras que ocorreu a partir do fim da década de 1970 não foi pacífico. A legislação sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais facilitou grilagem, tendo por consequência o acirramento de conflitos pela terra, entre pequenos produtores já instalados na Região e os novos ocupantes. Conflitos que resultaram em mortes de trabalhadores, posseiros, técnicos e profissionais liberais. Como o processo de instalação da fronteira agrícola nos inícios dos anos de 1980 somente levou em conta os interesses dos grupos econômicos que estavam se deslocando para a Região, os posseiros e pequenos produtores foram completamente desconsiderados.

Nesse jogo de força e poder, o Estado utilizou das leis que beneficiavam os interesses do capital e das estruturas locais de cartórios controladas pelos grandes proprietários para levar em frente a modernização da agricultura na Região Oeste da Bahia. Aos nativos, posseiros e pequenos proprietários, coube, de um lado, a resistência, que muitas vezes significou o fim de suas vidas e, de outro lado, a aceitação da lógica capitalista implementada.

Nessa perspectiva, a Região Oeste da Bahia consolidou-se como um dos principais polos de desenvolvimento do estado. Interessante observar que, antes do investimento intensivo do capital, associado aos projetos nacionais e internacionais, os municípios da Região não possuíam, ainda, uma atratividade econômica que garantisse a reprodução do capital. Conforme Santos Filho (1989, p. 27),

Não existe praticamente uma rede urbana: as “cidades” e povoações estão dispersas e desarticuladas regionalmente. As maiores aglomerações não concentram mais que alguns poucos milhares de habitantes. Elas cumprem, até os anos 50, sobretudo o papel de centralizar e redistribuir os excedentes agropecuários destinados aos mercados extra regionais, além de suprir algumas necessidades da população (pequeno comércio, serviços de hospedagem e manutenção, correios, diversões). As atividades urbanas se desenvolvem lentamente, de forma subordinada e secundária em relação a uma agropecuária que, por sua vez, também apresenta muito pouco dinamismo.

Aparentemente, a Região Oeste da Bahia possuía, do ponto de vista do capital, poucos instrumentos que pudessem contribuir para a sua reprodução. As transformações

desse quadro estão relacionadas à política de incentivo e ocupação do Centro Oeste e ao processo de modernização conservadora da agricultura, que proporcionou mudanças de paradigma no plantio, produção e comercialização.

Santos (2007) afiança que a Região Oeste tem particularidades que não se aproximam de outras regiões do Estado da Bahia. Entre essas, podemos citar as dimensões territoriais dos municípios e a distância dos espaços de decisão políticas e econômicas que estão centradas na capital. No entanto, a intensificação da moderna agricultura capitalista mudou essas relações e os interesses tanto governamentais como empresariais. Antes da chegada da moderna agricultura nos seus espaços de cerrados, as relações políticas com a capital do Estado resumiam-se aos processos eleitorais e às trocas de pequenos favores entre as suas lideranças políticas e o Governo do Estado (SANTOS, 2007, p. 123).

A distância da Região Oeste da Bahia dos centros de decisão política do Estado foi minimizada a partir dos investimentos financeiros. Todos os empecilhos foram desvencilhados para a reprodução do capital. Como destacam Marx e Engels (2010, p. 31), “[...] a burguesia controla cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos”. Dessa forma, os cerrados baianos tornaram-se áreas privilegiadas para o desenvolvimento capitalista.

O modelo de agricultura desenvolvido nos cerrados baianos sedimentou-se na tecnologia, no uso de sementes modificadas, na utilização de agrotóxicos e fertilizantes, e, conseqüentemente, constituiu condições favoráveis ao aumento da produção e da produtividade. Esse novo *corpus* agrícola favorece o agricultor capitalizado, detentor de recursos financeiros para o crescimento de sua propriedade e de conhecimento técnico que interessa ao capital.

Santos (2015) afirma que as transformações realizadas na Região Oeste da Bahia ocorreram em sintonia com os interesses do capital internacional e que, antes do processo de modernização da agricultura, a economia da Região Oeste era “cambaleante” e com pouca expressividade no estado da Bahia e nas demais áreas da Federação. A intensificação do capital na Região Oeste da Bahia “[...] aconteceu de forma abrupta, transformando a sua produção de grãos na principal atividade econômica

do setor agrícola do Estado nas quatro últimas décadas, e deu um novo papel na economia do Estado [...]” (SANTOS, 2007, p. 39).

Na nova configuração da Região Oeste da Bahia, uma das transformações mais significativas foi em relação ao número de habitantes. Esse acréscimo está associado aos vários ciclos migratórios e sua intensificação ocorreu a partir da década de 1970, na medida em que foi construído um discurso de desenvolvimento, de aumento da riqueza, da existência de trabalho fácil, da “abertura de novas fronteiras agrícolas”. O quadro a seguir apresenta um panorama da constituição numérica da população na microrregião de Barreiras de 1970 a 2000, intencionalmente arquitetado pela ideologia desenvolvimentista.

Quadro 5: População Rural e Urbana da Microrregião de Barreiras de 1970 a 2000⁷.

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	ANOS			
		1970	1980	1991	2000
Baianópolis	Urbana	871	1250	2305	2727
	Rural	7807	8356	11518	9452
	Total	8698	9606	13823	12179
Barreiras	Urbana	9760	30055	70870	115784
	Rural	11104	11399	21770	16065
	Total	20864	41454	92640	131849
Catolândia	Urbana	365	366	801	848
	Rural	1575	2804	2473	2244
	Total	1940	3170	3274	3092
Formosa do Rio Preto	Urbana	1304	3630	5624	9381
	Rural	7675	8253	9794	8907
	Total	8979	11883	15418	18288
Riachão das Neves	Urbana	3060	5950	8921	10257
	Rural	11633	12342	11361	11660
	Total	14639	18292	20282	21917
São Desidério	Urbana	2152	3143	5539	7129
	Rural	10638	11783	13438	11877
	Total	12790	14926	18977	19006

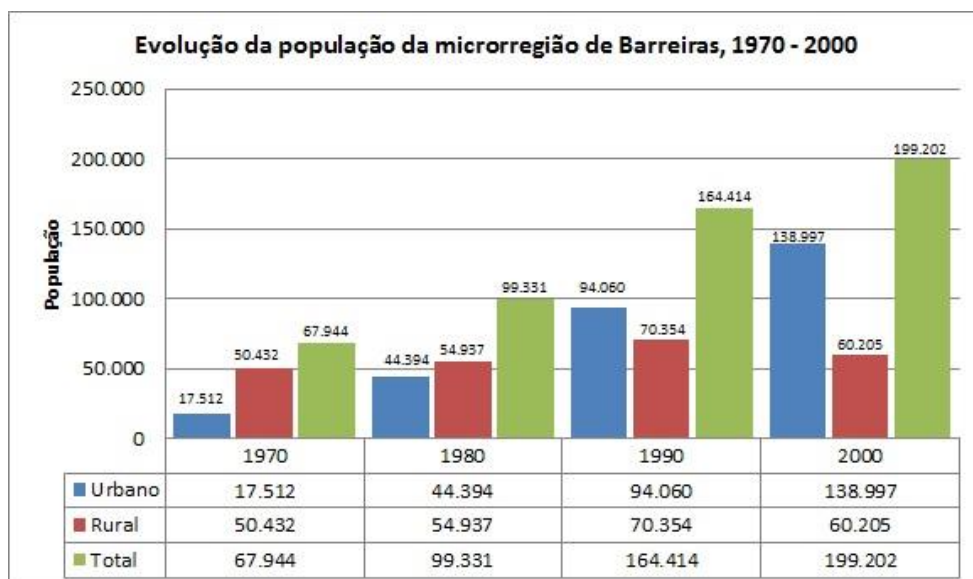
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados contidos no www.ibge.gov.br/ Censo Demográfico.

Os dados desse quadro revelam a dinâmica populacional de uma região que apresenta como eixo condutor de seu crescimento a agricultura capitalizada. Ele é

⁷ O Município de Luís Eduardo Magalhães não consta nesse quadro pelo fato de que sua criação tenha ocorrido no ano de 2000. Seus dados populacionais são apresentados no Censo de 2010.

elucidativo ao demonstrar o aumento da população nos espaços territoriais que reestruturaram seus processos produtivos a partir de projetos públicos e privados. O município de Barreiras está nesse contexto. O gráfico a seguir ratifica esses dados.

Gráfico 1: População da Microrregião de Barreiras (1970-2000).



Autor: RODRIGUES, R. P. **Gráfico da população da microrregião de Barreiras**. Barreiras-BA, 2016

O gráfico 1 representa a Mesorregião de Barreiras, e esse município possui o maior número de habitantes. Configura-se, então, que os dados referentes às décadas de 1980 a 1991 representam um percentual maior da população. Esses novos moradores não eram apenas os produtores de soja da Região Sul, mas também aqueles que chegavam em busca de melhores condições de vida, de trabalho, de escolas e universidade para seus filhos, dos que pretendiam desenvolver suas atividades comerciais nessa região “promissora”, dos fornecedores dos insumos agrícolas para o desenvolvimento da agricultura nos cerrados. Foi esse o contexto de modernização do município de Barreiras.

2.2 A modernização da agricultura no Município de Barreiras-BA

O Brasil, a partir da década de 1970, desenvolveu a política agrícola de expansão de fronteiras, incentivando e apoiando as correntes migratórias. O estudo em tela sobre

a modernização conservadora em Barreiras situa-se nesse contexto de desenvolvimento agrícola e integração regional. Segundo Santos (2000, p. 49),

É quando a agricultura brasileira passa a atravessar um processo radical de transformações, visando a sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição dos complexos agroindustriais, colocando-se sob a dependência da força mais dinâmica do progresso econômico – a grande indústria.

Barreiras, juntamente com outros municípios da Região Oeste estavam inseridos nesse processo desenvolvimentista. Era a expansão da agricultura para as áreas dos cerrados baianos na lógica da modernização conservadora. Para que isso ocorresse, ações estatais, entre elas, créditos subsidiados, organização logística para a produção e comercialização dos produtos, e ainda a diminuição das áreas agrícolas em outras regiões foram imprescindíveis para a garantia desse desenvolvimento. Para Santos (2000, p. 57),

A dinâmica inicial que se viabilizou para a região, centrada na produção de soja nos cerrados, principal produto regional, não se deu por decisões individuais de produtores ou de empresas e, sim, pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas no período de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país.

Essa análise revela que as decisões de ocupação do cerrado, de integração dos municípios da região, da decisão do que vai ser produzido, de quem vai produzir, da lógica da comercialização, dos municípios produtores e dos outros que serão coadjuvantes nessa tarefa, isso tudo não passa pelas decisões individuais de pessoas ou até de empresas, mas, sim, pelas definições do capital, que “[...] não é uma força pessoal. É uma força social” (MARX; ENGELS, 2010, p. 49).

Mesmo sem a pretensão de uma retrospectiva histórica, é necessário que possamos compreender as condições produzidas para que a investigação em curso possa esclarecer que as transformações ocorridas nos sujeitos e nos espaços territoriais não são aleatórias, mas mediadas pelas relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

O processo de transformação do município de Barreiras (BA) está intrinsecamente ligado ao movimento de “ocupação e desbravamento” da região do São Francisco-BA, e ocorreu no período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. As

primeiras investidas na Região Oeste da Bahia tiveram um foco direcionado, a saber, “à submissão e à escravização de indígenas” (SANTOS FILHO, 1989, p. 25).

Faz-se necessário, também, mencionar a contribuição das populações africanas para o povoamento desse município. Isso ocorreu não apenas após a publicação da Lei Áurea. Várias comunidades quilombolas se formaram nessa região, inclusive alguns nomes de povoados nos reportam a essas populações e ainda estão presentes, identificando essa trajetória. Entre esses, citamos Mucambo, Barroco, Gameleira. (SANTANA, 2011).

Durante muitos anos, esse processo de desbravamento contribuiu para a formação de povoados e pequenos vilarejos. Outro fator que também impulsionou o povoamento está associado ao período da mineração. As terras do “Além São Francisco” serviram de passagem para pessoas que saíram em busca do ouro de Minas e do diamante de Goiás. Essa nova dinâmica foi essencial para que alguns povoados fossem transformados em espaços de comércio, contribuindo, assim, para a ligação de Barreiras com outras cidades dentro do estado da Bahia e também com outras “praças” do Nordeste (SANTOS FILHO, 1989; ILARIO, 2011).

Outras atividades econômicas foram desenvolvidas no município de Barreiras, entre as quais podemos mencionar a extração da seiva da mangabeira para a produção da borracha e o plantio do algodão, que ajudaram na construção de uma incipiente indústria têxtil. Além dessas atividades agrícolas, a pecuária também esteve presente no processo de desenvolvimento econômico, embora fosse considerada “uma pecuária de cria e recria, pouco expressiva em termos estaduais” (SANTOS FILHO, 1989, p. 26).

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, constrói-se, em Barreiras, um aeroporto. De acordo com Santos Filho (1989, p. 27),

A presença do Estado na região dos cerrados da Bahia ganha importância a partir da Segunda Guerra Mundial, em paralelo, já nessa época, ao interesse internacional pela região. Por razões estratégicas, o governo americano constrói em Barreiras um aeroporto internacional. Isso permitiu que o látex extraído fosse comercializado para ser utilizado no esforço de guerra aliado.

A partir da instalação desse aeroporto, o município de Barreiras passa a ter voos diários para Belo Horizonte e Rio de Janeiro, estabelecendo, dessa maneira, relações com essas capitais. As notícias do Brasil e do mundo chegavam diariamente na cidade.

Muitos dos profissionais da área da saúde, que já atuaram e ainda atuam em Barreiras, foram, durante esse período, estudar nas universidades nas duas capitais supracitadas. Somente em 1980, foi instalado o primeiro *campus* de uma Universidade em Barreiras.

O aeroporto possibilitou o acesso mais rápido à informação e a outras ações do Estado, que foram substanciais para as transformações ocorridas em Barreiras. Nesse sentido, compreendemos que as mudanças nos espaços micro estão associadas aos projetos macros, mediados pela reestruturação da agricultura brasileira, que se viabilizou na modernização conservadora, proporcionando, conseqüentemente, o aumento da população, o que levou à ampliação dos serviços públicos e de um comércio condizente com a nova realidade do município.

Figura 8: Aeroporto de Barreiras, em 1949



Fonte: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 03 nov. 2016

Faz-se necessária uma reflexão sobre o período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente sobre os anos de 1950, e as estruturas que sustentaram o projeto de crescimento e expansão da economia brasileira. Durante o conflito mundial, houve uma estagnação do setor primário nos países envolvidos e, conseqüentemente, os investimentos maiores foram canalizados para a indústria bélica.

Ao final do conflito, para reorganização econômica dos países, foram delineadas as novas estratégias de domínio. Conforme Brum (1999, p. 243),

O pós-guerra foi um período de grande expansão da economia mundial, em que se operou a consolidação do imperialismo monopolista, sob o comando dos grandes conglomerados econômicos. Completada a fase mais aguda de reconstrução da Europa e do Japão e realizado o rearmamento considerado satisfatório para a segurança do sistema capitalista, o capital norte-americano – seguido mais tarde pelos investimentos europeus e japoneses – ampliou sua estratégia de penetração em outros continentes.

Um dos caminhos trilhados pelo mundo ocidental capitalista foi o investimento em países com economia frágil e dependente. Agindo assim, ampliavam-se os poderes econômico, político e cultural, consolidando “[...] a internacionalização do capital e a integração e subordinação das economias dos países dependentes aos países imperialistas centrais e às corporações econômicas neles sediadas” (BRUM, 1999, p. 57). O Brasil passa a ser um espaço estratégico para o desenvolvimento do capital: matéria prima abundante, mão de obra disponível, governos prontos para receberem os empréstimos e subordinarem a economia ao capital internacional.

Na consolidação da fase imperialista do capital, uma das estratégias utilizadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas foi a criação de programas e projetos públicos e privados para a modernização e expansão da agricultura brasileira. Isso significou a ocupação de novos espaços rurais, o uso de tecnologias adequadas e que fomentassem a produção e a produtividade, a abertura de mercados para o consumo desses produtos, a associação da agricultura com a indústria. “As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas remotos” (MARX, 2010, p. 30).

Barreiras, por sua distância geográfica da capital e de outros centros urbanos, estava aquém do crescimento econômico. As transformações começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, quando “[...] o município de Barreiras consolidou-se como um importante centro de serviços no Oeste do estado da Bahia, aliados a uma produção e a uma industrialização crescentes, além de um comércio substancial polarizado em torno do município” (ILARIO, 2011, p. 10).

O município de Barreiras acoplou-se à lógica do desenvolvimento do capital, experimentou, em seus processos e estruturas, a expropriação da terra dos pequenos produtores, a grilagem, a violência e todos os desdobramentos que essa realidade produz. Ilário (2011) relata, em seu estudo sobre a competitividade e a logística da agricultura do Oeste Baiano, “[...] que o aumento da produção de grãos da região

ocorreu simultaneamente ao processo de grilagem e de expulsão do campo, sobretudo, dos pequenos agricultores [...] (ILÁRIO, 2011, p. 24).

Esses agricultores foram expropriados dos cerrados que, até aquele momento, eram utilizados para recolher os frutos nativos e vendê-los na feira; em períodos de estiagem, serviam de alimento para o gado. Enfim, os gerais, até o processo de capitalização da agricultura em Barreiras (BA), não estavam inseridos na lógica capitalista moderna e tecnificada que começou a ser instalada a partir da década de 1970.

A informatização, o uso de tecnologias, a tecnificação da produção é eixo mobilizador do capitalismo e revela o seu modelo na agricultura. Consoante Frederico (2008, p. 24):

Se, por um lado, esses sistemas técnicos permitem um aumento da produção e da produtividade agrícola, por outro, o acesso a essas informações é extremamente restrito. Mesmo os produtores mais capitalizados, que conseguem adquirir as “inovações tecnológicas”, se tornam cada vez mais submissos aos desígnios das grandes corporações, que ainda contam com a cooperação do Estado.

O aporte de recursos oriundos dos programas e projetos públicos e/ou privados foi primordial para que o município de Barreiras fosse exemplificado como área do agronegócio, o que se efetivou a partir do uso intenso da tecnologia, produção em larga escala e direcionada ao mercado internacional, aumento da produção e da produtividade. Na efetivação dessa lógica, a participação efetiva do Estado e dos demais agentes foram essenciais na elaboração de um novo *ethos* político, econômico, social e cultural nesse município.

De acordo com Ianni (1984), o Estado, como um dos principais agentes do processo de modernização, elaborou um conjunto de políticas para beneficiar os detentores do capital. Em relação à questão agrária,

[...] o poder público tem sido levado a tomar decisões, criar órgãos, desenvolver políticas que influenciam bastante a agricultura, segundo os interesses da indústria, comércio e banco. A agricultura se desenvolve e se transforma segundo interesses do capital centrado na indústria, nacional e estrangeira. Ao longo da história, o campo é subordinado à cidade em escala crescente. Há mesmo uma industrialização do campo, seja em termos estritamente econômicos, seja em termos sociais e culturais. No campo, o

capitalismo se desenvolve em forma extensa e intensa, conquistando e reconquistando fronteiras (IANNI, 1984. p. 242).

A forma capitalista de apropriação e expropriação da terra ocorre de maneira “extensa e intensa”, com a intervenção estatal, por meio de incentivos fiscais, de criação de órgãos governamentais na área do planejamento, de centros de pesquisa, de incentivo à implantação das indústrias, da criação de escolas e universidade. Assim, o poder público constitui estratégias para a ocupação do território e ampliação das fronteiras agrícolas, que não advêm apenas do plantio, mas de toda uma estrutura paralela e decorrente da expansão da agricultura.

Segundo Ianni (1971), o poder público, por meio de ações governamentais, construiu uma estrutura que pudesse dar suporte a esse momento do Brasil. Conforme o autor, “[...] não só criaram-se órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico, mas também realizaram estudos técnico-científicos sobre os problemas econômicos brasileiros [...]” (IANNI, 1971, p. 116).

Ao discorrer sobre as funções que o Estado assume no capitalismo, Germano (2011) apresenta três ideias centrais: i) legitimação, no sentido de validar a direção política assumida, com o apoio da sociedade; ii) coerção, que se fundamenta no uso da força para que as pessoas aceitem a direção tomada; iii) relacionada à economia, o que significa que o Estado exerce o papel de esteio para a ampliação do capital.

No estudo em tela sobre a modernização conservadora da agricultura e a educação em Barreiras, nos apoiamos em Germano (2011) para compreendermos que o Estado assumiu essas três funções, a saber: i) legitimou as ações desenvolvidas pelas classes hegemônicas, na ocupação dos cerrados e, ao mesmo tempo, construiu um *conjunto ideológico desenvolvimentista* para que a população pudessem apoiar e defender as ações desenvolvidas como se fossem projetos da região (MARANHÃO, 2014); (ii) na ocupação das terras dos gerais, expulsou, expropriou os pequenos agricultores e posseiros, usou de meios ilegais como escrituras fraudulentas nos cartórios de registros de imóveis e também da violência direta (SANTOS, 1997; SANTOS FILHO, 1989; HAESBAERT, 1997) e, por fim, (iii) financiou projetos de desenvolvimento, construindo uma logística para a ampliação do capital (ILÁRIO, 2011; SANTOS FILHO, 1989; SANTOS, 1997, 2015).

Nessa mesma linha de raciocínio, Germano (2011, p.72) ainda argumenta que

[...] a intervenção do Estado na economia abrangeu: gestão da força de trabalho, aumento da sua capacidade extrativa ou de exação tributária, dispêndio de vultuosos investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais [...].

As ações desenvolvidas pelo Estado em Barreiras, desde o período da construção do aeroporto durante a Segunda Guerra Mundial, revelaram a estratégia para o desenvolvimento posterior. Barreiras, apesar de ter sido, em tempos de outrora, referência para a Região Oeste, era apenas mais um município no estado da Bahia. Após o aeroporto, outra importante intervenção estatal aconteceu a partir da construção de Brasília, mediante estrutura viária interligando o Centro Oeste ao Nordeste brasileiro. Brandão (2010, p. 41) conclui que

A inauguração de Brasília, em 1960, foi o ato inicial de um processo de redefinição da organização espacial brasileira no que concerne à ocupação e integração territorial do interior do país. Além disso, como parte do Plano de Metas, várias rodovias foram projetadas com o intuito de ligar a nova capital nacional aos principais centros do país, incluindo Salvador. Tal iniciativa foi benéfica para o Oeste Baiano pela sua localização entre os dois importantes centros urbanos.

Corroborando essa linha de pensamento sobre a construção da capital federal, planejada estrategicamente para aquele espaço territorial, Inocêncio (2010, p. 120-121) afirma que

Brasília foi uma estratégia estatal com ramificações na economia, sociedade e consequente (re) estruturação territorial da porção onde se instalou. A capital federal foi transferida para o Planalto Central exatamente no momento em que o governo brasileiro abre as portas ao capital estrangeiro e cria as condições essenciais para a posterior captura do Cerrado pelo capital internacional.

Desse modo, compreendemos a lógica construída para o desenvolvimento da região Centro Oeste que, entre outros processos e estruturas, “[...] marca o estreitamento das relações entre Estado, poder, economia e território” (INOCÊNCIO, 2010, p. 123). Essas relações ajudaram a impactar “[...] a indústria e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro” (INOCÊNCIO, 2010, p. 123). Assim, torna-se necessária a construção de políticas de integração da capital federal aos estados da região Nordeste, com o objetivo de inseri-los na lógica de desenvolvimento que estava sendo implementada. A construção de Brasília ocorre no momento em que o país consolidava sua dependência ao capital estrangeiro.

Nessa lógica de dependência do Brasil ao capital e tecnologias estrangeiros, Brum (1999, p. 249) discute que

O Brasil, no entanto, não conseguiu construir sua grandeza interna – econômica, social, política, cultural, científica e tecnológica – a partir de um projeto endógeno de desenvolvimento, baseado na capacidade nacional. Antes de conseguir auto afirmar-se como expressão de grandeza própria, o Brasil foi internacionalizado. Antes de completar a construção de um projeto nacional próprio, foi articulado em função dos interesses hegemônicos dos países centrais e das grandes corporações transnacionais neles sediadas. Isso, já numa nova etapa do capitalismo mundial: a fase do imperialismo monopolista. Assim, o desenvolvimento foi essencialmente um processo de modernização, compatível com a dependência – um processo de desenvolvimento dependente.

Essa foi a modernização construída em nosso país: dependente do capital estrangeiro e submissa a ele. Concordamos com o autor ao mencionar que o Brasil não conseguiu construir sua autonomia, não foi capaz de elaborar um “projeto nacional próprio”. As ações de interiorização, de ocupação dos territórios rurais pautadas na visão desenvolvimentista contribuíram para esse processo de internacionalização. O capital internacional deslocado para a agricultura estava imbricados nessa lógica de expansão.

A intervenção estatal no contexto do desenvolvimento de Barreiras foi determinante para que o município pudesse criar uma rede de articulação com outras regiões. Além do aeroporto, da construção de Brasília, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) do Exército Brasileiro instalou-se em Barreiras com a tarefa de construir a BR 020 que liga Brasília a Barreiras e que, depois, daria segmento a BR 242 – Barreiras a Salvador. A presença do 4º BEC e a inauguração de Brasília foram preponderantes para a recuperação e dinamização do comércio em Barreiras (ILÁRIO, 2011).

O Batalhão se instala em 1973, e, junto com ele, um agrupamento de militares e civis. Todo esse contingente populacional, por volta de 5000 mil pessoas, contribuiu muito para a intensificação do comércio, do mercado imobiliário, da sociedade como um todo. Bairros foram edificados para que essas famílias pudessem residir, juntamente com inúmeros serviços tais como escolas, postos de saúde, igrejas. Os trabalhadores civis do 4º BEC, oriundos do estado do Ceará, foram morar na Vila dos Funcionários. Para os militares, foram edificados os seguintes conjuntos residenciais: a Vila dos

Oficiais, a Vila dos Sargentos e dos Soldados. Todas habitadas e divididas hierarquicamente conforme as patentes militares.

Figura 9: Vila Militar do 4º BEC em Barreiras. (s/d)



Fonte: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 03 jun. 2016.

O contexto de mudanças se intensificou na medida em que coube ao 4º BEC a tarefa de construção da rodovia responsável pela integração da jovem capital da República – Brasília – ao Nordeste brasileiro. Passou a ter uma função essencial no processo de modernização do município de Barreiras, pois foi o único meio de ligação do Centro-Oeste com a capital Salvador e outros estados. Essa rodovia foi importante para a migração de pessoas para Barreiras e outras cidades, para o escoamento dos produtos regionais e também para o recebimento de produtos de outras localidades.

Localizado entre Brasília e Salvador, o município de Barreiras, dista 648 km de Brasília e 883 km de Salvador. As BR's 020 e 242 contribuíram para minimizar o isolamento geográfico com a capital do Estado, possibilitando, assim, a integração com outras cidades da Bahia. Com o cultivo da soja e de outros produtos agrícolas em

Barreiras (BA) e região, essa rodovia passa ser o caminho para a exportação da produção.

A logística construída pelo Estado em Barreiras (BA) passa pela infraestrutura, pelos financiamentos, pela isenção de taxas, pela liberação das outorgas para o funcionamento dos pivôs nas áreas dos cerrados, desconsiderando os crimes ambientais cometidos, e também pela não apuração de várias denúncias de grilagem das terras devolutas, pela não fiscalização dos direitos trabalhistas dos empregados das fazendas, pela não apuração das denúncias de fraude cometida nos cartórios de imóveis. E, desse modo, “[...] o poder estatal se constitui como uma poderosa força produtiva” (IANNI, 1986, p. 49).

Ilário (2011), baseado nesses pressupostos, afirma que “o Estado se mantém como um agente importante do processo modernizador do território, mas abre espaço para a atuação das grandes empresas agrícolas (tradings e agroindústrias) na matriz regulatória” (ILÁRIO, 2011, p. 18). Indiretamente, financia a modernização da agricultura em Barreiras e região, consolidando um papel já exercido em outros tempos na história do Brasil, mas que tem o mesmo significado.

Conforme Ianni (1971), a regra geral é que, nos países de economia dependente, dominados pelo grande capital, o Estado desenvolva ações mais diretas de investimentos, exercendo papel preponderante. A economia brasileira confirmou essa norma. No caso em estudo, essa participação perpassa-se na formulação de políticas públicas que se transformaram em programas e projetos estatais em parceria com os setores privados e com financiamentos públicos diretos ou indiretos.

A análise de Martins (2001, p. 32-33) sobre as consequências da expansão capitalista no campo contribui para compreendermos esse mesmo processo em Barreiras.

Desde os anos 70, a modernização forçada no campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vem mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um *contradesenvolvimento* social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. As favelas e cortiços dessa nossa América Latina, e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver.

Concordamos com o autor na medida em que ele analisa a modernização como um processo de exclusão, pois os territórios rurais que passaram por esse “desenvolvimento” apresentavam um descompasso social, político, econômico e cultural. Se, por um lado, os índices de crescimento econômico são visíveis, por outro, os índices sociais não estão no mesmo patamar de desenvolvimento.

Na compreensão de Ianni (1982, p. 61)), o Estado em uma economia capitalista necessita desenvolver relações de proximidade com a população, demonstrando ser parte de sua vida. Não é conveniente que suas contradições e antagonismos sejam expostos. Em suas palavras,

[...] o Estado não pode aparecer aos cidadãos e às associações (ou grupos, classes, exército, Igrejas etc.) dessa forma, simplesmente como um produto de antagonismos, como um feixe de contradições. Isto seria muito transparente, insuportável para os cidadãos e as associações. Implicaria numa guerra aberta e ininterrupta entre uns e outros. Ocorre, no entanto, que no mesmo processo de sua realização, o Estado já se constitui fetichizado. Na consciência e na prática das pessoas, tende a aparecer sob uma forma abstrata, como um ato de vontade coletiva, ou como a forma externa da sociedade civil.

Em nosso entendimento, a aparição do Estado para as classes também é diferenciada. Para os detentores do capital, ele é receptivo; suas políticas contribuem para a ampliação do poder econômico, dos privilégios que sempre usufruíram. O Estado é constitutivo da ordem econômica e social capitalista. No estudo sobre os camponeses dos gerais na Região Oeste da Bahia, incluindo também o município de Barreiras, Sousa Sobrinho (2012) afirma que, naquela ocasião, o Estado atendeu às reivindicações dos grupos hegemônicos dos cerrados baianos, e que muitos investimentos saíram “[...] dos cofres públicos para a instalação da infraestrutura [...]” (SOUSA SOBRINHO, 2012, p. 74) Os recursos eram públicos, no entanto, foram utilizados para atender interesses privados.

Por esse prisma, Inocêncio (2010, p. 80) defende que

[...] a modernização territorial do Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980, teve como principal ator o Estado, através do planejamento regional e financeirização da terra. Essa modernização alicerçou-se sobre os subsídios do crédito rural e o financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além de incentivos fiscais [...].

Em relação à “infraestrutura de apoio técnico”, importantes agentes financeiros em Barreiras viabilizaram esse crescimento, por meio do incremento à pesquisa, do conhecimento das potencialidades do solo, do uso intensivo de tecnologias, de condições consideradas essenciais para o aumento da produção e da produtividade.

Para Ianni (1982, p. 59),

Todas as contradições fundamentais do capitalismo envolvem o Estado, como expressão nuclear do regime. Em síntese, a análise do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado.

Nesse emaranhado de contradições, o Estado na sociedade capitalista se utiliza de várias performances na concretização de suas ações. Assim, aparece sob forma de serviços na educação, saúde, infraestrutura, em tudo que é necessário para que ocorra a reprodução do capital. A instalação de uma instituição de educação superior pública em 1980 em Barreiras não se constituiu desvinculada do contexto de atuação do Estado nesse município. Essas e outras ações foram apresentadas como propulsoras do desenvolvimento. Nesse contexto, Mézaros (2011, p. 96) reflete que

[...] Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, nesse importante sentido “totalitário” – do que o sistema de capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.[...]

O Estado é uma estrutura essencial para que o capital possa garantir sua reprodução sociometabólica. Sua presença em Barreiras (BA) e seus diferentes formatos de atuação, construção e planejamento de políticas acoplaram-se diretamente ao desenvolvimento da região. Nesse movimento, ele se personifica e, direta ou indiretamente, apoia, reestrutura os agentes financiadores do desenvolvimento que, junto com ele, formularam e continuam formulando ações para o município de Barreiras. Entre esses agentes está o sistema bancário.

2.2.1 Agentes financeiros e a modernização da agricultura

A expansão agrícola capitalista a partir das décadas de 1970 e 1980 provocou mudanças nos processos e estruturas desta atividade no Brasil e, conseqüentemente, no município de Barreiras que, nesse período, constituía a agricultura nos cerrados. Os recursos alocados para essa atividade, em sua maioria, vinham dos agentes financeiros. De acordo com Brum (1999, p. 471- 472),

A implantação de inovações no setor de serviços (energia, telefonia, transportes), como também impulsos na industrialização e a própria modernização da agricultura, por exemplo, foram efetivados graças ao aporte de capital externo, quer sob a forma de investimentos diretos de empresas estrangeiras no país, quer sob a forma de empréstimos e financiamentos ao setor público para a realização de obras através de empresas estatais.

A análise do autor nos ajuda a compreender o papel preponderante que a intervenção do capital estrangeiro exerceu na modernização da agricultura em nosso país. Sousa Sobrinho (2012) identifica de onde parte essa intervenção: são os bancos, as grandes empresas, agências internacionais, estruturas financeiras, políticas e jurídicas que contribuíram para a consolidação desse processo. O autor ainda salienta que esses recursos foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura do cerrado que necessitava de uma estrutura diferenciada, tais como produtos para correção dos solos, máquinas, tratores, pivôs. (SOUSA SOBRINHO, 2012).

Santos Filho (1999), quando analisou a forma como a agricultura modernizadora avançou no cerrado baiano, destacou duas questões centrais. A primeira está ligada à dependência que a produção agrícola tem da indústria. E a segunda é o domínio do capital nessa lógica. O autor sinalizou o papel que a indústria exerce no controle da produção agrícola, que vai desde a plantação, compreendendo tipo do solo, que produtos serão utilizados para corrigi-lo, quais sementes serão plantadas, tipo de adubos, até a comercialização, pois cabe também à indústria definir preço e os mercados interno e externo.

[...] essa lógica industrial se combina com uma lógica de investimento que busca sobretudo a valorização financeira do capital monetário empregado na região. O capital busca, ao mesmo tempo, um ganho produtivo e um ganho de capital. Esses ganhos de capital são alcançados através de alguns mecanismos. Os mais importantes são o processo de valorização fundiária,

graças à extensão do mercado de terras, e o processo de redução do valor real do investimento monetário, através do subsídio direto e do crédito subsidiado ao investimento, ao custeio e mesmo para compra de terras (SANTOS FILHO, 1999, p. 56).

Concordamos com o autor ao mencionar o processo de mercantilização da terra. Essa terra do cerrado, que, antes, tinha um valor de uso, passa a ter valor de troca com a introdução das práticas capitalistas na agricultura. E nos apoiamos em Martins (1983, p. 162), para quem

A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente capital. Assim como esse produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz renda.

A aquisição de terras nos cerrados de Barreiras para a produção capitalista, não pode ser vista apenas como um ato de expansão das fronteiras agrícolas. A apropriação dessa terra pelo capital deu a ela um *status* diferenciado. Ela deixa de ser “terra fraca”, passando a produzir renda para o seu proprietário. Entra na lógica capitalista.

O estudo de Giordano (1999) sobre Competitividade Regional e Globalização em duas regiões de fronteiras agrícolas, Balsas (MA) e Barreiras (BA), constatou que Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) se constituíram nas duas regiões como agentes financeiros, fazendo as mediações entre o fundo público e privado nessa lógica de modernização.

Giordano (1999) mostra que, no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no período de ocupação do cerrado, nas décadas de 1970 e 1980, havia um Departamento associado a uma empresa especializada que tinha o objetivo de selecionar candidatos agricultores que tivessem “perfil” condizente ao financiamento. Segundo o autor, essa avaliação leva em consideração “[...] a capacidade empresarial, experiência passada, conhecimento tecnológico, sensibilidade às inovações tecnológicas, dentre outros quesitos, dos candidatos ao financiamento” (GIORDANO, 1999, p. 125).

Enfatizando a importância desses conhecimentos e a relação financeira que a produção da soja tem com o mercado internacional, Giordano (1999, p. 128) complementa:

As cotações da soja são feitas via celular com a Bolsa Mercantil de Futuros de São Paulo, de Chicago e de outras regiões formadoras de preços. O uso de computador para esses fins está bastante difundido, tanto nas empresas privadas, quanto nas Cooperativas de Produtores e nas Agências dos Bancos do Brasil, do Nordeste e outros da rede privada.

Não é de se estranhar que os nativos e usuários dos cerrados do município de Barreiras, a partir desses critérios, já nessa época, estavam “fora” da lógica de empreendimento e financeirização da terra. Não possuíam condições adequadas para se candidatarem aos empréstimos bancários, nem tampouco a tecnologia para acompanharem as cotações nas Bolsas de Valores. Para esses usuários, os cerrados gerais tinham a lógica da sobrevivência nas intempéries anuais, diferentemente da lógica do capital.

A expansão capitalista nas áreas rurais de Barreiras e nos demais municípios da Região Oeste da Bahia contou “[...] com organizações internacionais importantes como o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o WB – Banco Mundial, o Eximbank - Export – Import Bank do Japão, o KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau alemão” (GIORDANO, 1999, p. 172). Como refletiu Marx (1978, p. 45), “[...] o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo”. E, nesse domínio, ele se alastra por todo o planeta.

Todavia, é importante salientar que o Estado, por meio do mercado financeiro, se apresenta de forma variada, controlando o desenvolvimento das atividades produtivas. Sua atuação se concretiza da seguinte maneira: (i) empresas que vendem agrotóxicos, máquinas e demais implementos agrícolas; (ii) empréstimos concedidos aos agricultores capitalizados; (iii) financiamento ao agronegócio; (iv) apoio às pesquisas voltadas à ampliação da produção e da produtividade.

No processo de consolidação da agricultura capitalista nos cerrados baianos, o Estado se personifica nas empresas responsáveis pelas ações desenvolvimentistas e realiza intervenções diretas. A agricultura irrigada feita em lotes com objetivos de

comercialização dos produtos foi organizada pela empresa Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

2.2.2 A CODEVASF no desenvolvimento dos cerrados baianos

No percurso deste estudo, analisamos os agentes que contribuíram no processo de modernização do município de Barreiras. Já nos reportamos à construção do aeroporto e à instalação do 4º BEC. Mencionamos também a influência da construção de Brasília na década de 1960, e, nesse contexto, as BR's 020 e 242 ligando Brasília-Barreiras- Salvador. Essas ações se juntam a outro agente que também impulsionou a economia do município de Barreiras, que foi a instalação de um escritório técnico da 2ª Superintendência da CODEVASF, para a implantação e execução do Projeto São Desidério-Barreiras Sul.

Figura 10: Sede do Escritório Técnico em Barreiras, em 1977. (s/d)



Fonte: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 06 set. 2016

A CODEVASF é uma empresa ligada ao Ministério da Integração Nacional. Sua presença em Barreiras, a partir da década de 1970, revela a logística que o Estado mobilizou para desenvolvimento do município e região. O Projeto São Desidério-Barreiras Sul, implantado nesse período, objetivou introduzir técnicas de irrigação e,

consequentemente, estimular o aumento da produção de médios e pequenos agricultores. Sobre a presença da CODEVASF, Sampaio (2012, p. 8) entende que,

Do ponto de vista da produção agro-pecuária, seu resultado foi modesto. No entanto, decorrente desse projeto, deu-se o estabelecimento de diversos fazendeiros advindos de fora da região, sobretudo da “Zona Cacaueira” da Bahia e do estado de Pernambuco, que, com o apoio de tais políticas e dos financiamentos públicos (FINOR- Banco do Nordeste e SUDENE), estabeleceram, na região, um sistema de posse calcado na corrupção dos cartórios e na atuação dos jagunços, “amaciano” a terra para possibilitar o processo de grilagem sistemática que se desenrolaria nas três décadas seguintes. Não se tornaram produtores agrícolas, mas sim produtores de propriedades agrícolas, o que reforçava o caráter especulativo de tal medida governamental.

A CODEVASF no município de Barreiras pode ser entendida a partir de uma estratégia elaborada pelo próprio capital que, sob a justificativa da necessidade de desenvolvimento de ações naquela área, produziram conhecimentos provenientes do processo de irrigação, considerados essenciais para o desenvolvimento dessa tecnologia até então desconhecida pela maioria da população da região. Isso significa dizer que a ênfase maior da produção estava no cultivo do milho, arroz e feijão, já que os colonos entregavam a produção para a Cooperativa, inicialmente presidida por funcionário da própria CODEVASF, que assumia as decisões de todo o processo de comercialização. Com isso, os colonos dos Perímetros irrigados não detinham nenhum poder sobre o que produziam.

Figura 11: Lote do Perímetro Irrigado São Desidério-Barreiras Sul.



Fonte: jornal Expresso, 2016.

A produção, gerada nessa política, sob o ponto de vista da distribuição, resolvia outra questão que era o abastecimento, pois os pequenos agricultores estariam produzindo parte dos alimentos que seriam consumidos pela população, já que a produção do agronegócio não se destinava ao consumo direto.

Brandão (2010) afirma que a CODEVASF e os programas de governo

[...] foram fundamentais na transformação de espaços antes não aproveitados em localizações estratégicas para a agricultura modernizada de exportação, atraindo populações de investidores individuais e grupos empresariais de Salvador, Nordeste e Centro-Sul do país (BRANDÃO, 2010, p. 46).

As transformações oriundas do modelo agrícola capitalista inserido no município de Barreiras podem ser observadas em diferentes situações e espaços, que vão do aumento populacional à execução de programas e projetos que associaram o capital nacional e estrangeiro, bem como capital público e privado. Nessa junção, foram implantados o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e a *Japan Internacional Cooperation Agency de Cooperacion (JICA)* em Barreiras.

2.2.3 PRODECER e JICA: capital nacional e japonês na movimentação da economia do município de Barreiras

O PRODECER é resultado do acordo de cooperação entre Brasil e Japão na área agrícola. Assinado na década de 1970, no governo militar de Ernesto Geisel, seus objetivos estão voltados para o desenvolvimento regional, uso intensivo de tecnologia e aumento da produção agrícola com a participação de investimentos públicos e privados. Inocêncio e Calaça (2009, p. 3) esclarecem que “[...] a função principal do PRODECER foi tornar o Cerrado uma área produtora de grãos, soja principalmente, produto em recessão no mercado japonês”.

Seguindo essa lógica, Sousa Sobrinho (2012) reitera que esse convênio “[...] baseou-se em investimentos de altas cifras e em transferências de tecnologias que deram impulsos às pesquisas realizadas em agências fomentadoras dessas atividades [...]” (SOUSA SOBRINHO, 2012, p. 50). Ao considerar esses determinantes econômicos,

salientamos que as ações do PRODECER é parte do processo de modernização capitalista da agricultura no município de Barreiras. Conforme Santos (2007, p. 95), essa realidade se concretizou na medida em que

[...] O Governo Federal responsabilizou-se pela criação das bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação de outros setores organizados do sistema – o capital financeiro e o industrial, principalmente, nas áreas de cerrados do país.

Dallacqua (2007) destacou dois projetos financiados pelo PRODECER em Barreiras e região: Projeto Brasil Central, em Formosa do Rio Preto-BA, e o Projeto Ouro Verde, em Barreiras-BA, atualmente no município de Luís Eduardo Magalhães-BA. Utilizando recursos públicos, esses projetos contribuíram para a “modernização” da agricultura em Barreiras, que se traduz no aumento da mecanização, na pouca utilização de mão-de-obra, no uso de fertilizantes e agrotóxicos para o aumento da produção e correção dos solos e, sobretudo, na concentração fundiária e na produção direcionada ao mercado externo.

Nesse modo de funcionamento, o PRODECER, desde sua implantação, associou o capital internacional ao nacional, cujos desdobramentos revelam os interesses do Estado brasileiro ao incentivar a ocupação dos cerrados baianos. Para Inocêncio (2010, p. 77), este programa “[...] foi tanto uma política pública de ordenamento territorial quanto uma política de Estado para a ocupação do cerrado”. A perspectiva da autora se aproxima da análise de Ilário (2011, p. 23):

A expansão da agricultura intensiva em áreas de Cerrado, desde a década de 1980 até os dias atuais, no Oeste do Estado da Bahia, provocou alterações substantivas nas dimensões ambiental, urbana, fundiária e demográfica, bem como na logística. Os aspectos normativos foram afetados, e dizem respeito, sobretudo, ao planejamento dos investimentos públicos e privados.

Essas alterações aconteceram, como discute Inocêncio (2010), em diferentes dimensões, e sinalizaram que a presença do capital nacional associado ao internacional, cumpriram três papéis importantes: (i) a ampliação do espaço agrícola mediante a prática da agricultura no cerrado, (ii) o aumento das exportações pois o principal produto agrícola era a soja, e (iii) a incorporação do campo brasileiro ao circuito capitalista produtivo mundial (INOCÊNCIO, 2010).

Os dados do quadro 5, a seguir, confirmam a análise da autora. Eles revelam a concentração da terra em poucos estabelecimentos no período em que a agricultura do município de Barreiras (BA) se modernizava.

Quadro 2: Evolução Fundiária do município de Barreiras de 1970 a 1996.

BARREIRAS (BA)	1970	1975	1980	1985	1996
Grupo de Área (Ha)	Estabelecimentos (Qt)	Estabelecimentos (Qt)	Estabelecimentos (Qt)	Estabelecimentos (Qt)	Estabelecimentos (Qt)
Mais de 0 a menos de 1	166	205	92	154	23
De 01 a menos de 2	201	186	204	230	83
De 2 a menos de 5	321	268	314	375	208
De 5 a menos de 10	191	152	271	308	288
De 10 a menos de 20	191	129	147	185	259
De 20 a menos de 50	174	194	201	275	275
De 50 a menos de 100	86	91	95	106	127
De 100 a menos de 200	51	58	125	67	85
De 200 a menos de 500	45	50	73	109	133
De 500 a menos de 1.000	17	29	49	84	126
De 1.000 a menos de 2.500	11	14	29	78	125
De 2.500 a menos de 5.000	2	8	21	30	60
De 5.000 a menos de 10.000	1	1	7	11	13
De 10.000 a menos de 100.000		1	5	6	6
De 100.000 a mais			1		0
Sem Declaração					0
TOTAL	1.457	1.386	1.634	2.039	1.811

Fonte: IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil -1970.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

(Adaptação da autora)

A modernização, nesse sentido, simbolizou a constituição dos latifúndios, a expropriação da terra dos pequenos produtores. Interessante também observamos que, no grupo de área entre 05 a 10 hectares (ha), existe uma oscilação mais equivalente em relação à quantidade de estabelecimentos nos períodos de 1975 a 1985, e acreditamos

que essa dinâmica está associada à instalação do Perímetro de Irrigação São Desidério-Barreiras Sul, da CODEVASF, porque a dimensão dos lotes dos colonos era em torno de 05 a 10ha.

A aliança que se forjou para a modernização da agricultura no município entre o capital nacional e internacional se concretizava nos convênios realizados pelos agentes públicos e privados. A *Jica* é um dos exemplos de agência internacional que realizou várias ações conveniadas. Sousa Sobrinho (2012, p. 50) afirma que

O referido convênio baseou-se no investimento de altas cifras e em transferências de tecnologias que deram impulsos às pesquisas realizadas em agências fomentadoras dessas atividades, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Bahia, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA), etc. Isso repercutiu no modelo de ocupação em expansão na região mais recentemente; a saber, da década de 1980 até os dias atuais, no que se conhece como agricultura moderna de grãos [...].

Voltando ao PRODECER, é bom que se diga que este estimulou a migração proveniente da Região Sul do Brasil. A presença dos sulistas que podia ser um imigrante isolado, se constituiu em um movimento organizado em cooperativas ou até mesmo representado nas agroindústrias (SANTOS FILHO, 1989). Esse fato nos permite compreender melhor as novas relações sociais, culturais e organizativas que são implementadas em Barreiras no processo de modernização da agricultura.

A agricultura capitalista se desenvolve a partir do apoio financeiro, logístico, político do Estado, em que os novos proprietários dos cerrados assumem a alcunha de desbravadores do desenvolvimento de Barreiras.

Segundo Haesbaert (1997, p. 16):

Esses sulistas – gaúchos, catarinenses, paranaenses -, que muitas vezes já passaram pelo Mato Grosso do Sul, por Mato Grosso e Goiás, são denominados genericamente de gaúchos pelos nordestinos. Assim, o confronto entre gaúchos e nordestinos se insere num amplo processo de migração e, na visão dos migrantes, num verdadeiro “processo civilizatório” que remonta aos primórdios da imigração italiana para o Brasil, no século passado.

Ela não só insere numa lógica mercantil excludente, concentradora de terra e de capital, como envolve uma espécie de “cultura migrante” que difunde pelo interior do país mitos de um sulista, espécie de novo bandeirante, difusor ao

mesmo tempo da modernidade da sociedade de consumo e do “tradicionalismo” da cultura gaúcha.

O município de Barreiras, a partir da década de 1980, passa por transformações não só na estrutura fundiária, mas principalmente nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. A agricultura capitalizada empurrou o crescimento populacional da cidade, a ampliação dos serviços públicos e privados de saúde e educação, a interligação com outros municípios. Para que essa agricultura pudesse ter condições de disputar internacionalmente o mercado, foi necessário o investimento em pesquisa.

2.2.4 Os Centros de Pesquisa e o desenvolvimento do agronegócio

Com o advento da moderna agricultura capitalista recém implantada em Barreiras e em outros municípios da Região Oeste da Bahia, vários fatores para o seu desenvolvimento se tornaram demandas estruturantes: investimento em tecnologias, novas formas de produzir, sementes diferenciadas. Tais tecnologias também ocorreram em vários países que tinham a moderna agricultura como um dos seus mobilizadores econômicos. Nesse sentido, o Estado brasileiro inserido na lógica capitalista investiu nesse importante setor, amparado no propósito de criar condições para o incremento da agricultura, sobretudo pelo investimento e apoio à pesquisa. Consoante Inocêncio (2010, p. 66),

A internacionalização da pesquisa agrícola processou-se, através de centros internacionais de pesquisa em países estratégicos, de forma a cobrir as diferentes regiões do planeta, voltadas à pesquisa de determinados produtos agrícolas, de acordo com os interesses e a orientação das grandes corporações. Como forma de inserir o Brasil na vanguarda da modernização e articular o país, atrasado em relação à pesquisa agrícola, é que foi criada, no início de 1970, a EMBRAPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

A pesquisa direcionada, interessada no agronegócio passou a ser uma das estratégias da modernização conservadora, uma vez que o seu desenvolvimento oportunizava aos detentores do capital o monopólio do conhecimento e,

consequentemente, impulsionava os lucros advindos da produção, e incrementava a comercialização dos produtos utilizados na agricultura.

A criação da EMBRAPA Cerrados oportunizou a junção de um arcabouço de conhecimentos importantes para a agricultura nesse espaço territorial. Antes da introdução da moderna agricultura nos cerrados, as terras não eram utilizadas na lógica do capital. A fim de que isso se tornasse possível, foi necessário investimento financeiro para o desenvolvimento de sementes adequadas, de produtos para correção dos solos, de tecnologias adaptáveis a essa realidade (SOUSA SOBRINHO, 2012; ILÁRIO, 2011).

A modernização da agricultura e as transformações advindas dessa ação têm, de acordo com Inocêncio (2010), estimulado alterações profundas em Barreiras e região. Nas palavras da autora,

Graças ao incremento na pesquisa agrícola, desenvolvida principalmente pela EMBRAPA, o Cerrado consolidou-se como importante área de expansão da agropecuária nacional. Assistiu-se a um acelerado processo de expansão da área cultivada, diversificação de culturas, intenso processo migratório. Os investimentos direcionaram-se às inovações tecnológicas, bioquímicas, técnicas de manejo do solo e adaptações de cultivo às condições agroecológicas (INOCÊNCIO, 2010, p. 79-80).

Concordando com a autora, Alves (2006, p. 17) destaca o papel dessas pesquisas “[...] na preparação das condições para o avanço da soja no território nacional, sobretudo desenvolvendo formas de melhoramento da produtividade e de adaptação dessas oleaginosas em distintos ambientes naturais”.

A soja foi plantada nos cerrados baianos, ambiente até então considerado hostil a esse tipo de agricultura, e, para que pudesse alcançar o nível de produção em larga escala, se fez necessária uma série de atividades, tais como a correção dos solos, o uso de defensivos agrícolas, o desenvolvimento genético das sementes, conjuntamente acoplada ao processo de irrigação. Os estudos realizados pela EMBRAPA contribuíram juntamente com outras ações para a agricultura moderna de Barreiras BA.

Ilário (2011, p. 23) ainda acrescenta que

Outros fatores, como o elevado nível de precipitações e a abundância de recursos hídricos com rios perenes – alimentado pelo aquífero Urucúia, o segundo maior do Brasil – consolidaram esta porção do território como um dos principais produtores de soja, milho e algodão herbáceo.

Todas essas conjunções de fatores associados ao projeto de desenvolvimento capitalista pela modernização da agricultura em Barreiras, incluindo projetos governamentais e atuação de empresas públicas, foram basilares para o avanço do agronegócio. Com o intuito de ampliar as relações comerciais, garantir mais lucros para seus negócios e terem mais poder de negociação frente aos órgãos públicos e privados, os sulistas estimularam a criação de estruturas organizativas, bem como de associações setoriais.

2.2.5 As Associações Setoriais e suas interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais

Na continuidade do delineamento dos agentes que desempenharam função estratégica na modernização do município de Barreiras, destacamos as Associações Setoriais. Organizadas por produtores do agronegócio, em sua grande parte de origem sulista, essas associações têm sido essenciais para a articulação desses sujeitos, como também para a constituição de representação junto a órgãos governamentais. Além do mais, desempenham atividades de pesquisa, acessam tecnologias para o aumento da produção e produtividade e, ainda, representam os interesses do agronegócio. Segundo Ilário (2011, p. 86),

As associações setoriais, buscando aumentar a produção agrícola, constituíram diversas parcerias com as instituições privadas e com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal e criaram um quadro qualificado de consultores jurídicos, economistas, engenheiros e administradores, dentre outros, objetivando avaliar os principais problemas e as possíveis soluções, como a aplicação de novas técnicas que permitam o crescimento do agronegócio no Oeste Baiano.

Nesses termos, as associações setoriais, ao longo de sua trajetória, têm exercido eficientemente a função de representante dos agentes do agronegócio na Região Oeste da Bahia. Transitam entre os gabinetes ministeriais em defesa de seus interesses, bem como nas mesas de negociação salarial junto aos Sindicatos de Trabalhadores.

Na lógica de representação, têm assumido funções classistas nas diferentes esferas de representações política, econômica e hegemônica: (i) quando participam das mesas de negociação de acordo salarial; (ii) acadêmica, quando investem em pesquisas,

constroem laboratórios, adquirem tecnologias para a melhoria da produção e produtividade, fornecem técnicos e especialistas para o agronegócio; (iii) de poder público, quando investem em infraestrutura como melhoria das estradas, construção dos distritos industriais, aeroporto; e (iv) política partidária, quando elegem seus representantes aos cargos executivos e legislativos nas esferas municipal, estadual e federal.

As Associações Setoriais operam, portanto, em diversos ramos da moderna agricultura e pecuária em Barreiras e em outros municípios da Região Oeste da Bahia. Atuam na área da agricultura, pecuária de grande e pequeno porte, e no desenvolvimento da pesquisa. São elas: a Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (ACRIOESTE), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEBA), Associação dos Produtores de Café da Bahia (ASSOCAFÉ), Associação dos Fruticultores do Oeste da Bahia (FRUTOESTE), Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia (CAPRIOESTE), Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO), Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (FUNDAÇÃO BA) (SANTOS, 2007; ILÁRIO, 2011).

Entre as Associações Setoriais, a que mais tem se destacado no processo de modernização dos cerrados baianos é a AIBA. Atua em Barreiras e Região desde 1990. Possui mais de 1.300 sócios, representantes de 95% das terras que são utilizadas para a agricultura dos cerrados baianos, em que a soja é o carro chefe da produção. Sua missão é “Promover o desenvolvimento do agronegócio no estado da Bahia de forma integrada, sustentável e socialmente responsável, atendendo às necessidades dos associados”⁸. Sua sede principal fica em Barreiras e seus diretores têm assento em vários órgãos e instituições estaduais e nacionais⁹.

⁸ A “missão” está disponível em < www.aiba.org.br >.

⁹ Informações disponíveis no site da entidade: www.aiba.org.br.

Figura 12: Sede da AIBA em Barreiras



Fonte: Jornal Novoeste, 2015.

Ao considerar a natureza dessas associações, no mínimo é contraditório uma delas apresentar como missão o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável, quando a prática da agricultura irrigada, que retira milhões de metros cúbicos de água, comprometendo os lençóis freáticos, provocando o desaparecimento de muitos rios; o intensivo e indiscriminado uso dos agrotóxicos; o desmatamento das plantas nativas revelam que o agronegócio e o capital são insustentáveis para o meio ambiente.

Devido ao poder econômico e político que exercem, é interessante destacar que essas organizações conseguem acessar plenamente o Estado no atendimento de suas reivindicações demandadas, cujo princípio é o interesse privado. Nesta relação direta, interferem e constroem políticas públicas, direcionando ações para os interesses que defendem, consolidando a aliança do Estado com o capital. Como ilustração, alguns membros dessas associações participam diretamente da esfera política, com cargos eletivos em âmbitos municipal, estadual e federal. Muitos dos políticos que se destacam na região são oriundos de algumas dessas organizações e da região Sul do Brasil, e as representam no poder público. Por exemplo, a AIBA foi dirigida durante dezoito (18) anos por um grande representante do agronegócio, que deixou sua presidência para

assumir o cargo de prefeito do município de Luís Eduardo Magalhães. Do ano 2000 até o ano de 2016, os gestores municipais de Luís Eduardo são do agronegócio.

Na totalidade destes determinantes múltiplos, insere-se a criação do município de Luís Eduardo Magalhães (LEM)- BA como um ato de fortalecimento do agronegócio e de modernização conservadora na Região Oeste da Bahia.

2.2.6 A criação do município de Luís Eduardo Magalhães (LEM): o latifúndio modernizado e as contradições de sua cidade modelo

“Barreiras é Mimoso, Mimoso é Barreiras”¹⁰. Apesar de a frase ser pronunciada por sulistas e baianos, o contexto histórico das duas populações passa por caminhos divergentes. Mimoso do Oeste, denominação do povoado e depois distrito, este era o nome do município de Luís Eduardo Magalhães até a sua criação, no ano de 2000. Sua ocupação foi realizada pelos imigrantes sulistas, e com apoio e logística do Estado. De Mimoso do Oeste a Luís Eduardo Magalhães, passaram-se menos de três décadas. Sobre esse processo de criação do município, Santos (2007, p. 111) relata que

No início do ano de 2000, o principal município da região – Barreiras – passou por um novo processo de divisão do seu território. Visando atender aos apelos separatistas dos recém-chegados à região e introdutores da moderna agricultura nos espaços de cerrado, principalmente “gaúchos”, foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e confirmada através de plebiscito a criação do município Luís Eduardo Magalhães, ex-povoado de Mimoso do Oeste. O novo município, com uma área de 4.014 Km², foi criado em 30 de março de 2000, com uma população de aproximadamente 20.000 habitantes.

Cabe salientar que, durante o processo de desmembramento do município de Barreiras, as elites representadas pelo agronegócio jogaram pesado para criação do novo município. Além de aspectos estruturais, a dinâmica de emancipação se encontrava embutida na lógica de construção de um espaço que pudesse ser privativo dos sulistas e desvinculado dos nordestinos, construindo, dessa forma, determinantes étnico e sociocultural fundantes desse processo. Amparava-se na ideia de que o desenvolvimento

¹⁰ Frase altamente divulgada durante o processo de criação do município de Luís Eduardo Magalhães no ano de 2000.

da região e, especificamente, de Barreiras estava associado ao protagonismo dos sulistas.

Conforme Alves (2006, p. 85),

[...] a distância de cerca de cem quilômetros da cidade de Barreiras, a rápida expansão demográfica e econômica do povoado e o avivamento da rivalidade entre as populações das duas localidades cujas entidades étnico-culturais apresentam diferenças – as de Mimoso, de maioria sulistas e as de Barreiras, predominantemente nordestinas. Essa última questão tornou-se fundamental no processo de emancipação do Mimoso, na medida em que o discurso apontando a existência de uma identidade sulista contrapondo à baiana, inexistente no povoado, teve grande adesão de seus moradores.

Essa concepção mobilizou um fenômeno social separatista e de superioridade dos sulistas em relação aos nordestinos. Este movimento se deu desde a chegada dos primeiros migrantes da Região Sul em Barreiras. Como afirma Haesbaert (1997, p. 222),

Trata-se de uma disputa que vai além da nova divisão territorial do trabalho estabelecida com a chegada da modernização agrícola, desdobrando-se também numa espécie de divisão cultural do território que constrói, pelo menos ao nível de representações simbólicas, oposições que fornecem uma distinção clara entre sulistas e “nativos”.

Para além do processo jurídico e étnico-sociocultural de criação do novo município, as relações construídas entre Mimoso do Oeste (Luís Eduardo Magalhães) e Barreiras se pautaram em uma concepção de superioridade cultural, econômica, política e social, sustentadas pelas questões econômicas. Nesse contexto, a modernização era produzida entre os que chegavam, que tinham a tarefa de “eugenizar” a produção, como também a cidade, os costumes e a cultura dos barreirenses.

A ocupação do território de Luís Eduardo Magalhães, desde os primeiros moradores, esteve ligada ao desenvolvimento da agricultura, concentrando boa parte das terras dos cerrados baianos. Destaca-se que, desde a metade dos anos de 1970, essa região tem sido alvo de grandes empreendimentos que se ampliaram e foram se internacionalizando a cada ano. A alcunha de Cidade do Agronegócio sintetiza bem essa realidade.

Segundo Brandão (2014, p. 10),

A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por sua vez, abriga um parque agroindustrial cada vez mais vigoroso, que gera forte demanda por mão-de-obra qualificada, instituições que prestam serviços técnicos voltados ao setor agrícola, tais como empresas de consultoria agrônômica, jurídica, ambiental e geotecnológica, além de sedes dos centros de pesquisa mantidos por entidades e organizações associativistas criadas pelos agentes econômicos ligados ao agronegócio.

Figura 13: O município de Luís Eduardo Magalhães.



Autor: Maicon Sergio, 2013.

Boa parte da pujança do município de Luís Eduardo é delegada aos sulistas. Criou-se uma lógica que desconsidera todas as intervenções públicas, políticas e jurídicas que sustentaram e ainda sustentam esse desenvolvimento. Outra questão a se realçar é que, por trás desse crescimento, estão problemas sociais extremamente graves, em conformidade aos destaques de Ilário (2011, p. 17):

[...] o município destaca-se como uma das principais áreas produtivas de *commodities* agrícolas existentes no território nacional e está diretamente relacionado ao agronegócio. Apresenta, nos últimos anos, um elevado crescimento econômico e urbano, mas que não se reflete na melhoria das condições sociais, marcadas por uma desigualdade extrema.

A propaganda de riqueza e de dinheiro fáceis no Oeste da Bahia, especialmente em Luís Eduardo contribuiu para que não apenas os sulistas, mas muitas pessoas

oriundas das regiões mais empobrecidas do estado viessem a procura de trabalho. Nessa dimensão, Ilário (2011, p. 44) menciona que

[...] há uma forte presença de baianos oriundos do semiárido, que se deslocaram para a região em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Porém, a maior parte dessa população apresenta baixa qualificação para o trabalho no campo moderno e especializado. Como resultado, a população migrante se acumulou nas periferias de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, gerando outros problemas de caráter social.

As desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais do município de Luís Eduardo são gritantes. Se, por um lado, estão presentes as principais indústrias ligadas ao agronegócio da soja e dos demais grãos produzidos nos cerrados baianos, de outro, a contradição do capitalismo é bem evidente. A BR 020 literalmente separa a população em dois grupos: em uma margem, os chamados pioneiros do agronegócio com suas casas, lojas, edifícios, de padrão econômico elevadíssimo, e, na outra margem, os retirantes nordestinos, envolvidos pelo sentimento da aparência do trabalho fácil, morando em situações precárias, pela falta de infraestrutura, saneamento básico, ausências de políticas sociais que combatam o alto índice de violência, prostituição infanto-juvenil. Esses nordestinos ocuparam o bairro apelidado de Iraque, uma alusão ao Oriente Médio, devido aos conflitos ali consolidados (SANTOS, 2008; ILÁRIO, 2011).

A primeira gestão municipal de Luís Eduardo Magalhães (2000 – 2008) foi assumida por dois mandatos, por um representante do agronegócio. Sua esposa foi vereadora em Barreiras, deputada estadual, deputada federal e prefeita do município de Barreiras (2008-2012). Esse fato é emblemático e revela o quanto os interesses do capital movimentam o estabelecimento de relações entre os representantes do agronegócio e a configuração da política regional para criar as condições de participação nos poderes estadual e federal, no delineamento das condições de favorecimento às demandas do capital privado. “[...] O monopólio do aparelho estatal, diretamente ou por meio de grupos interpostos, é a condição básica do exercício da dominação [...]” (IANNI, 1982, p. 62).

Os problemas produzidos por essa realidade têm contribuído para o agravamento do quadro social, econômico e cultural de Luís Eduardo Magalhães e de Barreiras. Reitera-se que os agentes que contribuíram com o desenvolvimento de Barreiras e

região estimulam a presença de grandes indústrias nacionais e multinacionais, responsáveis pela produção de insumos, como também pelo esmagamento da soja. Essas indústrias têm sido um importante agente de desenvolvimento.

De acordo com Dallacqua (2007, p. 51):

Com a presença de empresas nacionais e transnacionais, atuando na compra e venda, transporte, armazenamento e comercialização da soja, Barreiras tornou-se um espaço nacional de economia internacional, vivendo um intenso processo de especialização produtiva, com atração de migrantes, transferindo um grande número de agricultores especializados no cultivo da soja, vindos especialmente do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Ao mencionar as empresas e suas atividades, Giordano (2012, p. 152) salienta que

O desenvolvimento do sistema agroindustrial da soja em Barreiras, além da implantação de diversos projetos de empresas agrícolas, tem sido complementado com a implantação de unidades de armazenamento e indústrias esmagadoras e processadoras de farelo e óleo, ligadas a grandes grupos nacional e internacional, como a CEVAL, a CARGIL e a Santista Alimentos, controlada pelo grupo argentino Bunje e Borny. Outras unidades de indústrias de fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos agrícolas têm se instalado na região.

Em estudo sobre a presença do capital na agricultura, Diniz (2006) retrata o papel desenvolvido pelos pacotes tecnológicos utilizados para o aumento da produção e da produtividade, revelando que, a partir dos anos de 1970, houve mudanças substanciais no processo agrícola no Brasil. Com a mecanização e a utilização de um grande volume de insumos, a tendência natural é que a agricultura dependa menos da terra e das mãos dos trabalhadores e mais da indústria. “É o processo de subordinação da agricultura ao capital monopolista” (DINIZ, 2006, p. 86)

Os desdobramentos dessa realidade são evidenciados em um grande número de lojas de revenda de tratores, colheitadeiras, produtos oriundos de multinacionais e que integram o pacote tecnológico da agricultura capitalista. A esse respeito, Ilário (2011, p. 36) afirma que “[...] os insumos químicos (corretivos, agrotóxicos, etc.) não apenas possibilitaram a adequação dos solos dos Cerrados para a agricultura comercial, mas também possibilitaram o aumento da produtividade”, ao que Brandão (2013, p. 10) prossegue: “A cidade de Barreiras concentra hoje os principais estabelecimentos

comerciais e financeiros do Oeste Baiano, alguns compoendo redes com atuação em escala nacional e internacional [...]”.

O “hoje” a que se refere o autor é o ano de 2013. Além das vendas dos maquinários e insumos agrícolas, Barreiras concentra conglomerados na área do comércio em escala internacional: lojas de departamentos, *fast-foods*, franquias, concessionárias automotivas nacionais e estrangeiras, enfim, toda uma estrutura que contribui para sua modernização.

Prosseguindo a análise dos agentes sociais, políticos, econômicos e culturais presentes no desenvolvimento agrícola capitalista de Barreiras, o capítulo 3 deste estudo discutirá a escola e a modernização da agricultura no município.

3. ESCOLA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM BARREIRAS-BA

O objetivo deste capítulo é discutir o lugar da escola no desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Oeste da Bahia dos anos de 1970 a 2000. Trata-se de compreender o processo de expansão da escolarização em suas diferentes modalidades e formas de oferecimento, sobretudo em Barreiras, nos desdobramentos da Modernização Conservadora da Agricultura. Busca-se compreender como desenhou-se, nos planos educacionais e programas de governos, nas últimas décadas, a atual ideia de democratização do acesso de todos à educação. Indaga-se acerca das condições sob as quais a criação de universidades e a consolidação das redes pública e privada em Barreiras constituíram-se em uma necessidade e disputa, tanto para o capital quanto para o trabalho.

A questão de fundo, quando pensamos o processo de modernização e expansão da escolarização, é entender a escola e a esfera pública como possibilidades, como lugares e modos específicos de agir, que condensem a cidadania e a democracia. Nesses termos, os sentidos de democracia e de cidadania dizem respeito à organização significativa da experiência social, à socialização, ao desenvolvimento de valores e às práticas ligadas à justiça social. Ou seja, democracia e cidadania nesta perspectiva apontam para um conjunto de práticas que não se encaixa bem na visão de que a gestão democrática da escola e da privatização da educação é a salvação da escola pública. Pelo contrário faz a ação política deixar de ser um problema de sujeitos políticos constituídos nos processos societários para se ligar aos campos imprecisos da reprodução e da vida cotidiana.

3.1 Breve trajetória da escolarização no Brasil de 1970 a 2000

O histórico da Educação no Brasil entre as décadas de 1970 a 2000 nos permite compreender que a expansão da escolarização aconteceu exatamente nesse período. Décadas marcadas pela industrialização, intenso processo de migração campo-cidade, pela forte presença dos movimentos populares urbanos e movimentos de posseiros e trabalhadores rurais. A presença dos movimentos sociais com seu potencial inovador, na cena pública brasileira, a partir do final dos anos 1970, diz respeito tanto à ação quanto ao discurso político-pedagógico de homens e mulheres que, na clandestinidade,

enfrentaram as contradições de seu tempo e abriram veredas de solidariedade e de lutas pela justiça social. Sua originalidade consistia no fato de conscientizar e organizar o povo no desejo de integrá-lo à esfera da cidadania e dos direitos, e se instituírem, então, como sujeitos políticos. Suas ações formativas, em tempos de repressão, consolidaram valores e princípios de uma ação política participativa, multiplicando-se por todo o país e construindo uma vasta teia de organizações populares que, contemporaneamente, estabeleceram novas relações com a natureza, a propriedade, a terra, com o trabalho, a saúde e com a educação.

O chamado "milagre brasileiro" do período 1967-73 teve como sustentáculo, por um lado, os resultados obtidos pela política de estabilização, e, por outro, uma política de desenvolvimento que consolidou e intensificou o modelo de substituição de importações que reservava ao Estado um papel central de empreendedor. Nas palavras de Brum (1999, p. 302),

O desenvolvimento era concebido basicamente como crescimento econômico. Contemplava também a incorporação de avanços tecnológicos. O desenvolvimento econômico (simples crescimento) não se orientava prioritariamente ao atendimento das necessidades fundamentais da maioria da população, nem a mais rápida melhoria de seus padrões de vida. Dentro da ótica militar de então, estava voltado para o aumento da expressão do Brasil como potência mundial, isto é, o fortalecimento do poder nacional, do qual o componente econômico é uma das vigas básicas.

O milagre econômico brasileiro não chegou para toda população. O autor enfatiza algo recorrente no Brasil quando se fala de desenvolvimento, que é associá-lo a crescimento econômico. Os índices de crescimento são apresentados como se eles automaticamente produzissem as melhorias das questões sociais, educacionais e culturais.

Importante lembrarmos que boa parte dos investimentos realizados nessa época com o objetivo de transformar o país em grande potência mundial tinham sua origem no Estado. Recursos públicos a serviço de empreendimentos que não beneficiavam diretamente a população. Segundo Ianni (2004, p. 263),

[...] o Estado se torna o lugar privilegiado do capital. Por isso, o discurso do poder é principalmente o da economia, das razões do capital; e não o da política, no sentido de dirigência, hegemonia. Isto é, o discurso político

apenas recobre o jogo das forças produtivas, o privilégio do capital, dos interesses de setores ou classes dominantes.

Nessa lógica, é que o Estado inicia as reformas educacionais em resposta ao modelo de desenvolvimento instalado, objetivando conter e regular a demanda popular por escolarização. A educação precisava estar em consonância com o projeto que estava sendo implementado no país. Nos espaços rurais, o modelo agrícola, que tinha como elementos fundantes a concentração fundiária, a mercadorização da terra e a mecanização da agricultura, foi responsável pela expulsão da população desses espaços. “[...] Esse processo condiciona a industrialização que se faz intensiva de capital em meio a um excedente de mão-de-obra” (ROMANELLI, 2009, p. 194). Nos espaços urbanos, especialmente nas periferias e bairros populares, prevalece a concentração de um contingente populacional oriundo do campo, em busca de trabalho.

Essa lógica desenvolvimentista encrustada no capital mundializado fomentou uma série de projetos e programas governamentais que associavam capital público e capital privado, garantindo um crescimento econômico favorável ao grande capital. Trata-se da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho promovida pelo golpe Civil-Militar, com efeitos perversos na reconfiguração da sociedade brasileira.

Ao analisar as intercorrências sociais, políticas e econômicas, a partir da modernização, Romanelli (2009), apresentou fatores internos e externos em relação a esse processo de implantação: i) internamente, quando se organizam instrumentos eficientes de controle administrativos quer na esfera pública, quer na esfera privada, visando fragmentar o processo produtivo para evitar a junção dos trabalhadores; e ii) externamente, nas políticas de ampliação dos mercados e das distâncias entre os países que produzem, que, conseqüentemente, detêm o conhecimento tecnológico da produção, e aqueles que são receptores e consumidores dessa tecnologia.

Assim, de acordo com Romanelli (1999, p. 195),

[...] Isso só pode ser feito mediante a modernização, que, em princípio, se observa nos hábitos de consumo das populações dos países periféricos para depois consubstanciar na instalação de indústrias no próprio centro desse mercado consumidor. Vista sob esse prisma, a modernização impede um desenvolvimento autônomo e transforma-se em mecanismo de dominação ou de controle interno pelo externo.

Para que as pessoas se tornem consumidoras, precisam, inicialmente, construir os hábitos do consumo da vida urbana, disciplinamento dos trabalhadores, cooperação e controle social, e, partir daí, as indústrias e as agências educacionais chegam para atender a essa demanda. Essas indústrias multinacionais, nesse contexto de modernização, comandadas pelo capital estrangeiro, consolidam a dependência do capital externo.

Importante salientar o cenário educacional e a constituição desses novos hábitos para o contexto da modernização. Reafirmamos que a construção do ideário pedagógico brasileiro se acentuou nesse período. O final da década de 1960 foi marcado pela Reforma Universitária e, conseqüentemente, pela destruição de um modelo de universidade que vinha sendo discutido pelo Movimento Estudantil e pela organização docente. A Lei 5.540/68, fruto dos acordos entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e agência norte-americana AID¹¹, voltada para o desenvolvimento, desmantelou o ensino superior, criando uma universidade mais adequada aos tempos da modernização.

Para Romanelli (1999), uma das intenções da lei foi levar para a universidade a racionalidade administrativa, apresentando-a como o caminho da modernização e do desenvolvimento. Só que o espaço universitário tem outra dinâmica e, conseqüentemente, a lógica é outra. O objetivo era “[...] agregar racionalidade administrativa à universidade para torná-la mais moderna e adequada às exigências do desenvolvimento. [...]” (ROMANELLI, 1999, p. 232). Dessa forma, a universidade era mais operacional e menos acadêmica/científica.

Além da Reforma Universitária, outra transformação no campo da educação, que representa com propriedade a modernização do país, foi a Reforma do ensino de 1º e 2º graus, intitulada Lei 5.692/71. Na análise de Vieira e Farias (2011), essa Reforma demorou a sair do papel, pois o ensino de 1º e 2º graus não estavam no rol de prioridades do governo militar. Para as autoras, um dos objetivos dessa reforma era conter a demanda dos alunos para o ingresso no ensino superior, estimulando “[...] a

¹¹ Consoante John Hilliard, diretor da AID no período de 1966 a 1973: “A Agency for International Development tem por função não a concepção de uma estratégia da educação, mas influenciar e facilitar esta estratégia nos setores nos quais seus conhecimentos, sua experiência e seus recursos financeiros podem ser uma força construtiva que ajudará a atingir os objetivos visados. Tal estratégia deve ser concebida essencialmente por aqueles que têm o poder de tomar decisões e dispunham dos recursos necessários. É então aos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento que cabe decidir sobre a estratégia da educação” (ROMANELLI, 1999, p. 210).

formação técnica de quadros técnicos de nível médio – razão pela qual se acena com a ideia da profissionalização [...]” (VIEIRA; FARIAS, 2011, p. 161).

Segundo Germano (2011) nos chamou a atenção para a necessidade de compreender essa Reforma a partir de uma contextualização histórica. Nesse período político, no Brasil, assistia-se ao auge da repressão contra todas as pessoas que se colocavam ou não como opositores ao governo. Conforme o autor, não obstante as atrocidades cometidas pela Ditadura Civil-Militar, esse foi o período de maior consenso e de apoio ao regime. Isso ocorreu em virtude de grandes projetos nacionalistas, de crescimento da economia e da não aceitação das práticas que determinados grupos realizavam no enfrentamento da repressão.

A Lei 5.692/71 trouxe, em sua essência, duas medidas que impactaram o processo de escolarização, e estavam em consonância com o projeto de modernização: (i) ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, que foi possível com a união do primário com o ginásio, tornando-o ensino de 1º grau; e (ii) inserção da profissionalização no 2º grau.

O aumento da escolarização se materializa em atendimento às demandas populares, combinando na Reforma 5.692/71 com o projeto de expansão do capital e da modernização, que o Brasil estava realizando. Assim, consolidou-se a concepção de um trabalhador que pudesse ter desenvoltura nas “letras e nos números” era suficiente para esse desenvolvimento. Severino (2006, p. 301) amplia essa discussão, pontuando que

O conteúdo do ensino deve ser técnico, sem conotação política de cunho crítico. Visa-se à maior produtividade possível, a baixo custo, mediante o preparo de uma mão-de-obra numerosa, com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada ao atendimento das necessidades do sistema econômico.

A ideologização dos processos educativos foi desenvolvida a partir da cooperação entre empresas e escola, e de uma infinidade de acordos MEC-USAID. A estrutura coercitiva construída pelo Regime Militar estava espalhada da Universidade à Escola de 1º grau. A formação de um contingente de trabalhadores que se amoldavam à realidade, com comportamentos adequados, contribuiu também para o crescimento econômico desse período. O ideário pedagógico implementado nesses anos de Regime Militar em sua complexidade foi coadjuvante de um projeto educacional que expandiu a

escolarização, sem, contudo, realizar as transformações necessárias para a inclusão do Brasil nas estatísticas de melhoria da qualidade de vida das pessoas. “A ampliação de oferta de vagas nas escolas públicas, portanto, se revestiu de um caráter meramente quantitativo, através da diminuição da jornada escolar e do aumento de turnos que comprometeram a qualidade do ensino” (GERMANO, 2011, p. 169).

A entrada na década de 1980 com índices tão desfavoráveis à educação e a outros indicadores sociais, econômicos e políticos, fez com que esse período fosse denominado de “década perdida”. No entanto, representou a retomada da luta democrática, a reorganização dos sindicatos, a presença da Igreja Católica na formação de algumas pastorais voltadas para o atendimento de segmentos alijados durante a Ditadura Civil-Militar.

No Brasil, a década de 1980 foi um momento de retomada da luta pelo restabelecimento dos direitos civis e políticos, e também por uma educação de qualidade, em contraste com os altos índices de reprovação, evasão e a desestruturação do sistema público de ensino. Os programas implementados pelo governo não conseguiam minimizar os efeitos do quadro educacional. “Os elevados índices de reprovação da primeira série, atingindo sobretudo os alunos oriundos das famílias mais desfavorecidas, coloca evidentemente a questão da inadequação do ensino nessa série, dos métodos e exigências padronizados [...]” (WEREBE, 1999, p. 234)

As transformações políticas da sociedade brasileira estão associadas aos movimentos sindicais dos metalúrgicos do ABC¹² paulista, dos bancários, dos comerciários, dos transportes, dos educadores, das donas de casa, aos setores da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), de outras Igrejas Cristãs, dos trabalhadores rurais, dos partidos políticos e de organizações de esquerda que se reestruturavam. A educação passou a ser uma bandeira de luta importante aos movimentos reivindicativos, e é incorporada às outras reivindicações das classes populares, pois “[...] para o pleno funcionamento da escola, é necessário que se faça presente também a água, a luz, a coleta de lixo e a linha de ônibus, bem como melhorar o calçamento das ruas, a segurança e assim por diante” (CRUZ, 2011, p. 171).

¹² Articulação do movimento sindical das cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, na região metalúrgica de São Paulo.

Nesse sentido, a escola ganha papel importante, porque, em sua implantação, outros direitos que foram deixados de lado pelas políticas públicas passam a fazer parte da pauta central das reivindicações dos bairros populares. Com isso, pode-se compreender que as lutas das associações de moradores, dos movimentos de ocupação das terras urbanas nos bairros periféricos, dos movimentos sociais têm um princípio educativo, pois contribuem para que a população tenha consciência dos seus direitos e possa reivindicá-los, sem que sejam perdidos o respeito pela opinião dos outros, a realização do trabalho coletivo, o sentido e a importância da organização política e social.

No que diz respeito à luta pela educação, Ferreira (2011) apresenta os desafios e lutas encaminhadas nesse período de afirmação de direitos. Consoante o autor,

[...] na década de 1980, o processo de democratização da sociedade brasileira delineou um novo perfil de lutas e organizações sociais, profundamente ligadas à dinâmica sociopolítica que caracterizava a sociedade. Um desses princípios era o entendimento amplo do termo educação, e a escola não era o único lugar de educação. Significa que a educação escolar deve cumprir sua função de ensinar a ler e escrever com qualidade, e com isso, possibilitar a emergência dos sujeitos, de forma a contribuir para a construção da cidadania e da democracia (FERREIRA, 2011, p. 108-109).

A retomada histórica contribui para o entendimento dos aspectos mais estruturantes, e, conseqüentemente, dos espaços micros, já que são relações imbricadas. Nesta totalidade, a escola é um espaço de educação, de socialização de saberes, de criação de novos hábitos e estilos de vida, de formação do indivíduo, de ascensão social, de ampliação e acesso a conhecimentos que não podem ser adquiridos em outros ambientes; portanto, um local privilegiado de luta pela conquista dos direitos sociais.

Ao analisar o papel social exercido pela escola, Cunha (1977) argumentou que, entre outras funções que exerce, a ideológica é evidente, pois

[...] atrai, também, para si, a preocupação de setores descontentes da sociedade, que passam a vislumbrar, na escola, o instrumento de superação das condições materiais consideradas injustas; com isso, livra de críticas a ordem econômica que produz e reproduz essas condições (CUNHA, 1977, p. 57).

As exigências da modernização associadas à complexidade das relações sociais fazem com que a instituição escolar seja disputada por grupos sociais antagônicos: de

um lado, aqueles que desejam apropriar-se dos saberes científico, linguístico, artístico e cultural, objetivando a garantia de seu *status*, e, do outro lado, aqueles que necessitam de qualificação técnica para terem acesso ao mercado de trabalho. Quando sua tarefa, então, se reduz a “[...] formar o trabalhador flexível e polivalente, capaz de mudar várias vezes de atividade ao longo da vida”, “[...] a escola corre sérios riscos de não passar de um centro de treinamento” (COELHO, 2012, p. 18).

Acerca de outro período histórico, Enguita (1989, p. 184) afirmou que “[...] a gestão empresarial privada ou burocrática do conhecimento permite sua distribuição desigual, estratificada e hierarquizada, tal como ocorre com a distribuição de renda e do poder [...]”. Mediada por essas determinações, a escola, subliminarmente, contribui para a reprodução sociometabólica do capital quando “distribui” hierarquicamente o conhecimento, fazendo com que as pessoas acreditassem na igualdade de oportunidades.

É importante salientar, entretanto, que as classes populares lutam pelo acesso à escola por verem, nessa instituição, um dos caminhos para a superação das desigualdades, por acreditar ser possível, com o conhecimento nela adquirido, ter acesso a outra realidade social, política e econômica. Nessa direção, Cunha (1977, p. 60) argumenta que “As desigualdades entre as classes sociais bem como a dissimulação daquilo que as produz (pela educação) são produto da ordem econômica capitalista”.

De acordo com Enguita (1989, p. 184),

O véu encobridor que sobre essa posse desigual de poder e recursos na esfera educacional supõem a igualdade formal perante a instituição escolar e a ideologia da igualdade de oportunidades não é nada mais que antecipação do que estenderão sobre as desigualdades de propriedade e poder na esfera econômica o igualitarismo formal do mercado e a ideologia da livre concorrência empresarial e individual.

Na lógica do capital, um dos sentidos da escola e da educação está em encobrir e justificar as desigualdades social, econômica e cultural, como também construir um arcabouço de sustentação dessas desigualdades na sociedade capitalista. O que se nota como “reação” a esse contexto é que se “[...] lamentam as consequências dessa ordem econômica, deixando intocados, entretanto, os mecanismos que as produzem. [...]” (CUNHA, 1997, p. 57)

Essa ordem, contudo, passa por abalos na medida em que as classes subalternizadas exigem acesso aos bens produzidos socialmente, e, por conseguinte, vários enfrentamentos são protagonizados nos campos sociais, políticos, econômicos e culturais, pelos grupos que não aceitam a ordem estabelecida pelo capital. Nesse jogo de força e poder, por um lado, a educação e a escola para as classes hegemônicas são os lugares de preparação do quadro de dirigentes que dará continuidade à reprodução do capital, e, do outro lugar, para as classes populares, ela é a possibilidade de alterar sua posição na escala social.

Frigotto (1996) discutiu que a educação em sua trajetória histórica contribuiu para que as pessoas sejam preparadas para assumirem “seu lugar” nessa sociedade, em que

[...] a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 1996, p. 26).

A concepção de trabalhadores qualificados na sociedade do capital está diretamente relacionada à adaptação desse sujeito ao mercado, de seu adestramento, de uma formação que, ao mesmo tempo que se diz polivalente, normatiza e define sua funcionalidade (FRIGOTTO, 1996). Contrariando essa concepção mercadológica de qualificação, Frigotto (1996, p. 31-32) apresenta a seguinte análise:

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana.

Para o autor, é fundamental que o sujeito possa desenvolver sua qualificação plenamente, no sentido de sua constituição humana; não apenas sua capacidade técnica, aprendendo a fazer sem a reflexão crítica. Sendo assim, a qualificação está associada ao seu processo de vida desde o nascimento, envolvendo os sentidos, o gosto, o prazer, a estética, e, portanto, deve ser colocada no plano dos direitos.

Contrariando essa premissa, a escolarização na sociedade capitalista faz com que os sujeitos internalizem hábitos e valores, e, mediados pelo capital, faz com que busquem, no mercado, a satisfação. Os conhecimentos assim adquiridos tornam-se mercadorias que reproduzem gostos, interesses que são substituídos por outros a partir da dinâmica estabelecida pelo mercado, destinando-se ao aumento do próprio capital.

Ao analisar a escola e os seus diferentes sentidos, tanto para os detentores do capital quanto para a classe trabalhadora, Ferreira (2011, p. 104) argumenta que,

Do ponto de vista do capital, a escola é um espaço de socialização e divulgação da ideologia. Além disso, ela está relacionada ao processo de desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista. Assim, na concepção de formação das elites, quanto mais preparada estiver a força de trabalho, mais eficiente será na produção e mais facilmente se adaptará às novas exigências do sistema.

Intrinsecamente, estava presente na escola a luta pelo acesso ao conhecimento científico, a possibilidade de mobilidade social pela qualificação profissional, enfim, a quebra do monopólio da cultura letrada. A escola não é só um lugar para aprender a ler, a escrever e para qualificar a mão de obra. Ela traz também, em seu âmago, a constituição do urbano, a compreensão da cidade e os desafios inerentes à sua constituição. A escola é uma invenção do espaço urbano e, a partir dele, da apreensão dos direitos. Um dos exemplos que pode ser utilizado nesse sentido é quando o poder público, em um espaço de ocupação territorial, cria a escola. No fundo, o que ocorre é o reconhecimento do direito dos novos moradores.

Para Cruz (2011, p. 104), “[...] o saber se processa na própria experiência de luta, sem lugares específicos para transmissão do saber, isto é, vive-se o ensinar e o aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não prescindindo dela [...]”. A escola, nesse contexto de disputa, torna-se instituição importante para as classes trabalhadoras, pois os saberes produzidos internamente, como externamente, perpassam suas estruturas, de modo que sua importância é revelada na medida em que é parte integrante de outros saberes, como também espaço de formação. Segundo Cruz (2009), nas áreas de ocupação de terrenos urbanos, nos bairros que são urbanizados, a escola passa ser o local de referência dos moradores, espaço de convivência e de reunião para que as pessoas possam dar continuidade à sua luta. No processo de organização da sociedade, “[...] as estruturas físicas das escolas estavam à disposição da “comunidade”

e se constituíam em espaços para encontros, manifestações, celebrações religiosas e atividades de lazer [...]” (CRUZ, 2009, p. 58).

A escola, durante a década de 1980, ganhou um sentido diferente devido às mudanças estruturais da sociedade. Com a expansão do capitalismo, os seus processos formativos reconstituíram-se em outras funções, entre as quais destaca-se a de preparação para o trabalho. Com a intensificação das relações capitalistas, os estudantes, de posse de conhecimentos técnicos específicos, foram direcionados à demanda do mercado.

A urbanização, que é um desdobramento dos processos de modernização, exige que os sujeitos construam um novo *modus operandi*; a escola constitui-se como o espaço dessa operacionalidade. Reconhecê-la nesse contexto, em todos os nexos, reconfigura sua atuação e, ao mesmo tempo, amplia o acesso a outras políticas públicas tão “esquecidas” nos bairros periféricos.

Mesmo sendo contraditória, a escola é o caminho para que as pessoas se apropriem da vida na cidade, pois oportuniza às crianças, aos adolescentes, aos jovens e adultos o domínio da leitura e da escrita, e, ao mesmo tempo, contribui para que as pessoas tenham condições de sobreviverem no mundo letrado e possam ir se apropriando de hábitos e estilos de vida que a urbanização proporciona. A cidade exige de seus habitantes essa condição, e a escola vai construindo essa sociabilidade.

Sob esse aspecto, Alves (1998, p. 145) esclarece que

Não por caso a escola vem aproveitando, de imediato, parcelas ponderáveis dos contingentes que incessantemente produz. Isto é, a escola titula tanto os trabalhadores expulsos das atividades produtivas como as camadas médias, absorvendo, em seguida, grande parte dos elementos titulados.

A escola, nessa perspectiva, vai cumprindo o seu papel, pois inclui-exclui de forma subordinada todos os sujeitos, aqueles que são titulados por ela assumem suas funções de continuidade da reprodução nas instâncias menores. O exemplo que pode contribuir nessa análise são os cursos de formação de professores que preparam os estudantes para assumirem as funções na escola básica. Ela, reiteramos, absorve “parcelas ponderáveis dos contingentes que incessantemente produz” (ALVES, 1998, p. 145)

O Brasil chega aos anos 2000 com grandes desafios nas áreas sociais, políticas e econômicas. O avanço das políticas neoliberais, o processo de privatização, o desemprego estrutural e os processos educacionais nos levam a compreender as transformações que vão sendo implementadas nos espaços micros. Na discussão seguinte, abordaremos as questões educacionais do Brasil e seus desdobramentos no processo de escolarização em Barreiras, de 1970 a 2000.

3.2 Expansão da escolarização em Barreiras-BA, de 1970 a 2000

A compreensão da educação e dos seus processos formativos está diretamente relacionada ao contexto em que estão inseridos. Assim, a análise da educação em Barreiras no período de 1970 a 2000 deve ser buscada a partir das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais decorrentes da modernização da agricultura no município.

Em relação a essas transformações, Santos Filho (1989, p. 92) afirma que

A política federal de ocupação da fronteira, que alcança os cerrados baianos nos anos 70, valoriza a terra e leva à redistribuição da propriedade fundiária na região. A urbanização se dá de modo diferenciado: Barreiras se afasta das cidades de menor porte, sobretudo porque é privilegiada no traçado da nova malha rodoviária e na distribuição do gasto público.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1970, Barreiras contava com uma população de 20.864 habitantes e, dez anos depois, em 1980, o recenseamento apontou uma população de 41.454 habitantes. Este aumento populacional requer uma série de ações, tanto do ponto de vista estrutural como de serviços para a população.

Conforme Santos Filho (1989, p. 93),

A modernização da agropecuária regional, nos anos 80, transforma a economia urbana dos cerrados baianos, especialmente de Barreiras. Em primeiro lugar, porque abre novas frentes para a produção e o comércio de bens e serviços necessários à produção de **commodities** agrícolas. O consumo pessoal dos novos agricultores e dos empregados do complexo agroindustrial estendido aos cerrados, por sua vez, cria outros empregos e novas demandas por bens de consumo e serviços.

É preciso ressaltar que as demandas direcionadas aos setores de bens e serviços proporcionaram ações dos poderes públicos. A escola é uma dessas demandas, embora historicamente, como instituição pública, em sua grande maioria, não tem sido prioridade para aqueles que assumem as funções públicas. Um dos fatores que nos faz pensar a demanda pela escola nesse município a partir dos anos de 1970 está relacionado ao aumento populacional e a demanda de trabalhadores qualificados.

Analisando o Estado brasileiro no período civil-militar, Germano (2011) afirmou que, a partir dos anos de 1970, as políticas públicas continuaram direcionadas para o capital, e, conseqüentemente, deixaram de lado as ações para as classes populares, apresentando como desdobramento dessa política “o aguçamento da concentração da renda, com notórias repercussões no campo educacional” (GERMANO, 2011, p. 168). Convém enfatizar que a concentração da riqueza nas mãos de poucos contribuiu para a ampliação das escolas privadas e com a elitização da educação.

A escola, nesse período, mesmo após a promulgação da Lei 5.692/71 que garantia a obrigatoriedade dos 7 aos 14 anos (Ensino Fundamental), continua sendo um espaço disputado pelas classes subalternizadas. Não possuindo vaga para todos, um dos expedientes empregados pelas Secretarias de Educação foi a implantação do turno intermediário, popularmente conhecido como o “turno da fome”, porque o estudante entrava às 10:30 e saía às 14:00h. A jornada escolar era reduzida, às vezes não chegava às 2:00 h de efetivas atividades pedagógicas. Nessa perspectiva, Wereber (1993, p. 242) ressalta que

[...] a expansão do antigo ensino primário levou, em muitos casos, os desdobramentos da jornada escolar, sobretudo em alguns centros urbanos, chegando-se ao absurdo de se reduzir, na maioria das escolas, o tempo de permanência das crianças a três horas diárias, ou menos.

Essa realidade é bem presente em minha história de vida, pois estudei no turno intermediário de 1973 a 1975 em uma escola pública, no município de Volta Redonda (RJ) e, em 1993, quando assumi a coordenação do Departamento Técnico Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Barreiras (BA), contribuí para a extinção dessa realidade educacional.

Com o aumento demográfico em Barreiras, entre as décadas de 1970 e 1980, a demanda por escola também aumentou, e várias instituições escolares administradas pelo poder público ou pela iniciativa privada foram implantadas. Nesse período, o espaço geográfico para a construção dessas escolas era o centro da cidade, embora a população nordestina que vinha em busca de trabalho motivada pela propaganda da fronteira agrícola residisse nos bairros periféricos que estavam se constituindo.

No quadro 2, estão relacionadas as escolas consideradas regularizadas até os anos de 1970. Considerando que a população era de 20.864 habitantes e 11.104 residiam na zona rural, constata-se que o número de instituições escolares públicas era ínfimo.

Quadro 3: Estabelecimentos de Ensino em Barreiras até 1970 – Zona urbana.

Nome das Escolas	Unidade Administrativa	Grau de ensino	Ano/Localização
Costa Borges	Estadual	Ensino Primário	1927/centro
Padre Vieira	Privada	Fundamental I e II	1948/centro
Escola Casinha Feliz	Privada	Jardim de Infância e Fundamental I	1960 /centro
Grupo Escolar Antônio Geraldo	Estadual	Jardim de Infância/ Primário	1961/centro
Escola Joaquim Neto	Estadual	Fundamental	1963/periferia
Escola Robélia Pondé	Estadual	Fundamental I	/centro

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2016
(Elaborado pela autora)

Nesse quadro, podemos constatar a existência de quatro instituições públicas e duas privadas, sendo que 75% das escolas públicas estavam localizadas no centro da cidade, o que nos revela que as pessoas moradoras dos bairros periféricos teoricamente não tinham acesso às escolas. Como abordado anteriormente, foi na década de 1970 que, no município de Barreiras, chegaram os trabalhadores civis do 4º BEC, um contingente populacional de 5.000 (cinco mil) famílias e que foram residir em um bairro periférico. Esses dados apontam para as discussões sobre a escola e sua localização nos centros urbanos em várias partes do Brasil.

O quadro 4 apresenta os dados do VIII Recenseamento Geral de 1970, do IBGE, em relação ao número de matrículas, e foi organizado considerando o recorte que estabelecia a Lei 5.692/71 sobre o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. Nele, estão contemplados a população total de pessoas e suas respectivas idades, os estudantes matriculados por idade e o seu quantitativo nos espaços rurais e urbanos.

Quadro 4: Pessoas Recenseadas e Alunos matriculados na rede escolar na década de 1970 no município de Barreiras, de 7 aos 14 anos.

Idade	Total Recenseadas	Estudantes	Urbanos	Rurais	% Frequência
7 anos	708	230	152	78	32,48%
8 anos	693	266	182	84	38,38%
9 anos	533	266	190	76	49,90%
10 anos	777	394	258	136	50,70%
11 anos	459	248	178	70	54,03%
12 anos	617	339	233	106	54,94%
13 anos	489	288	215	73	58,89%
14 anos	532	282	204	78	53,00%
TOTAL	4.808	2.313	1.612	701	48,10

Fonte: Dados do VIII Recenseamento de 1970 (IBGE).
(Elaborado pela autora)

Os dados sinalizam que, em 1970, o município de Barreiras tinha 4.808 pessoas com idade entre 7 a 14 anos, faixa etária estabelecida por lei como ensino obrigatório de 08 anos, e destas, 2.313 eram estudantes que estavam efetivamente matriculados na rede escolar, o que corresponde ao percentual de 48,10% das pessoas. Desse total de 2.313, nos espaços urbanos, tínhamos 1.612 estudantes, e 701 eram estudantes dos espaços rurais. Entrecruzando os quadros 2 e 3, podemos afirmar que a maioria da população que nesse período habitava os espaços rurais do município não estava na escola.

Diante disso, notamos que a escolarização não esteve presente no processo inicial da modernização da agricultura no município de Barreiras. O cruzamento dos

dados entre o número de estabelecimentos escolares e o percentual de estudantes matriculados sinaliza que a maioria dessas matrículas estava nas instituições públicas, localizadas no espaço mais urbano do município.

Na década de 1970, Barreiras tinha uma população ruralizada, desmitificando a ideia recorrente desse momento histórico e de outros posteriores de que os moradores do campo (agricultores familiares, posseiros, meeiros) não viam a escola como um espaço importante para a reprodução de sua vida. O contexto de Barreiras reforça e consolida três concepções, a saber: i) de que, para as populações camponesas, a escola não é necessária; ii) que a modernização é sinônimo de desenvolvimento e de urbanização, por isso as escolas estão no espaço urbano; e iii) que a escola é o espaço de aquisição das técnicas da leitura e da escrita, necessárias para a vida urbana.

O Recenseamento de 1970, feito pelo IBGE, sinaliza que uma boa parte das crianças e adolescentes estava fora da escola, mesmo com o aumento do número de prédios escolares. No ano seguinte, a reforma do ensino é instituída pela Lei 5.692/71. Além da ampliação da obrigatoriedade escolar de oito anos, reunindo o ensino primário com o ginásial, essa Lei acabou com os exames de admissão que eram a porta de entrada para o ginásio, determinando a profissionalização no final da escola fundamental, garantindo, assim, que o estudante da escola pública pudesse, ao fim e ao cabo desses oito anos, entrar para o mercado de trabalho (ARANHA, 1996; ROMANELLI, 2009).

O aumento de estabelecimentos escolares, a partir dos anos de 1980, bem como o do número de estudantes ocorre no processo de modernização da agricultura em Barreiras. A instalação do 4º BEC, a implantação do projeto de irrigação da CODEVASF (São Desidério-Barreiras Sul) composto de cinco vilas de colonos, e a chegada dos agricultores sulistas para a ocupação dos cerrados baianos aceleraram o ritmo de crescimento populacional e a demanda por escola.

Com o Projeto de Irrigação (São Desidério-Barreiras Sul), foram construídas 5 (cinco) escolas. Cada uma nos respectivos povoados, a saber: Boa Sorte, Baraúna, Barreiras Sul, Tatu e Angico (este pertence ao município de São Desidério-BA). Inicialmente, essas escolas atendiam exclusivamente os filhos dos colonos do Projeto. Todas eram administradas pela Secretaria Estadual de Educação (SEC). Em 1998, por

causa da municipalização do ensino fundamental, essas escolas foram integradas a rede pública municipal de Barreiras.

Na construção de sua análise sobre a expansão da escola pública, Alves (1998, p. 143) afirmou que essa expansão “[...] tem servido ao reaproveitamento de trabalhadores expulsos das atividades produtivas por força do desenvolvimento tecnológico; tem funcionado como um recurso para atenuar as tensões sociais da sociedade capitalista, em sua fase monopolista”. Dessa forma, é pertinente dizer que a escola se expande e reaproveita os trabalhadores que não atendem às demandas da tecnologia. Assim, ela é um importante instrumento de amortização dos conflitos oriundos das contradições presentes na sociedade capitalista.

Convém observar que Cruz (2012, p. 169) amplia a discussão sobre a expansão, quando menciona que

Nos anos de 1970, os moradores dos bairros populares e periféricos, nas grandes cidades brasileiras, emergem como “sujeitos políticos” importantes na luta pelo acesso à escola pública. As associações de vizinhos, comunidades, ou a sociedade amigos de bairros – hoje, Associação de Moradores –, consolidam-se como interlocutores frente a políticos e autoridades, reivindicando demandas diversas com destaque para a escola. Assim, os conflitos na esfera da reprodução social têm as reivindicações pelo acesso à escola, como centrais no conjunto das lutas populares que expressam a contradição do processo de urbanização vivido, tratado pela literatura de contradições urbanas da reprodução social.

Pode-se analisar que o aumento significativo de escolas está em consonância com a exigência da população e do capital no que diz respeito a escolarização. Importante salientar que “a contradição do processo de urbanização” (CRUZ, 2012, p.169) como desdobramento da modernização da agricultura em Barreiras, explicita o aumento do número dos prédios escolares.

O autor sinaliza uma questão fundante nesse processo de modernização. E, neste estudo, vamos associá-la ao município de Barreiras. Quando a população dos bairros, por meio de suas legítimas associações, apresenta a luta pela escola como essencial, essa população está dizendo que a centralidade desse modelo de sociedade está associada ao acesso ao conhecimento, aos valores disseminados a partir dele, e aos novos hábitos que fundamentarão as relações oriundas dessa nova racionalidade.

O poder público do estado da Bahia tinha sob sua responsabilidade administrativa, até 1970, na zona urbana do município de Barreiras, 4 (quatro) escolas. De 1970 a 1980, criou cinco estabelecimentos escolares. Isso corrobora a concepção do Estado como um dos principais agentes de desenvolvimento da modernização agrícola. O aumento populacional demandou a necessidade de instituições escolares para as famílias que migravam para Barreiras. A escola vai ser o local de formação dos indivíduos que chegavam ao município, porque, a partir da modernização, estava se constituindo uma nova lógica de relações comerciais, políticas, econômicas, culturais e sociais.

O quadro 5, a seguir, apresenta as novas escolas – públicas e privadas – criadas na cidade de Barreiras no período de 1970 a 1980.

Quadro 5: Estabelecimentos de Ensino em Barreiras de 1970 a 1980 – Zona urbana.

Nome das Escolas	Unidade Administrativa	Grau de ensino	ANO/ Localização
Monteiro Lobato	Privada	Jardim Infância e Alfabetização	1978/ centro
2 de Julho	Privada	Jardim de Infância e Alfabetização	1978/ centro
Presidente Médici	Estadual	Fundamental	1972/centro
Alexandre Leal (Polivalente)	Estadual	Fundamental	1974/centro
Dr. Orlando de Carvalho	Estadual	Fundamental	1980/periferia
Roberto Santos	Estadual	Fundamental	1977/periferia
Aníbal Barbosa	Estadual	Fundamental	1972/periferia

Fonte: NRE 11 – Secretaria de Educação e Cultura-BA.

(Elaborado pela autora)

O acréscimo de mais cinco escolas estaduais em relação ao número existente até 1970 revela que a escola passa a ser um serviço essencial para as pessoas. Com exceção das instituições privadas e do Colégio Polivalente, os prédios escolares construídos nesse período localizavam-se nos bairros periféricos, residência dos trabalhadores da agricultura modernizada.

Historicamente, a presença da escola pública nesses espaços populares urbanos tem cumprido a função de reforçar o papel de reprodutora das relações sociais que vão sendo paulatinamente construídas, e, conseqüentemente, a reprodução dos valores da sociedade burguesa. Passados alguns séculos, na consolidação do Estado capitalista, a instituição dos prédios escolares nos bairros periféricos reforça a ideia de uma escola

que atenda a todos indistintamente, na disseminação da nova racionalidade tão importante na reprodução da sociedade capitalista. Dessa forma, a escola vai concebendo o indivíduo para que ele possa absorver os valores dessa sociedade.

É, todavia, importante compreender as contradições desse processo. No Brasil, os espaços escolares, a partir do desenvolvimento da redemocratização do país, em muitos municípios, foram os únicos lugares que podiam ser utilizados pela comunidade para suas atividades políticas ou festivas (CRUZ, 2011). É preciso ressaltar, também, nesse contexto, a reformulação dos processos formativos realizados por professores e dirigentes escolares para que a educação se tornasse ou se efetivasse como um instrumento de emancipação.

Embora o aumento no número de escolas em Barreiras tenha sido significativo e apesar da concretização da mobilidade social, esse movimento não muda estruturalmente as condições sociais, políticas, econômicas e culturais. A escola proporciona o acesso a parte dos bens culturais, mas, sozinha, não muda a hierarquia da sociedade capitalista. Esses bens culturais vão contribuir na formação de novos gostos, novos estilos de vida, que serão incorporados pelos estudantes e pelos familiares, e, conseqüentemente, serão vitais na reprodução da sociedade.

Boa parte dos bairros periféricos que se encontram na cidade de Barreiras começou a ser formada a partir da década de 1980, com infraestrutura deficitária em bens e serviços. Interessante observar que o espaço geográfico que vai sendo ocupado, igual ao que ocorre em outros lugares, está de acordo com as condições econômicas de seus habitantes. Para Alves (2006, p. 79), o município *locus* desse estudo “[...] é um exemplo da maneira pela qual a agricultura moderna influencia nas transformações do urbano[...]”. E o autor ainda afirma que

O urbano de Barreiras avança fragmentando seu espaço, com uma nítida segregação entre os pobres e os ricos: os que chegam para ocupar-se em trabalhos braçais nas lavouras, frequentemente os nordestinos, e os que dirigem o processo de produção agrícola moderno, os sulistas. Estes últimos costumam habitar os setores mais valorizados da cidade e parecem empreender ali um outro tempo e outras formas de organização da vida que foge a qualquer determinação da cultura local (ALVES, 2006, p. 79).

As estruturas escolares que são organizadas nesses espaços geográficos também refletem os habitantes locais. Assim, as escolas mais estruturadas, administradas pela

esfera pública ou privada, estão localizadas nos bairros com melhor infraestrutura. Nos bairros populares, junto com a implantação da escola, estava a luta por outros direitos dos moradores, como saneamento básico, postos de saúde, creche, praças, quadras de esportes.

Em relação à fragmentação do espaço urbano, Haesbaert (1997) apresenta uma análise sobre a formação de um bairro em Barreiras, conhecido como Bairro dos Gaúchos ou Vila dos Gaúchos, demonstrando, assim, um contexto de segregação social, econômica e cultural. Em suas palavras:

Fisicamente, pelo menos, a “vila dos Gaúchos” constituía uma tentativa de “ordenar a desordem”, num espaço urbano de crescimento não regulado onde proliferavam os loteamentos sem nenhuma infra-estrutura. O bairro apresentava ruas asfaltadas e casas de alto padrão, praticamente todas com fossas sanitária, numa cidade que até 1993 não possuía rede de esgoto. Contudo, apesar desse aspecto à primeira vista ordenado e regulado, o bairro também participava da “ilegalidade” dominante numa cidade de crescimento extremamente rápido: muitos proprietários aproveitavam a falta de rigor da fiscalização e realizavam construções sem autorização da prefeitura, que só há pouco tempo começou a embargar algumas obras (HAESBAERT, 1997, p. 191).

Da mesma forma que as casas foram sendo construídas a partir do padrão da modernidade sulista, com os seus habitantes preservando os costumes e suas raízes históricas, “[...] para aglutinar os ‘conterrâneos’ e afastá-los da ‘sujeira’ e da ‘desorganização’ dos nordestinos” (HAESBAERT, 1997, p. 190), as escolas seguiam a mesma trajetória.

Os agentes de desenvolvimento da modernização em Barreiras protagonizaram transformações em todas as áreas. Responsáveis por essa nova conjuntura, contribuíram para que várias famílias, motivadas pela abertura da nova fronteira agrícola, e quiçá, objetivamente, em busca de melhoria em suas condições de vida, como também àquelas famílias expulsas de suas terras e que necessitavam dar continuidade a sua existência, vissem, nesse município grandes, possibilidades.

O *boom* do crescimento da população ancorou-se nessa realidade e, a partir dela, outras emergiram.

O aumento da população do Oeste Baiano também decorre dos movimentos migratórios internos do Estado da Bahia. Na região, há uma forte presença de baianos oriundos do semi-árido, que se deslocaram para a região em busca de

trabalho e de melhores condições de vida. Porém, essa maior parte da população apresenta baixa qualificação para o trabalho no campo moderno e especializado. Como resultado, a população migrante se acumulou nas periferias de Barreiras (ILÁRIO, 2011, p. 44).

O fluxo migratório para o município de Barreiras e para outros da região Oeste da Bahia contou com os agricultores provenientes da Região Sul, com trabalhadores de outras regiões do Brasil e do próprio estado da Bahia, intensificando-se nos anos de 1980 em decorrência dos projetos de empreendimentos de ocupação dos cerrados baianos.

Em relação ao processo de escolarização do município, os dados relativos a essa década estão expostos no quadro 5, a seguir, e demonstram o número de pessoas com 10 anos ou mais que tinham os cursos completos nos respectivos graus de ensino (elementar, 1º grau, 2º grau, superior e pós graduados *scritu sensu*).

Quadro 6: Número de pessoas com curso completo com idade de 10 anos ou mais.

Graus e/ou Séries	Estudantes
Elementar	5.658
1º grau	1.441
2º grau	1.178
Superior	179
Mestrado/Doutorado	8
TOTAL	8.464

Fonte: IX Recenseamento (IBGE) 1980.
(Elaborado pela autora)

O quadro anterior sinaliza que, em 1980, o nível de escolarização da população com mais de 10 anos de idade era pequeno. O índice maior está na escola elementar (1ª à 4ª série), que registra um percentual de 66,84% da população da faixa de mais de 10 anos com este curso. Essa realidade sinaliza também a ausência de continuidade entre a quarta série e o início do antigo ginásio, que começava na 5ª série. Além disso, pode-se afirmar também que a população, por falta de escola e devido à necessidade de trabalhar, fazia com que a sua instrução fosse concluída com a 4ª série.

Outro dado relevante apresentado no quadro 6 é o funil da educação brasileira nesse período, e Barreiras também expõe a mesma realidade. Quanto mais avançado o grau de ensino, menos pessoas completavam os cursos. No curso elementar, das 8.464 pessoas com 10 ou mais anos de idade, 66,84% tem esse curso completo, no 1º grau, 17,02%, no 2º grau, 13,91%, no superior, 2,11% e no mestrado/doutorado, apenas 0,09%.

Esse fosso entre um grau e outro torna-se mais gritante nos espaços territoriais em que predominam as grandes disparidades socioeconômicas. Segundo Ferreira (2011, p. 91), “a luta pelo acesso à escola ganhou centralidade nos interesses da população, e visibilidade no país, nas décadas de 1980 e 1990[...]”, revelando com isso um maior envolvimento do povo com as questões escolares. Toda essa movimentação repercutiu em políticas de expansão da escola pública, que, em boa parte, estavam direcionadas às construções de prédios.

O acréscimo populacional do município de Barreiras nas décadas que constituem esse estudo não deve ser visto apenas sob o aspecto numérico; é também necessário se ocupar do que ele representa e de seus significados no atendimento das demandas sociais.

Acerca desse aspecto de ocupação dos espaços urbanos, Brandão (2013, p. 10) menciona que

A cidade de Barreiras concentra hoje os principais estabelecimentos comerciais e financeiros do Oeste Baiano, alguns compondo redes com atuação em escala nacional e internacional, as maiores instituições de ensino superior da região, sendo três delas a Universidade do Estado da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, as sedes regionais de órgãos públicos estaduais e federais, além de exercer considerável centralidade quanto aos serviços médico-hospitalares.

A realidade econômica e social de Barreiras, proveniente das políticas de apropriação dos cerrados baianos, fez com que esse espaço territorial acumulasse a centralidade dos serviços em todas as esferas. A presença de conglomerados comerciais nacionais e internacionais, a representação e revenda de um número considerável de concessionárias de veículos automotivos, a presença de órgãos públicos federais e estaduais, tudo isso revela sua importância no desenvolvimento do agronegócio. Outra

informação importante que o Brandão (2013) apresenta diz respeito às Instituições de Ensino Superior (IES) que, nesse contexto, são responsáveis pela formação profissional e, conseqüentemente, pela criação de novos valores e hábitos importantes nessa consolidação.

Essa conjuntura econômica, social e cultural acarretou o aceleração da urbanização, fenômeno associado ao modelo de expansão do capital, que estava sendo efetivado no município. A urbanização, como dissemos antes, é um dos elementos presentes nesse processo modernizador, e sua efetivação acarreta os desdobramentos de vários serviços. “A população urbana, composta de estratos de renda diferenciados, demanda serviços e bens de consumo diversos, de acordo com seu poder aquisitivo” (FREDERICO, 2008, p. 59). Assim, é possível compreender as razões que levaram o crescimento quantitativo do setor educacional privado em todos os aglomerados urbanos de Barreiras. Havia “escolinha” privada para todos os bolsos.

Frente a esse cenário, Alves (2006, p. 75) defende que

As causas da urbanização acelerada de Barreiras estão associadas à expulsão da população rural do próprio município ou principalmente das áreas vizinhas decorrente da expansão da agricultura moderna que ocupou terras de posseiros e pequenos proprietários. [...] Acrescenta-se também o fato de muitos dos migrantes sulistas escolherem a cidade de Barreiras para fixar residência.

O aumento das instituições privadas ancora-se nessa realidade, pois os filhos dos sulistas, agora os detentores do poder econômico local, precisavam de escolas que atendessem o *status* que possuíam na cidade. As escolas públicas estavam longe dessa realidade. Assim como outros municípios do Brasil, Barreiras não estava fora dos padrões educacionais do restante do país no que diz respeito à ampliação do setor privado. De vinte novas instituições escolares no período de 1980 a 1990, seis são particulares, representando um percentual de 30%. O aumento desse setor é diretamente proporcional à chegada dos grupos de sulistas que vinham para o município como os desbravadores dos cerrados, as pessoas que teriam chegado para tirar Barreiras do atraso, tornando-a uma cidade urbanizada.

A escola é um espaço de disputa das classes subalternizadas, na medida em que o acesso a ela acarreta melhoria de vida da população, não apenas no aspecto instrucional, mas também na qualidade de vida. Apesar do aumento do número de

estabelecimentos escolares nesse período, o Recenseamento do IBGE de 1980 revela uma realidade local bem próxima da representada pelos dados nacionais. Segundo esses dados, em 1980, a população de Barreiras com cinco ou mais anos de idade era de 34.467. Desse contingente, 17.975 tinham menos de 1 ano de instrução, portanto eram pessoas analfabetas, representando um percentual de 52,15%.

Na metade dos anos de 1980, o Ministério da Educação divulga um documento em que afirma que $\frac{1}{4}$ da população brasileira, em torno de 20 milhões é composta de analfabetos. Em 1986, o IBGE e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresentam um estudo em que asseveram ser a condição de trabalhadores, um dos fatores que levam crianças e adolescentes a não frequentarem a escola. Nesse período, 15 milhões entre 10 e 17 anos eram subempregados no mercado de trabalho no Brasil (GERMANO, 2011).

No prosseguimento da análise sobre os níveis de atendimento e a distribuição nos espaços públicos e privados nas décadas de 1970 até 2000, o estudo direciona-se para as décadas de 1990 a 2000. Enquanto a densidade demográfica apontava um aumento de 22%, o crescimento de estabelecimentos escolares foi estarrecedor. Nas décadas anteriores (1980 a 1990), registra-se a criação de 6 escolas privadas, e, nas décadas seguintes, (1990 a 2000) foram criadas e registradas 30 escolas privadas¹³. Tivemos um aumento de 400%.

Os dados demonstram que as escolas privadas assumiram um serviço que o poder público não realizava, que era atuar na modalidade da Educação Infantil. Das 30 escolas privadas desse período, 16 são de Educação Infantil, o que corresponde a 53,33%. A mudança desse cenário ocorre a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000. Esses dados aproximam-se da realidade educacional brasileira, configurando uma ausência intencional do poder público nas primeiras etapas da Educação Básica. Outro fator que deve ser considerado é que, na metade dos anos de 1990, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a 9394/96, que estabelece:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em

¹³ Essas informações encontram-se disponíveis em <www.empresasdobrasil.com>.

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Esse dispositivo legal acarretou um aumento de instituições educacionais que trabalhavam com a Educação Infantil. Por falta de uma estrutura de fiscalização desses espaços, essas escolas eram “criadas” sem nenhuma exigência física e pedagógica. Intencionalmente, o não cumprimento da legislação por parte do Estado favorece o crescimento do setor privado. A educação como direito subjetivo torna-se mercadoria à disposição daqueles que podem pagar. Nos bairros centrais, estão as escolas privadas com melhor infraestrutura para o atendimento de um público com maior poder aquisitivo; nos bairros populares, estão os espaços domésticos “transformados” em escolas de educação infantil.

Para que as crianças pudessem ter acesso aos processos formativos da 1ª fase da Educação Básica, a Igreja Católica, na década de 1990, organizou oito (8) escolas de Educação Infantil que foram conveniadas com o poder público municipal. Esses convênios começaram em 1994 e atenderam uma parcela significativa da população moradora das periferias. Tratava-se da privatização da Educação Infantil por intermédio das parcerias público-privada. Essas escolas conveniadas, além das atividades pedagógicas regulares, realizavam vários projetos de assistência social para as crianças e adolescentes que estavam matriculadas, para os pais e demais pessoas da comunidade. O diretor era uma pessoa moradora do bairro e agente pastoral da Igreja Católica. Entre 2007 e 2008, a prefeitura suspende o convênio e as escolas foram fechadas.

Essas escolas conveniadas não são administradas diretamente pelo poder público, embora haja recursos públicos envolvidos no pagamento de professores, pessoal de apoio e na merenda escolar. A Igreja Católica é responsável pela estrutura física, a diretoria administrativa, a indicação dos professores. Então, pode-se afirmar que, dos anos de 1990 a 2000, nessa modalidade – Educação Infantil e Fundamental I –, o setor privado prevaleceu no crescimento educacional de Barreiras.

Se, por um lado, a configuração do município apontava para o avanço tecnológico e científico, a formação dos grandes *commodities*, a implantação de indústrias para o desenvolvimento do modelo de agricultura capitalista, por outro lado, o cenário educacional apresentava situações contraditórias a esse desenvolvimento.

Embora a promulgação da Constituição Federal de 1988 preconize a educação como direito do cidadão e dever do Estado, apesar das décadas de 1980 e 1990 terem

sido marcadas por vários movimentos em defesa da escola pública, pela melhoria da educação, pela valorização dos profissionais da educação, os dados apresentados no quadro 6, a seguir, sinalizam a falta de continuidade entre os graus de ensino, e o fosso entre o 1º e o 2º graus,

Quadro 7: Estudantes de Barreiras com 5 anos ou mais de idade em seus respectivos graus ou séries

Graus e/ou Séries	Estudantes	%
Pré-escolar	1.534	66,47
Alfabetização de Adultos	06	0,02
1º grau	19.951	86,45
2º grau	1.541	6,67
Superior	46	0,19
TOTAL	23.078	

Fonte: Dados do IBGE (censo de 1991) / Elaborado pela autora

Na análise sobre a educação no período de 1970 a 2000 e sua relação com a modernização da agricultura no mesmo recorte temporal, torna-se imprescindível o estudo sobre o *campus* de Barreiras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como um dos agentes desse desenvolvimento.

3.3 Criação do *campus* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a formação de professores para educação básica em Barreiras-BA

A Mesorregião de Barreiras carrega, em si, uma estrutura social, econômica e política coerente com o desenvolvimento implementado pelo capital. Além das transformações dos espaços rurais, as áreas urbanas configuram as mudanças abruptas, decorrentes do modelo capitalista. A constituição desses processos sociais, políticos e econômico tem acarretado o aprofundamento dos problemas sociais, entre eles a favelização nas periferias, a violência e outros problemas comuns às contradições das grandes cidades. Tudo isso é ampliado com a ausência de serviços públicos no atendimento à população.

Todas as transformações da região, e especialmente do município de Barreiras, são mediadas pela reconfiguração do modelo agrícola. Dessa forma, os setores da

sociedade, do campo econômico, social, político, cultural e religioso apresentam, em seus processos e estruturas, mudanças que são basilares na construção desse novo *ethos*.

Na análise que fazem sobre as desigualdades sociais e espaciais das cidades que se modernizaram pelo agronegócio, Elias e Pequeno (2007) acentuam que elas passam a ter problemas iguais aos encontrados nas grandes cidades. Os autores mencionam a falta de serviços como creches, escolas, postos de saúde em áreas periféricas; aumento do fluxo de transporte de cargas e descargas, o que acarreta grandes congestionamentos nos setores centrais da cidade; ocupação desordenada do solo urbano; aumento da especulação imobiliária, entre outros problemas (ELIAS; PEQUENO, 2007).

As análises dos autores corroboram aquilo que afirma Ilário (2011, p. 99), quando menciona que

A pobreza e a miséria verificadas nas periferias do Oeste Baiano são expressões regionais de problemas estruturais da sociedade e do território brasileiro. Dentre os seus diversos fatores, destacamos o processo migratório ocorrido na região com o desenvolvimento do agronegócio. Um grande contingente populacional, sobretudo do Sertão baiano, deslocou-se para o Oeste Baiano com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café, soja, milho e algodão herbáceo ou nas atividades de pecuária (ILÁRIO, 2011, p. 99).

Essa população que se deslocou do Sertão baiano para as lavouras da Região Oeste da Bahia chegou na condição de trabalhadores em busca de melhoria de suas condições de vida, e, conseqüentemente, expressaram as contradições do capital nesse município. Dessa forma, pode-se compreender que a agricultura moderna instalada em Barreiras movimentou uma série de atividades, não apenas aquelas diretamente ligada ao agronegócio e de seus coadjuvantes, mas uma cadeia de serviços, que tinham como objetivo atender os novos estilos e hábitos produzidos pela modernização.

O Estado, em suas múltiplas determinações foi e continua sendo um dos investidores mais profícuos da Região Oeste da Bahia. Sua personificação nas empresas, escolas, hospitais, postos de saúde, universidade, bancos contribui para o crescimento econômico dos cerrados. No contexto histórico abordado, nas décadas de 1970 a 2000, o Estado brasileiro passava por transformações advindas da internacionalização da economia brasileira e, por causa disso, precisava adequar sua atuação aos novos tempos do capital.

De acordo com Bhering (2008, p. 59),

[...] os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infraestruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da *competitividade*.

É nesse contexto que a universidade é implantada. O capital privado não tem interesse de criá-la, pois não dará, no primeiro momento, o retorno que precisa para dar continuidade à sua reprodução; todavia, usufrui de suas ações. O *campus* de Barreiras, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), se estrutura na década de 1980, no mesmo período de constituição do processo de modernização conservadora da Região Oeste da Bahia.

A política de interiorização do ensino superior do governo do Estado da Bahia iniciou-se na década de 1970 e estava em sintonia com o projeto de expansão do Brasil nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Era o período do “milagre econômico”, de expansão da economia, da modernização da agricultura, e, conseqüentemente, da implantação de projetos estruturantes que sustentassem a internacionalização da economia.

Consoante Brum (1999, p. 322):

A ação dos governos militares, no plano econômico seguia quatro diretrizes básicas, complementares e integradas: criar e assegurar condições para um crescimento econômico acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e, como coroamento, transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido e projetando-o como integrante do chamado Primeiro Mundo.

O processo de expansão e interiorização da educação superior coaduna com o projeto do Brasil potência. A projeção para o chamado “Primeiro Mundo” passa pela diminuição dos índices de analfabetismo, do aumento da escolarização e pela qualificação da mão de obra. A Lei 5.692/71, responsável pela reforma do ensino de 1º e 2º graus, contribui para a ampliação da escolarização obrigatória do ensino fundamental dos 7 aos 14 anos, e também para instituir, ao final, uma formação profissional aos estudantes.

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e administradas pelo estado da Bahia são organizadas a partir da metade da década de 1970. O Estado é responsável

administrativamente por 4 Universidades que estão nominadas no quadro 8. Todas essas instituições foram estrategicamente instaladas em regiões que passavam por profundas transformações econômicas.

Quadro 8: Universidades do Estado da Bahia.

INSTITUIÇÃO	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	1976	Feira de Santana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	1980	Vitória da Conquista
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	1983	Salvador
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	1995	Ilhés/Itabuna

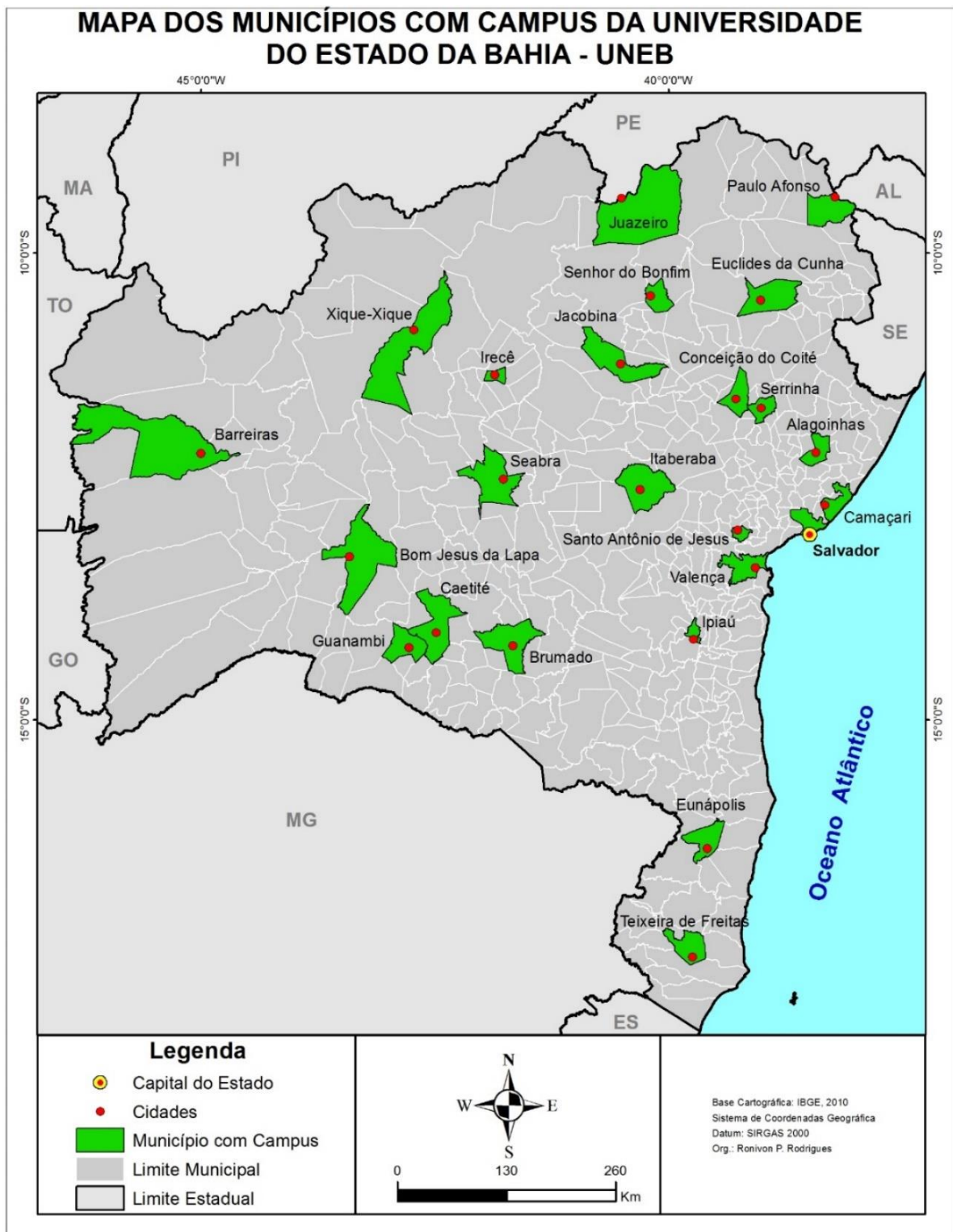
(Elaboração da Autora)

Romanelli (2009) traduziu bem essa expansão da escolarização e sua relação com a economia do Brasil. Para a autora,

[...] a industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade, sem, contudo, ter sobre o processo nenhum controle, nem mesmo qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por suscitar. Enfim, era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão de obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e, ao mesmo tempo barata (ROMANELLI, 2009, p. 234).

Assim, a instalação de cursos direcionados à formação de professores passa a ter papel preponderante na capacitação da força de trabalho e se torna condição *sine qua non* para a política de interiorização. Uma das mudanças significativas da educação no estado da Bahia foi a criação da UNEB, em 1983.

Figura 14: A UNEB na Bahia.



Fonte: RODRIGUES, R. P. **Mapa dos municípios com *campus* da Universidade do estado da Bahia - UNEB**. Barreiras – BA, 2016. Escala 1:5.000.000.

A UNEB está estruturada em forma de multicampia. Assim, consegue, com seu trabalho acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), estar presente em todas as regiões

e/ou territórios do estado da Bahia. Fialho (2005) define *multicampia* como uma dispersão de uma estrutura administrativa concentrada em estruturas menores e com certa autonomia. A UNEB possui vinte e nove Departamentos dispersos em vinte e quatro *campi*, localizados nos municípios que compõem os complexos de desenvolvimento do Estado da Bahia, e são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 9: Estrutura Multicampi da UNEB.

Departamento	Campus	Área de Conhecimento	Municípios
Ciências Humanas		Ciências Humanas e Ciências Sociais	
Ciências Exatas e da Terra	<i>Campus I</i>	Ciências Exatas, da Terra e Tecnologias	Salvador
Ciências da Vida		Ciências da Vida	
Educação		Educação	
Ciências Exatas e da Terra		Ciências Exatas, da Terra e Tecnologias	
Educação	<i>Campus II</i>	Ciências da Vida, Letras e Educação	Alagoinhas
Tecnologias e Ciências Sociais		Ciências Ambientais, Sociais Aplicadas e Tecnologias	
Ciências Humanas	<i>Campus III</i>	Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação	Juazeiro
Ciências Humanas	<i>Campus IV</i>	Ciências Humanas, Sociais Aplicadas,	Jacobina
		Educação, Letras e Artes	
Ciências Humanas	<i>Campus V</i>	Ciências Humanas, Sociais Aplicadas,	Santo Antônio de Jesus
		Educação, Letras e Artes	
Ciências Humanas	<i>Campus VI</i>	Ciências Humanas, Educação, Letras e Artes	Caetité
Educação	<i>Campus VII</i>	Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Vida, Sociais Aplicadas, Tecnologias e Educação	Senhor do Bonfim
Educação	<i>Campus VIII</i>	Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Vida, Sociais Aplicadas, Ambientais, Tecnologias e Educação	Paulo Afonso
Ciências Humanas	<i>Campus IX</i>	Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Tecnologias,	Barreiras

		Educação, Letras e Artes	
Educação	<i>Campus X</i>	Letras, Artes e Educação	Teixeira de Freitas
Educação	<i>Campus XI</i>	Letras, Artes e Educação	Serrinha
Educação	<i>Campus XII</i>	Educação	Guanambi
Educação	<i>Campus XIII</i>	Educação	Itaberaba
Educação	<i>Campus XIV</i>	Letras, Artes e Educação	Conceição do Coité
Educação	<i>Campus XV</i>	Educação	Valença
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XVI</i>	Ciências Humanas, Exatas e Ambientais	Irecê
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XVII</i>	Ciências Humanas, Exatas e Ambientais	Bom Jesus da Lapa
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XVIII</i>	Ciências Humanas, Exatas, Letras e Artes	Eunápolis
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XIX</i>	Ciências Humanas e Exatas	Camaçari
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XX</i>	Ciências Humanas e Exatas	Brumado
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XXI</i>	Ciências Humanas e Exatas	Ipiaú
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XXII</i>	Ciências Humanas e Exatas	Euclides da Cunha
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XXIII</i>	Ciências Humanas e Exatas	Seabra
Ciências Humanas e Tecnologias	<i>Campus XXIV</i>	Ciências Humanas e Exatas	Xique-Xique

Fonte: Estatuto da UNEB, 2012.
(Elaboração da autora)

As informações contidas nesse quadro confirmam que a UNEB tem ramificações em todos os cantos da Bahia. A implantação dos Departamentos está diretamente ligada

aos projetos de expansão do ensino superior na lógica do capital, o que, de um lado, se personifica nos grupos hegemônicos das diversas regiões do Estado, e de outro, nas classes populares que acreditam que o ensino superior possa levar-lhes à mobilidade social. Compreendemos que a Universidade é um espaço de disputa, sendo por isso “plausível” que muitos Departamentos tenham sido criados para atender os interesses de determinados grupos sociais.

Na UNEB, existem *campi* com um único curso e com poucos quilômetros de distância de outros. Importante salientar que os cursos, ora implementados, são geralmente na área de formação de professores, demandam poucos recursos financeiros e revelam que o processo de modernização conservadora estava, a partir da escola, construindo o *ethos* cultural necessário para sua consolidação.

A universidade é implantada em um período de muitos investimentos públicos e privados em Barreiras, acompanhado por um grande aumento populacional, que revelam aos poderes municipal, estadual e federal e suas consequentes políticas públicas, a necessidade de reorganização de suas políticas. Nessa análise, é importante expor que as transformações educacionais em curso no Brasil são mediadas pelo processo de reestruturação produtiva, que instituem novos desafios à educação.

O *campus* da UNEB esteve *pari passu* com o processo de modernização conservadora desenvolvido no município. Até o ano de 1970, a capital, Salvador, concentrava 72,04% dos cursos de graduação do estado. A política de interiorização, iniciada a partir da década de 1980, associada ao projeto desenvolvimentista, contribuiu para o aumento da população e, daquele momento em diante, da exigência de serviços públicos, entre eles, a escola básica. A educação estava sendo requisitada no sentido de responder as demandas que a sociedade apresentava. Em nossa compreensão, a criação da Universidade em Barreiras se, de um lado, responde ao desenvolvimento do capital, contraditoriamente, é uma instituição que, desde sua gênese, contrapõe-se às forças hegemônicas.

Para o capital, é inconcebível que o município do agronegócio, com relações comerciais internacionais, não tenha uma Universidade, mesmo que o curso implantado no primeiro momento não tenha sido aquele sugerido em uma consulta a alguns setores

da sociedade.¹⁴ O acesso à Universidade é parte e necessidade da vida moderna, pois a cidade vai, paulatinamente, apresentando estruturas urbanizadas que demandam por conhecimentos que possam garantir a reprodução do capital.

Uma das soluções teóricas encontradas pelos burgueses assenta-se na premissa de que o conhecimento, no âmbito de treinamento, associado a uma determinada qualificação são requisitos para o desenvolvimento e, conseqüentemente, a melhoria das performances individuais. Essa “teoria” foi desenvolvida por um grupo de professores norte-americanos nos anos de 1950, e seu principal expoente foi Theodoro Schultz, prêmio Nobel de Economia em 1968. A chegada dessas ideias ao Brasil ocorreu no auge da década de 1970, quando a grande preocupação era o milagre econômico, responsável pelo “desenvolvimento” do país (FRIGOTTO, 1996).

Na explicitação dessa teoria, Frigotto (1996, p. 41) assevera que

[...] a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidade e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da modalidade individual.

A compreensão da educação como “capital humano” aponta para a mercantilização dos resultados dos processos produtivos e das relações sócio históricas, que são mediatizadas entre as pessoas. Nessa teoria, prevalece a ideia de que o investimento em educação, na perspectiva de “capital humano”, favorece o desenvolvimento dos países e dos indivíduos. A educação passa a ser vista como a salvação para todos os infortúnios, “[...] como panaceia da solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos” (FRIGOTTO, 1989, p. 41).

Na América Latina e demais países em desenvolvimento, foi visível a disseminação dessa teoria, assim como nos “organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF) e regionais (CEPAL, CINTERFOR)”,

¹⁴ No final dos anos de 1980, o Núcleo de Ensino Superior de Barreiras fez uma consulta a alguns setores da sociedade para saber qual curso seria interessante de ser implementado pela UNEB. Os professores que estiveram à frente dessa consulta afirmaram que o curso de Bacharel em Direito foi o mais sugerido. No entanto, devido ao envolvimento desses profissionais com a educação básica, optaram pelo curso de Pedagogia, que, em 1988, foi criado.

revelando com isso “[...] a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital” (FRIGOTTO, 1989, p. 41). Um aspecto a considerar nesse contexto é o período histórico de implementação desse ideário no Brasil: a década de 1970, em pleno desenvolvimento das políticas ufanistas do milagre econômico, é fundamental para a disseminação dessas ideias.

O investimento na educação, passa a ser visto como o caminho para superação das desigualdades, e, portanto, disputado entre as classes sociais. De um lado, nesse processo, estão os detentores do capital, que, em suas mediações, contribuem na amenização dos conflitos sociais, pois individualizam os sucessos, fortalecendo os méritos pessoais. E de outro lado, está a classe trabalhadora, que acredita na possibilidade de mobilidade social, de saída da situação de pobreza, pois concebe a ideia de que a educação é a porta de entrada na classe superior.

A implantação da Universidade como política pública sinaliza processos políticos, econômicos e culturais. Entre esses, destacamos: (i) integração da Região Oeste da Bahia ao restante do estado; (ii) consolidação da política de expansão e interiorização do ensino superior; e (iii) a formação superior dos profissionais da Educação Básica.

Os cursos inicialmente implantados e os que foram sendo organizados estavam direcionados para a formação de professores. O quadro, a seguir, apresenta o número de pedagogos licenciados pelo *campus* de Barreiras, com suas respectivas habilitações, desde a primeira turma, que iniciou em 1988.

Quadro 10: Licenciados em Pedagogia – UNEB – *campus* Barreiras.

Cursos	Período	Licenciados
Pedagogia – Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau	1992/2006	547
Pedagogia – Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental Séries Iniciais	2001/2011	314
Pedagogia - Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos	2003/2011	149
Pedagogia – Docência e Gestão de Projetos	2009/2015	350
TOTAL		1.360

Fonte: Secretaria Acadêmica do Campus/ Barreiras- UNEB- out/2015.
(Elaborado pela autora)

Uma das funções do *campus* de Barreiras é a formação de professores da Educação Básica. O curso de Pedagogia inicialmente licenciou professores para atuarem no antigo curso de Magistério. Os pedagogos oriundos dessa licenciatura passam a ser, em muitas cidades da Região Oeste da Bahia, os primeiros professores licenciados a atuarem na educação. Assim, assumem a tarefa de construir novos hábitos, novos valores para a sociedade em desenvolvimento e qualificar a educação.

O curso de Pedagogia vem sendo reformulado e estas mudanças estão interligadas com as discussões das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), com a instituição dos Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RECENEI) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o curso passou por estruturação em suas habilitações. Essas habilitações foram essenciais para a mudança do perfil docente de Barreiras e de cidades circunvizinhas, mas também estão associadas ao novo perfil docente que a sociedade estava demandando. A ampliação do número de escola, resultado do aumento populacional nos bairros populares, a imposição legal do ensino fundamental de 9 (nove) anos e os recursos financeiros para a Educação Infantil contribuíram para as alterações na formação do pedagogo na UNEB de Barreiras.

A ampliação do número de escolas de Educação Infantil nas décadas de 1990 a 2000 está diretamente relacionado com especificidade das habilitações do pedagogo. As primeiras turmas formaram-se em 1992 com habilitação em Magistério, e em 2001, com habilitação em Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental Séries Iniciais. A partir desse período, houve mudanças significativas no perfil docente: de um profissional que tinha apenas o nível médio para licenciados em Pedagogia.

As informações do censo do IBGE do ano 2000, contidas no quadro 8, a seguir, expõem o quadro educacional de Barreiras. A população que frequentava a escola em um período de 9 anos (1991- 2000) cresceu 106,86%. Esse aumento tem relação com a agricultura modernizada, mas também com o papel estratégico de Barreiras como cidade articuladora e concentradora dos bens e serviços regionais. Esse crescimento diminui a partir dos anos 2000, devido à emancipação política do município de Luís Eduardo Magalhães, que assume, a partir desse período, papel preponderante neste processo desenvolvimentista.

Quadro 11: Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino em Barreiras no ano 2000.

Nível de ensino ou curso que frequenta	Rede de Ensino		
	Total	Pública	Particular
Creche	182	80	102
Pré-escolar ou Classe de Alfabetização	5.847	2.522	3.325
Alfabetização de Adultos	225	206	19
Fundamental	31.776	27.982	3.794
Médio	7.452	6.629	823
Pré-Vestibular	123	42	81
Superior de Graduação	2.064	807	1.257
Mestrado ou Doutorado	72	22	50
TOTAL	47.741	38.289	9.452

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.
(Elaborado pela autora)

O quadro 11 contém informações sobre a educação superior. Até 1991, conforme o IBGE, Barreiras tinha 46 pessoas com cinco anos ou mais cursando o nível superior. Em 2000, esse número chega a 2064 estudantes e o que é mais revelador é que, desse total, apenas 807 estavam na universidade pública, que, nesse período, correspondia à UNEB, pois só existia ela; os demais 1.257 estudantes, ou seja, 60,93%, estavam nas instituições privadas.

Esses dados de Barreiras se aproximam da realidade nacional, pois o número de instituições de ensino superior privadas aumentou de forma significativa nesse período. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Pedagógicas (INEP - 2000), o Brasil tinha, no ano de 2000, 2.694.245 estudantes; desse total, 1.807.219, ou melhor, 67% estudavam nas instituições privadas. Em Barreiras, aproximava-se de 61%.

A UNEB, como única instituição pública de educação superior, não conseguia atender a demanda por essa modalidade de ensino, que aumentava não apenas em Barreiras, mas em todas as cidades do Oeste Baiano. Importante salientar que parte dessa demanda estava associada ao processo de urbanização da região. As vagas oferecidas pela UNEB eram poucas e seletivas, em média 40 por curso. Prevalecia o vestibular tradicional e os cursos, até o ano de 2000.

Os dados do quadro 11 também revelam a participação da rede pública em todos os níveis de ensino. Com exceção da graduação, o estado, seja no âmbito municipal ou

federativo, tem o controle absoluto da educação. Com isso, pode-se apontar que os novos hábitos, culturas e conhecimentos voltados para o desenvolvimento e progresso têm, no Estado, um dos seus principais agentes.

Em relação à UNEB, juntamente com o curso de Pedagogia, o *campus* de Barreiras, na continuidade de sua tarefa de formação de professores, organiza mais três licenciaturas e dois bacharelados: Letras com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa em 1998, Matemática e Ciências Biológicas em 2005. Também foi oferecido, no ano de 2000, um programa especial de formação de professores denominado Rede UNEB 2000 em parceria com as prefeituras, com o objetivo de qualificação em serviço dos docentes da rede municipal de ensino. Os bacharelados em Ciências Contábeis e Engenharia Agrônômica iniciaram seus cursos respectivamente em 1992 e 1998.

A implantação e o crescimento do ensino superior em Barreiras na década de 1980, na consolidação da agricultura modernizada e dos processos sociais, econômicos e culturais, sinalizam que o capital precisa de profissionais com competência para sua reprodução. De acordo com Ferreira (2011, p. 95),

O processo produtivo em andamento exigia uma formação de nível superior para uma parte da população, que seria empregada nos cargos de gerência, ou seja, na concepção do processo produtivo, típico do modo de produção capitalista, e uma formação técnica para os trabalhadores, responsáveis pela execução do trabalho. Ante essa situação, a população excluída da formação escolar buscou alternativas por meio de lutas para garantir a formação dos filhos.

A UNEB, de 1981 a 1994, foi a única IES pública instalada na Região Oeste da Bahia. Sendo assim, esteve presente em todo o processo de consolidação da agricultura modernizada, seja formando professores para atender a demanda da educação, seja formando profissionais na área contábil e agrícola. Mas essa realidade de “exclusividade” é alterada. Duas instituições privadas iniciaram suas atividades da década de 90: UNYAHNNA em 1998 e a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB) em 1999. Essa informação é importante de ser destacada para que seja apreensível o que também é revelado no quadro 11, isto é, que em 2000, em Barreiras, aproximadamente 61% dos estudantes estavam vinculados a instituições privadas.

Implantada em 1998, os primeiros cursos da UNYAHANNA, instituição privada com sede em Salvador (BA), foram na área da Administração, que se dividiam nas seguintes habilitações: Marketing, Recursos Humanos, Agronegócio e Administração Geral.

Em 1999, a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), instituição privada, inicia suas atividades acadêmico-científicas, com os cursos de Administração com Habilitação em Comércio Exterior (autorizado em março de 1999), Administração Geral com ênfase em Análise de Sistemas (autorizado em maio de 1999) e Ciências Contábeis (autorizado em abril de 1999), além do curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda (autorizado em março de 2000)¹⁵.

Os cursos implantados e oferecidos pela UNYAANNA e FASB revelam uma sintonia da instituição privada com o processo de modernização conservadora, mas que não é uma especificidade da instituição privada. Pode-se dizer que existiu uma similitude entre a exigência do capital e a implantação do *campus* da UNEB em Barreiras, pois os cursos superiores de bacharelado – Ciências Contábeis e Agronomia – , tinham a tarefa de profissionalizar uma pequena parcela da população para atuar diretamente no processo produtivo, e, de forma mais significativa, os cursos de licenciatura – Pedagogia, Letras, Biologia e Matemática – na formação dos professores para o atendimento da demanda das escolas públicas e particulares que se expandiam a cada ano. Entretanto, a Universidade, com suas contradições internas e externas, não tem um *script* definido. As mediações econômicas, políticas, sociais, culturais construídas historicamente reconfiguram suas ações, e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, disputam concepções, projetos, políticas.

A educação superior, na perspectiva de “capital humano”, cumpre a tarefa de qualificar um determinado grupo social para se destacar em relação aos demais. Nem todos chegam à universidade: apenas os que são considerados mais competentes. Consoante Frigotto (2015, p. 220),

O capital já não necessita de toda a força de trabalho e já não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes”, ou que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que

¹⁵ Informações disponíveis no site da Instituição: <www.fasb.edu.br/institucional/historia.html>. Acesso em 19 set. 2016.

isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se às necessidades do mercado e pelo tempo que o mesmo necessita.

A Universidade contribui para o desenvolvimento das competências necessárias ao capital quando utiliza esses conhecimentos para o fortalecimento de suas ações. Entretanto, é importante evidenciar que quando uma instituição em cuja gênese está a elaboração do conhecimento passa a funcionar sobretudo na lógica do mercado, perde-se a sua função ontológica.

Segundo Alves (1998, p. 144),

[...] no discurso oficial, sob a ênfase da democratização do ensino, da disseminação da cultura e da formação do cidadão, a expansão escolar tem correspondido tão somente a um aumento quantitativo das redes escolares públicas. Mas, exatamente por esse meio, tem realizado uma função essencial, pois tem contribuído para assegurar a alocação, em atividade improdutiva, dos trabalhadores liberados pelas atividades produtivas e para manter, no interior das camadas médias, os filhos de seus integrantes.

Em si, a expansão da escola acarreta, por um lado, a possibilidade de que as pessoas que não estão servindo mais aos interesses do capital tenham condições de serem instruídas, e por outro lado, essa expansão possibilita aos representantes das camadas médias um espaço para sua reprodução.

A Universidade, em seu trabalho de formação de professores, tem contribuído nessa reprodução quando institui hábitos, culturas, dissemina o conhecimento, forma professores para construção de novas sociabilidades. Contudo, uma tarefa essencial da Universidade está em “[...] Romper com a lógica do capital na área da educação [o que] equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). Nesse sentido, sua função compreende também romper com as concepções conservadoras, individualistas, meritocráticas, tão necessárias para a reprodução do capital.

A modernização que denominamos de conservadora tem o ápice de seu desenvolvimento nas políticas neoliberais, no esgarçamento das relações sociais, políticas e econômicas e culturais. A Universidade nesse contexto transformada em “organização social” (CHAUÍ, 2001) perde o seu estatuto de *locus* de produção, disseminação e discussão do conhecimento e passa a atender uma lógica mercantil.

Contrapor essa relação mercadológica da modernização conservadora da sociedade, nos aspectos educacionais, é “[...] *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45). Os processos educacionais constituídos nesse contexto devem ultrapassar os caminhos formais; devem ser insurgentes. O modelo de agricultura conservadora instituído em Barreiras nesses 30 (trinta) anos, de 1970 a 2000, construiu transformações no espaço rural, transformando-o em grande potência mercantil; todavia, essas transformações também ocorreram na produção do conhecimento e no acesso e permanência de “todos” à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a escrita da conclusão deste estudo, paira sobre nossa mente e coração uma certeza: a da incompletude e inacabamento. Por mais que tenhamos nos esforçado para conhecer o objeto – *A Modernização da Agricultura e a expansão da escolarização em Barreiras (BA) de 1970 a 2000*, as relações e interfaces que constitui com as questões econômicas, sociais, culturais e política são infinitas.

Minhas itinerâncias profissionais e políticas foram centrais para a escolha do tema, no sentido de entender os nexos presentes na relação da modernização e a expansão da escolarização. Nas leituras das teses e dissertações, observei que as discussões focalizavam os aspectos geográficos, ambientais, econômicos, políticos, sociais da modernização da agricultura em Barreiras. As discussões sobre a escolarização, a construção de uma nova sociabilidade urbana a partir da expansão das atividades capitalistas eram e continuam sendo um campo de conhecimento que precisa ser pesquisado.

Na trajetória de reflexão e escrita, buscamos compreender o que é modernização da agricultura, como ela aportou em Barreiras (BA), quais os nexos constitutivos da modernização e o do desenvolvimento capitalista desse município. Para seu desenvolvimento, trabalhamos com as seguintes perguntas norteadoras: Em que condições sociais, políticas, econômicas e culturais o campo educacional foi e é parte constitutiva da modernização da agricultura em Barreiras? Que ações foram realizadas pelos setores públicos e privados no processo de modernização da agricultura em Barreiras? Como se caracterizou o projeto de modernização da agricultura em Barreiras?

A pesquisa, de caráter bibliográfico, procurou compreender o campo educacional no contexto da modernização agrícola a partir de uma aproximação ao que denominamos de método dialético. A análise da expansão da escolarização faz um recorte para a implantação do *campus* da UNEB pela sua importância na formação de professores para a Educação Básica. Nesse sentido, compreendemos as dimensões sociais, históricas e culturais imbricadas no objeto de estudo.

Para o entendimento dos nexos constitutivos do processo de modernização, buscamos relacionar o contexto da economia brasileira com o processo de modernização da agricultura no município de Barreiras, explicitando que, sendo dialético, o macro e o micro interagem, se contrapõem, e que, nesse contexto complexo, é impossível compreender tudo, restando-nos as tentativas de aproximação das relações que são produzidas.

O estudo revelou que o campo educacional formado pelas escolas e a Universidade do Estado da Bahia – *campus* de Barreiras é parte constitutiva do processo de modernização da agricultura que se faz presente pela ampliação do número de escolas das redes pública e privada, na implantação da UNEB, que são inerentes ao processo contraditório da expansão capitalista.

O município de Barreiras, até a década de 1970, ainda não estava inserido na lógica desenvolvimentista das relações capitalistas. As ações dos poderes públicos e privados que começam com a instalação do 4º BEC para a construção da rodovia que liga Brasília a Salvador, a implantação do Projeto de Irrigação da CODEVASF, o desenvolvimento da agricultura mecanizada, a implantação do *campus* da Universidade do Estado da Bahia, a presença de bancos, indústrias de esmagamentos da soja, centros de pesquisa, o aumento populacional com o desdobramento dessas políticas e o reordenamento do sistema capitalista, tudo isso foi fundante para o crescimento econômico do município da Região Oeste da Bahia, revelando a presença sólida da agricultura capitalista.

As décadas de 1970 a 1990, além de assistirem às transformações em seu espaço geográfico, ao aumento populacional, à introdução de novas culturas, oportunizaram ao município de Barreiras visibilidade por parte dos poderes públicos, da iniciativa privada, dos grandes conglomerados nacionais e internacionais.

Prosseguindo com a nossa “anamnese”, a primeira parte desta tese, fizemos uma relação das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais e a questão agrária no Brasil, no contexto da modernização, entendida tanto como modificação do espaço quanto como instituindo relações culturais, sociais, políticas, econômicas e educacionais. Em seguida, elaboramos, na segunda parte deste estudo, uma relação entre a modernização no Brasil e em Barreiras, centralizando, nessa análise, os agentes constitutivos dessa modernização. Na terceira parte desta tese, apresentamos a expansão

do campo educacional entendido no contexto que incluía as escolas das redes públicas e privadas e o *campus* da UNEB. A escolarização foi apresentada como uma necessidade da modernização na disputa entre o capital e o trabalho.

A ocupação dos cerrados baianos, a formação das fronteiras agrícolas, a inserção de Barreiras na agricultura capitalista, os agentes públicos e privados que contribuíram com o crescimento econômico, os projetos de financiamento nacionais e estrangeiros, a expansão da escolarização, a implantação do *campus* da UNEB, a formação de um novo *ethos* social, político, econômico e cultural, constituídos e interrelacionados revelam que a modernização em curso em Barreiras desde a década de 1970 é conservadora.

A agricultura praticada no período de 1970 a 2000, impulsionada pelo agronegócio, produziu determinantes sociais, econômicos, políticos e educacionais que se institucionalizam na expansão da escolarização, na reprodução da lógica capitalista, na divisão de classes, caracterizando, portanto, um processo de modernização conservadora.

(Re)Afirmamos a importância do campo educacional analisado neste trabalho, porque se, por um lado, é parte constitutiva desse processo de modernização conservadora da agricultura, por outro, pode ser espaço de construções de novas sociabilidades que possam ter, no centro de suas ações, os sujeitos e não apenas o capital.

Desmitificar o *conjunto ideológico desenvolvimentista* (MARANHÃO, 2014) da modernização, compreendendo-a como reestruturação do capitalismo e não apenas como crescimento econômico é apenas uma parte da tarefa. Perceber o processo de instituição de valores, estilos, concepções de mundo e vida, de um novo *ethos*, anuncia a importância de continuidade de estudos que possam ir respondendo outros questionamentos pertinentes a este objeto.

Os estudos que tivemos acesso sobre o município de Barreiras, que apresentam o tema do agronegócio, da agricultura mecanizada, da grande produção dos cerrados, apresentam o viés econômico e o ambiental como centralidade do debate. A partir da análise realizada nesta tese, percebemos, no que diz respeito aos estudos sobre essa região, a lacuna que ainda existe, e que convida a outras visadas que possam ser provocadoras de novas sociabilidades.

No percurso, muitos foram os aprendizados adquiridos. Um que consideramos tão importante quanto os demais foi entender que a produção de um estudo, que a elaboração de uma tese não deve ser compreendida como o fim de um processo de conhecimento, mas como uma relação duradoura com o que instiga, mobiliza e atrai para a construção de mais saberes.

Cientes de que a conclusão deve ser provisória, de que o capitalismo tem se revestido de várias roupagens para continuar a sua expansão, sabedores ainda do limite pessoal da pesquisadora e acreditando na incompletude e provisoriedade do conhecimento, penso que este estudo possa servir de incentivo para mais pesquisas, para o encontro de novos desafios.

Por fim, tomo de empréstimo as palavras de Guimarães Rosa, que dá a fórmula para a continuidade de meus estudos: “ [...] eu só preciso de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 203 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1998.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e apropriação capitalista. **Revista CES**, Juiz de Fora, v. 21, 2007, p. 43-56. Disponível em: <www.web2.cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em 30 maio 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. (CAR BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Oeste da Bahia** – Salvador, 1997. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Prog-de-Desenvolvimento-Regional-Sustentavel.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2016.

BARREIRAS, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**, 2013
BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAGAKI, Maya. **Políticas de Combate à Fome no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BHERING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.43 – 72

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **Geotextos**, v. 6, n. 1, jul. 2010, p. 35-50. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/File/4304/3163>. Acesso em 01 jul. 2014.

_____. Barreiras e Luis Eduardo Magalhães: uma aglomeração urbana embrionária no Oeste Baiano? In: 13º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais...**, Rio de Janeiro, UERJ: 18 a 23 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br/wpcontent/uploads/2013/11/paulo1.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2014.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro] Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 254)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Comercial Bahia. VII Recenseamento de 1970. Série Regional. Volume VI. Tomo XIII. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Preliminar do Censo. VII Recenseamento Geral de 1970. Bahia. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2015.

IBGE. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil de 1980. Volume I. Tomo I. Número 14. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IX Recenseamento Geral de 1980. Bahia Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Volume I. Tomo I. Volume 15. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991. Características Gerais da População e Instrução Censo Demográfico. Resultado da Amostra. Número 17. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes em coedição com a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Ijuí, RS), 1988.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes em parceria com a Editora Inijuí (Ijuí, RS), 1999.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrados: expansão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v.3, p. 33, 2007. Disponível em: <www.anpege.org.br/downloads/artigo_3.Pdf>. Acesso em 27 jun. 2014.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Ildeu Moreira. Formar professores para outra escola. In: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2012. (Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Educador).

COUTINHO, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43

_____. O Estado Brasileiro: gênese, crises, alternativas. In: LIMA, Júlio César França, NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2006. p. 173-200

CRUZ, José Adelson da. Educação, escola, sujeito político e domesticação da diferença. In: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2012. p. 153-188. (Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Educador)

_____. **Notas sobre a sociedade civil e sua relação com a educação. Educativa**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 101-121, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/view/1620>>. Acesso em 25 jan. 2016.

_____. O movimento social e a escola: da criação passada à invenção necessária. In: **EcoS. Revista Científica**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097004>>. Acesso em 28 out. 2015.

_____. **Luta pela terra, práticas educativas e saberes no médio Araguaia-Tocantins**. 144 f. Dissertação (Faculdade de Educação). Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2000.

_____. **Organizações não-governamentais, reforma do Estado e política brasileira: um estudo com base na realidade de Goiás**. 218 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DALLACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Planejamento Territorial do Desenvolvimento: Ação Técnica e Ação Política. Uma Prática Piloto na Região de Barreiras**. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.

ELIAS, D. S.; PEQUENO, L. R. B. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-39, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6776>>. Acesso em 27 jun. 2014.

ENGUIITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Arte Médicas, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, João Roberto Resende. **Expansão da escola básica e a relação capital, trabalho e educação no Brasil dos anos 1970**. 125 f. Teses (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. 2011.

FIALHO, Nádia. **Universidade multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos**. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Eletrônica Trabalho necessário**. Ano 13, n, 20. p. 206-233. 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_20/10_frigotto.pdf>. Acesso em 11 jan. 2016.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. s/d. Disponível em: <<http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2016.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIORDANO, Samuel. **Competitividade Regional e Globalização**. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

GUEDES, Lycia Margarida Dorea. Entrevista: O professor Edivaldo Boaventura: criação e autorização de funcionamento da UNEB. **Revista da FAEEB**. Salvador, n.10, jul./dez., p. 255-265. 1998. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero10.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2016.

GUEDES, Marilde Queiroz. **Limites e possibilidades dos processos de implantação curricular: a experiência de um curso de Pedagogia no Estado da Bahia**. 192 f.

Tese (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialidade e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói (RJ): EDUFF, 1997.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Classe e Nação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

_____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Dialética & Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

_____. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.

ILÁRIO, Clayton Gomes. **Região Agrícola competitiva e logística no oeste baiano**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. 2010.

_____; CALAÇA, M. Cerrado: Fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. 19º Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...**, São Paulo, 2009. Disponível em: < www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria>. Acesso em 20 maio 2015.

MARANHÃO, César. A ideologia neodesenvolvimentista: crise do capital, novas estratégias e velhas promessas da classe dominante brasileira. In: MONTAÑO, Carlos (Org.) **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014. p. 302-340

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, n. 6(1-2): p. 1-25, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v6n1-2/0103-2070-ts-06-02-0001.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2014.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Huicitec, 2000.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas das atualidades).

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados.** IEA (USP), S. Paulo, v. 15, n. 43, set-dez, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004>. Acesso em 10 jul. 2014.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no proceso político. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1983.

MARTINS, Nilza da Silva. **Universidade e Movimentos Sociais:** espaços de educação e cidadania. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Departamento de Educação. Campus I. Universidade do Estado da Bahia. 2011.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. Tradução: paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª ed. Revita. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital, as dívidas e os mitos do agronegócio no Brasil. **Revista Sem Terra,** São Paulo, SP, ano VI, n. 24, p. 16, maio-junho 2004. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=6988&Pesq=>>>. Acesso em 28 set. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do século XX.** Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PINHEIRO, Ten. João Paulo; PITTA, Ignêz Almeida. **No Cerrado entre o Malho e o Fuzil:** o Exército Brasileiro no Oeste Baiano. Barreiras, 2012. (Narrativa dos dados históricos do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, 4º BEC, sua vinda para Barreiras e contribuição para o desenvolvimento do Oeste Baiano, implantando as estradas essenciais à sua integração). Disponível em: <http://www.4becnst.eb.mil.br/galeria/livro_historico_4_bec.pdf>. Acesso em 20 abr. 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAMPAIO, Marcelo. Oeste da Bahia capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...**, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2012. Disponível em:

<http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1125_2.pdf>. Acesso em 07 mar. 2016.

SANTANA, Edson Carvalho de Souza. **Escolaridade, festejos e religiosidade na constituição de um quilombo contemporâneo no oeste da Bahia**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Departamento de Educação. Campus I. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2011.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife, SUDENE-DPG, PSU-URB, 1989.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Impactos da Modernização da Agricultura no Oeste Baiano**: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. 2000. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 09 mar. 2016.

_____. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 05 mar. 2016.

_____. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. In: **Revista IDEAS**, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan-jun. 2008. Disponível em: <www.Dialnet-OsCerradosDaBahiaSobALogicaDoCapital-4048129.pdf>. Acesso em 07 mar. 2016.

_____. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí. **GOT**, Porto, n. 8, p. 229-253, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218212672015000200013&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2015.8.012>. Acesso em 07 mar. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (Org.) **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 9-54

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos Éticos-Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

SOUZA FILHO, Alípio de. O ideal de universidade e sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANAI, Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate).

SOUZA SOBRINHO, José de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2012.

_____. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra.** 436 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2012.

YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amábilio J.A. de; ORIOLI, Álvaro Luiz. **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do PRODECER.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: Introdução Histórica.** 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

VIANA, Marcelo et al (Orgs.). **O Historiador e as Novas Tecnologias –reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS.** Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <www.book.google.com.br>. Acesso em 29 jul. 2016.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil.** São Paulo: Ática, 1993.